

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA CIDADÃ**

**LUCIANA ROCHA**

**CAPITALISMO, RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

**LUCIANA ROCHA**

**CAPITALISMO, RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Segurança Cidadã.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosimeri Aquino da Silva

PORTO ALEGRE

2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Luciana  
Capitalismo, Racismo e Violência Policial no Brasil  
/ Luciana Rocha. -- 2021.  
156 f.  
Orientadora: Dra. Rosimeri Aquino da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança  
Cidadã, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Economia Política. 2. Racismo. 3. Eugenia. 4.  
Violência Policial. I. Aquino da Silva, Dra. Rosimeri,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Luciana Rocha

**CAPITALISMO, RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Segurança Cidadã.

Aprovada em 3 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosimeri Aquino da Silva

Orientadora

---

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Beatriz Meinerz

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marlene Inês Spaniol

*A todas as irmãs negras,  
a todos os irmãos negros da África e  
deste país: peço perdão.*

*À minha mãe Débora (in memoriam) e ao meu pai Roberto, que deixaram para  
meus irmãos e eu o patrimônio mais valioso de todos: a Educação.  
Ao meu filho Lucas: obrigada por me inspirar tanta coragem. Eu te amo!*

## AGRADECIMENTOS

Eu preciso agradecer primeiramente aos brasileiros que, um dia, decidiram que não se constrói um país ativo e desenvolvido sem escolas e universidades públicas gratuitas, com acesso universal e de qualidade. Vocês sempre estiveram certos.

Agradecer aos professores, coordenadores, estagiários e secretárias da UFRGS, particularmente do ILEA, pela dedicação ao trabalho e à Universidade – sobretudo em tempos tão bichudos quanto o que vivemos hoje –, por terem me aceitado no programa e por ajudar a mim e aos outros estudantes a avançar e melhorar enquanto profissionais e seres humanos. Agradeço também aos demais trabalhadores da Universidade: faxineiras, seguranças, recepcionistas e tantos outros que nos permitem permanecer em segurança e com conforto no campus enquanto nos dedicamos aos estudos. Eu vejo o trabalho de vocês.

À minha orientadora Rosimeri pela imensa paciência, gentileza, por estar comigo sempre que precisei e por me fazer acreditar que dava para prosseguir e concluir este trabalho.

Agradecer às minhas irmãs Janes e Renata que não me deixaram desistir deste projeto. Ao meu irmão Júnior, que de longe sempre torce por mim. À Rosely, minha terapeuta, que com sua competência profissional me socorreu e me ajudou a persistir e chegar até aqui e a reorganizar a minha vida.

Às minhas amigonas, irmãs gaúchas que *no matter what* me apoiam, riem, choram e me proporcionam os melhores momentos que vivo aqui: Daiana, Quênia, Rosa e Veri. Amo vocês!

Ao meu filho Lucas: barco, vela, vento e o Sol da minha vida.

Ao meu paizinho que, ao modo atrapalhado e carinhoso dele, nos legou o respeito pela ciência, pelo estudo, e o gosto por longas caminhadas.

À minha mãezinha que, infelizmente, partiu antes de me ver entrar no mestrado: essa dissertação também é sua.

Obrigada a todos, por tudo!

## RESUMO

Partindo do princípio de que o sistema capitalista traz no seu cerne a violência, os fundamentos da escravidão e o racismo, o objetivo nesta dissertação é identificar, na formação histórica do Brasil, os elementos originalmente constitutivos do capitalismo, entender se – e de que forma – esses fatores se relacionam com o fenômeno da violência policial no Brasil e compreender como a doutrina positivista influencia nos efeitos desses fenômenos na sociedade brasileira. A partir deste arcabouço teórico, a pesquisa empírica busca compreender se e como os agentes policiais percebem a influência do racismo em suas atividades profissionais. Para tanto, foram realizadas nove entrevistas com agentes das forças policiais, entre guardas municipais e policiais militares da Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A partir de 11 perguntas, entre os resultados, destaca-se que, dos nove entrevistados, apenas dois fazem conexão entre a situação das pessoas abordadas com os mecanismos estruturais racistas que fazem com que os negros brasileiros sejam a maior parte da população pobre ou em extrema pobreza. Neste sentido, compreende-se que é urgente que as instituições de segurança pública assumam formação ampla e profunda de seus agentes para saber o que é racismo, identificá-lo e conseguir superá-lo. Atribuir ao agente de segurança pública individualmente a responsabilidade pela busca do conhecimento dos fatos históricos, dos eventos motivados pelo racismo que constituem a história social e econômica do Brasil não nos ajudará a superar a herança da violência racista e fará com que permaneçamos mais tempo imersos na brutalidade colonial que tão profundamente marca a história do nosso país e da nossa sociedade.

**Palavras-chave:** capitalismo. Escravidão. Racismo. Violência. Eugenia. Positivismo.

## ABSTRACT

Starting from the principle that the capitalist system brings at its core violence, the foundations of slavery and racism, the objective of this dissertation is to identify, in the historical formation of Brazil, the elements originally constitutive of capitalism, understand if - and in what way - these factors relate to the phenomenon of police violence in Brazil and understand how the positivist doctrine influences the effects of these phenomena in Brazilian society. Based on this theoretical framework, the empirical research seeks to understand if and how police officers perceive the influence of racism in their professional activities. To this end, nine interviews were conducted with agents of the police forces, among them municipal guards and military police officers of the Metropolitan Region of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul. Based on 11 questions, among the results, it is noteworthy that, of the nine interviewees, only two make a connection between the situation of the people approached and the racist structural mechanisms that make black Brazilians the majority of the population poor or in extreme poverty. In this sense, we understand that it is urgent that the institutions of public security assume a broad and deep training of its agents to know what racism is, to identify it and be able to overcome it. Assigning to the public security agent individually the responsibility for seeking knowledge of the historical facts, of the events motivated by racism that constitute the social and economic history of Brazil will not help us overcome the heritage of racist violence and will cause us to remain longer immersed in the colonial brutality that so deeply marks the history of our country and our society.

**Keywords:** Capitalism. Slavery. Racism. Violence. Eugenics. Positivism.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Bula "Romanus Pontifex" do Papa Nicolau V.....	27
Figura 2 - Bula "Precelse devotionis et indefessum" do Papa Leão X.....	28
Figura 3 - Lei Eusébio de Queirós.....	44
Figura 4 - Constituição de 1824.....	45
Figura 5 - Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.....	47
Figura 6 - Analfabetos excluídos do direito ao voto.....	48
Figura 7 – Lei Áurea.....	49
Figura 8 - Código Penal de 1890.....	51
Figura 9 - <i>Imigrantes mais adequados para São Paulo</i> .....	53
Figura 10 - Imigrantes segundo a nacionalidade, em Juiz de Fora, MG. 1896.....	53
Figura 11 - Reforço do racismo: Constituição de 1934 e a educação eugênica nas escolas ....	54
Figura 12 - Decreto presidencial 9081 de 1911 regula o serviço de povoamento.....	56
Figura 13 - tela A Redenção de Cam, de Modesto Brocos (1852-1936).....	57
Figura 14 - Taxa composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%). IBGE .....	89
Figura 15 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas .....	90

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Entrevistados .....	72
Tabela 2 - Dados dos entrevistados .....	72
Tabela 3 - Instrumentos legais do império e república .....	85

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 VIOLÊNCIA, ESCRAVIDÃO, RACISMO: O VERDADEIRO ESPÍRITO DO CAPITALISMO</b> .....	17
2.1 A VIOLÊNCIA .....	17
2.2 A ESCRAVIDÃO .....	23
<b>2.2.1 Por que os africanos negros?</b> .....	26
<b>2.2.2 A maldição de Cam</b> .....	27
2.3 O RACISMO .....	29
2.4 EUGENIA .....	34
<b>2.4.1 Eugenia na América Latina</b> .....	40
2.5 CONSTRUINDO MURALHAS CONTRA OS NEGROS .....	42
2.6 O POSITIVISMO .....	57
<b>3 O RACISMO ESTRUTURAL E A VIOLÊNCIA POLICIAL</b> .....	61
3.1 CONCEITUANDO O TERMO VIOLÊNCIA .....	61
<b>3.1.1 Violência no Brasil</b> .....	63
3.2 VIOLÊNCIA POLICIAL .....	65
3.3 SEGURANÇA PÚBLICA E RACISMO INSTITUCIONAL .....	67
<b>3.3.1 A abordagem policial e a discriminação racial</b> .....	69
<b>4 ENTREVISTAS COM AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA</b> .....	72
4.1 ENTREVISTA 1 – BRIGADA MILITAR .....	74
4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS .....	81
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	84
5.1 REFLEXO DAS MURALHAS ERIGIDAS CONTRA O POVO TRABALHADOR NEGRO .....	87
<b>5.1.1 Acesso à educação formal</b> .....	87
<b>5.1.2 Representação Política</b> .....	88
<b>5.1.3 Trabalho e renda</b> .....	88
<b>5.1.4 Opressão Jurídica</b> .....	92
<b>6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	96
APÊNDICES: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM GUARDAS MUNICIPAIS E BRIGADIANOS .....	102

## 1 INTRODUÇÃO

*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.*

(Karl Marx, in 18 Brumário de Luís Bonaparte).

A escolha do tema *Capitalismo, Racismo e Violência Policial no Brasil* surge do interesse em buscar alguns elementos que ajudam a compreender quais as razões que levaram o Brasil a ter uma das maiores taxas de homicídio por 100 mil habitantes da América do Sul no início do século XXI, sendo que a taxa de homicídio de negros é duas vezes e meia maior do que a de não negros, segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2020). Capitalismo, racismo e violência policial são temas que se entrelaçam na busca do entendimento desse fenômeno, na medida em que eles dizem respeito, especialmente, às bases econômicas, sociais e políticas que sustentam sociedades como a brasileira.

O Brasil arrasta enorme dívida social com o povo negro pelos quase 400 anos de escravidão, cujas vítimas foram os africanos trazidos à força para o país, e seus descendentes, que em alguma medida vêm sofrendo os efeitos da violência dessa história original. Após a abolição formal da escravidão em 1888, a população negra alforriada foi alvo de desprezo, negligência e cerceamento de direitos por parte do Estado brasileiro, cujas leis os impediam de estudar, trabalhar ou formar patrimônio (CARDOSO, 2019).

Hoje, mais de 130 anos após a abolição, além de serem os que mais morrem em decorrência da violência no Brasil, os negros ainda são minoria nas universidades, estão sub-representados nos parlamentos locais, estaduais e federais e, muito embora constituam a maioria da população, formam o maior contingente de desempregados, ganham pouco mais da metade dos rendimentos dos brancos e são o dobro de analfabetos em relação à população branca (IBGE, 2019).

O que se pretende com esse trabalho é compreender alguns dos mecanismos de transmissão que fazem com que o racismo, um dos pilares do capitalismo, seja transmitido até se tornar a ação policial com viés racista. A partir da observação histórica de que o sistema capitalista foi erigido sobre a exploração das oportunidades econômicas surgidas a partir do comércio de especiarias e produtos manufaturados entre Europa e Ásia, no período das grandes navegações e a partir da chegada dos europeus às Américas, em aventuras que

incluíam a captura, compra e roubo de humanos no continente africano, seguido do transporte, tráfico e exploração do trabalho escravo tendo como alvo exclusivo o povo negro daquele continente. A exploração do trabalho forçado dos povos africanos pelos europeus foi essencial para possibilitar a construção e consolidação do sistema capitalista de produção e exploração da mão de obra para o estabelecimento dos estados nacionais e da construção de fortunas e impérios individuais que perduram até hoje (BARONI; MOCETTI, 2011).

O desenvolvimento deste trabalho parte da premissa inicial de que a doutrina econômica capitalista hegemônica no Brasil no pós-1889 – inicialmente o liberalismo e, mais recentemente, o neoliberalismo – é inerentemente racista contra o povo negro e, por ter foco na proteção da propriedade privada, termina por se converter em violência policial contra grupos étnicos de origem africana.

Empiricamente, é possível observar que há relação de causalidade entre a aplicação de receituários econômicos de caráter neoliberal e o aumento da violência urbana no Brasil. Essa causalidade aparece porque o receituário doutrinário neoliberal imposto ao Brasil (e na América Latina em geral) e seguido, com maior ou menor intensidade, pelos sucessivos governos nos últimos 50 anos, tanto durante o período de exceção quanto no pós-redemocratização, e no breve período em que a centro-esquerda política esteve no comando do País, ao forçar a redução do orçamento estatal destinado à saúde, educação, assistência e seguridade social (BATISTA, 1994), e o investimento público em áreas com forte potencial de geração de empregos e de atendimento às necessidades de saúde, educação, assistência social e segurança, acaba afetando negativamente os níveis de emprego e reduz a renda disponível das famílias, impactando severamente os mais pobres. E, uma vez que a população negra historicamente compõe as classes que auferem menor renda e, portanto, mais dependentes de amparo da estrutura estatal, é a mais afetada pelas políticas econômicas de restrição fiscal.

Adicionalmente, verifica-se, como política de segurança pública, uma atuação estatal de guerra, pensada e conduzida para combater, em diversas frentes e sempre com muita violência, os trabalhadores mais pobres. Dentro dessa atuação violenta, nota-se o uso de uma violência específica contra indivíduos negros e pobres.

Enquanto este trabalho começava a ser desenvolvido, o mundo assistiu atônito às diversas violências contra pessoas negras, algumas resultando em mortes, tanto no Brasil quanto no exterior. O assassinato do segurança negro George Floyd<sup>1</sup>, em Minneapolis, nos

---

<sup>1</sup>“Caso George Floyd: quem era o americano negro morto sob custódia (e o que se sabe sobre o policial branco que o matou).” Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/05/29/caso-george-floyd-quem-era-o-americano-negro-morto-sob-custodia-e-o-que-se-sabe-sobre-o-policial-branco-que-o-matou.htm>>

EUA, em maio de 2020, por um policial, foi o estopim de mais um movimento civil antirracismo naquele país, no qual o lema “Eu não consigo respirar” repete a frase dita pela vítima enquanto, já imobilizada e deitada ao chão, era sufocada pelo policial ajoelhado em seu pescoço. Seis meses mais tarde, no Brasil, um homem negro seria espancado até a morte por dois seguranças, um deles policial militar de folga que fazia um trabalho temporário no supermercado Carrefour na cidade de Porto Alegre<sup>2</sup>.

A comoção deste caso foi grande, entretanto não foi capaz de mobilizar, na escala que vimos em Minneapolis, a indignação civil através de passeatas com o apoio da população não negra do país. O Atlas da Violência 2020 (IPEA) informa que os homicídios de pessoas negras aumentaram 34,2% entre 2008 e 2018 em todo o país. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes era 34, em 2008, e em 2018 foi de 37,8. Entre os não negros, o número de homicídios caiu 15,4% no período entre 2008 e 2018. Por 100 mil habitantes, houve queda de 12,9% no período.

Apenas nos últimos 15 anos é que a população negra brasileira passou a ser contemplada nas políticas públicas voltadas para reduzir a histórica desigualdade econômica e social. No entanto, cumpre sublinhar, os pequenos avanços conquistados encontram-se seriamente ameaçados devido à ascensão ao poder de grupos de extrema-direita racista nas eleições gerais de 2018.

Investiga-se, então, na história econômica, os elos que possivelmente conectam os temas. Como o assunto racismo e violência policial é comumente objeto de estudo das áreas do Direito e Sociologia, ou mesmo do estudo de técnicas policiais, a intenção foi observar o fenômeno e desenvolver o estudo a partir da perspectiva da História e da Economia Política, a fim de reconhecer as conexões entre os fenômenos econômicos de formação do capitalismo e fenômenos racistas no país, no que espero ser bem sucedida.

Importante lembrar também que este trabalho é desenvolvido dentro da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024, iniciativa da Assembleia Geral da ONU para reforçar junto à comunidade internacional, sob o lema “Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento”, que “os povos afrodescendentes representam um grupo distinto cujos direitos humanos precisam ser promovidos e protegidos”<sup>3</sup>.

Feitas essas considerações, o que se propõe nesta dissertação, a partir de uma investigação histórica, econômica e política, a compreender o capitalismo, identificar os fatos históricos que levaram ao surgimento e consolidação desse sistema de produção e identificar,

---

<sup>2</sup> Ídem.

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://www.decada-afro-onu.org/index.shtml> > Acessado em: 2019.

no desenvolvimento do sistema no Brasil, a relação que a construção do capitalismo tem com a violência e os fenômenos da escravidão e do racismo. E, partir disso, compreender como esses fatos humanos e históricos se transformam em violência policial contra determinados grupos populacionais no Brasil.

A questão central consiste em identificar os fatos que conectam os fenômenos da violência durante a formação do capitalismo ao racismo e à escravidão. A premissa principal é a de que esses três fenômenos são intimamente ligados, profundamente interdependentes e não acontecem em separado. E em se tratando de polícia brasileira e todo o contexto das violências policiais, principalmente contra os negros, que tomam os noticiários nacionais e internacionais, entende-se que poderia haver algo a mais entre a economia e a atividade policial do que a mera questão dos orçamentos públicos para o combate à criminalidade.

Com vistas ao entendimento dessa questão, foi buscado aporte teórico nos relatos históricos da economia política de Karl Marx, nas pesquisas históricas de Laurentino Gomes, principalmente o primeiro livro da trilogia *Escravidão*; nas análises críticas de Hunt e Lautzenheiser sobre as doutrinas econômicas desde o processo de acumulação primitiva; nas pesquisas sobre eugenia, de Pietra Diwan; na visão antropológica de Darcy Ribeiro sobre a formação do povo brasileiro; os estudos sobre racismo estrutural de Silvio Almeida; e sobre o Positivismo, com o Prof. Helgio Trindade.

E para tentar compreender se e como os agentes de segurança pública percebem o racismo em suas atividades de rua, ou na ponta, como se diz no jargão policial, foram entrevistados nove agentes públicos de segurança, entre guardas municipais e brigadianos militares, homens e mulheres trabalhadores da região metropolitana de Porto Alegre. As entrevistas foram feitas com base na pesquisa do IBGE *Desigualdades Sociais Por Cor ou Raça no Brasil*, de 2019.

Portanto, a partir da discussão teórica sobre o racismo estrutural e cultural, a questão norteadora desta pesquisa é: Quais são os mecanismos de transferência do modelo econômico neoliberal para o sistema legal, e deste para as políticas de segurança pública, que se manifestam em atuação violenta das polícias com viés de raça contra grupos e comunidades afrodescendentes?

Assim, no capítulo 2, procura-se definir o que é o capitalismo e, na sequência, identificar nos relatos históricos os fenômenos da violência, da escravidão e do racismo, que se identifica como sendo inerentes ao capitalismo e que, como espíritos, sustentam a pulsação desse sistema econômico. Não são conceitos isolados uns dos outros, ao contrário, são ideias que se integram, se amarram uma à outra, como em uma teia, sustentando-se mutuamente.

No capítulo 3 é abordada a relação entre o racismo estrutural e a violência policial no Brasil. Para isso, apresenta-se, primeiramente, o conceito de violência. Em seguida, discorre-se sobre racismo institucional, violência policial, abordagem policial e discriminação racial.

No capítulo 4, apresentam-se as entrevistas com agentes de segurança pública das Guardas Municipais e da Brigada Militar, que atuam na região metropolitana de Porto Alegre e as considerações sobre elas. As entrevistas foram feitas tendo por base onze perguntas, em um ambiente virtual, gravado, mas foram conduzidas de maneira informal, onde houve total liberdade para que o agente pudesse se expressar. Por ser um assunto que pode melindrar as pessoas, procurou-se não fazer perguntas muito diretas sobre racismo e violência policial. Mesmo assim, as informações coletadas ajudam a compreender o problema proposto nessa dissertação. Com propósito de trazer mais clareza ao fluxo do trabalho, foi incluída a entrevista número 1 no corpo do capítulo, seguida de considerações. As demais entrevistas foram incluídas no Anexo.

Por fim, é preciso destacar o lugar de falar da autora, que é outro motivador para o estudo do tema, uma vez que retorna ao curso de graduação, Economia. A área de atuação profissional da autora é a segurança pública de caráter civil e municipalizada, um modelo de polícia que carrega o potencial para se transformar em novo paradigma para a segurança pública brasileira. Assim, procurou-se achar um ponto em comum entre a formação acadêmica e a presente dissertação.

O objetivo maior da autora é aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos no processo de formação acadêmica e do resultado da dissertação para desenvolver e propor políticas públicas que minimizem o racismo na atuação das forças policiais ou que, ao menos, ajudem os agentes a se conscientizarem sobre o racismo estrutural e sobre toda carga cultural de preconceito que os trabalhadores da segurança pública carregam ao realizar uma abordagem a pessoas negras. Talvez, assim, será possível realizar abordagens mais humanizadas, menos estereotipadas e mais eficazes.

## 2 VIOLÊNCIA, ESCRAVIDÃO, RACISMO: O VERDADEIRO ESPÍRITO DO CAPITALISMO

*A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. (MARX, 2020, p. 821).*

Antes de iniciar a análise dos conceitos que dão título a esta primeira parte do trabalho, considera-se importante buscar uma definição para o termo capitalismo: é um sistema de organização do trabalho, da produção e do consumo baseado na propriedade privada dos meios de produção – terras, imóveis, maquinários e insumos – e do produto desses meios, propriedade essa que é concentrada em uma elite econômica, que decide o que produzir, como produzir e o quanto produzir; na existência de trabalhadores assalariados que não possuem nada para vender a não ser a sua força de trabalho; e de um mercado, onde as mercadorias são transacionadas, usando moeda como meio de troca, garantindo um excedente para o capitalista. Esse sistema produtivo, para funcionar, dependente de uma estrutura legal, que protege a existência dessas relações por meio de contratos e os garante.

Feito esse preâmbulo, sigamos para entender os fenômenos intrínsecos ao sistema capitalista.

### 2.1 A VIOLÊNCIA

O desenrolar da nova organização da produção a partir do século XV levou a mudanças sociais estruturais da baixa Idade Média, determinando o fim do feudalismo e das relações servis de produção naquele século, período descrito por Marx como de “acumulação primitiva”, o “ponto de partida da produção capitalista”, período histórico marcado pela “usurpação das terras comunais dos camponeses” destinadas originalmente à produção de alimentos para a criação de ovinos. Com o *boom* da indústria têxtil no norte da Europa continental, foi necessário deixar de produzir alimentos para passar a produzir lã para suprir a nascente indústria manufatureira têxtil. Expropriadas violentamente dos camponeses pela burguesia nascente, as terras comunais de lavoura foram desocupadas à força e transformadas em pastagens para ovelhas, enquanto os camponeses tiveram confiscados seus instrumentos de trabalho. Agora sem a terra e sem ferramentas para cultivo, seguem livres de qualquer vínculo com a terra e com os meios próprios de produção, completamente disponível como mão de obra assalariada para a exploração capitalista:

O impulso imediato para essas ações foi dado, na Inglaterra, particularmente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o conseqüente aumento dos preços da lã. A nobreza era uma filha de sua época, para a qual o dinheiro era o poder de todos os poderes. Sua divisa era, por isso, transformar as terras de lavoura em pastagens de ovelhas. (MARX, 2020, p. 790).

Notável, desde o século XV, a predominância da violência na acumulação de capital e de propriedade em detrimento da massa crescente de trabalhadores disponíveis, levando à concentração da riqueza e dos bens produtivos em poder da nobreza, possibilitando que estes se tornassem grandes proprietários dos meios produtivos – terra e ferramental –, e o surgimento de uma imensa classe de proletários, permitindo o livre desenvolvimento do novo sistema de produção capitalista e das revoluções tecnológicas e sociais subsequentes.

O surgimento do trabalhador assalariado já começa violento: rompimento forçado da histórica relação produtor-terra e da relação vassalo-suserano, com expropriação sistemática das terras produtivas comunais através dos cercamentos, expulsando o agricultor da terra ao qual esteve ligado por séculos, e pelo roubo do ferramental produtivo que pertencia ao camponês, usado para garantir sua manutenção e a de sua família, para incorporá-lo aos meios de produção agora apropriados pela surgente classe social burguesa. Não bastasse isso, também o rompimento violento do trabalhador feudal com as corporações, libertando-se dos regulamentos laborais. Para se tornar trabalhador assalariado, fazia-se necessário também estar desligado de qualquer associação que regulasse ou controlasse seu trabalho.

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista [...] A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2020, p. 787).

Para Marx, a riqueza das nações foi nada menos que a “formação do capital e da exploração e empobrecimento inescrupuloso das massas populares” pela nobreza, a partir da expropriação das terras comunais e dos instrumentos produtivos de propriedade do trabalhador. “Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele.” (MARX, 2020, p. 785). A produção capitalista se estabelece no momento em que, ao romper com o antigo modo feudal de produção, em que o trabalhador era possuidor dos seus meios de produção (ferramental) e “coproprietário” das terras comunais para a produção de alimentos, com o estabelecimento da “polarização do mercado”, ou seja, “a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições da realização do seu trabalho.” Ao antigo camponês, restou-lhe apenas os braços e

a capacidade de transformar bens alheios nas mercadorias que não lhe pertencem mais. Marx chama a este trabalhador de “livre”, não livre de correntes materiais, metálicas, como no sistema escravocrata, ou no sentido de que passa a ter liberdade para trabalhar no que bem quiser, mas livre de não integrar diretamente os meios de produção, nem de possuir os tais meios que não lhes pertencem mais (p. 786). Na verdade, essa liberdade da terra, da não posse dos meios de produção e da não submissão às regras e ordens coletivas vai ser como uma corrente invisível que irá restringir a capacidade de sobrevivência do trabalhador assalariado fora do novo sistema produtivo, submetendo-o implacavelmente às transações no mercado. “Mantende os *cottagers*<sup>4</sup> na pobreza e os conservareis laboriosos<sup>5</sup>”.

Marx nos explica (2020, p. 793) que já na formação pré-capitalista havia “o poder sobre o corpo”<sup>6</sup> dos camponeses. Com os cercamentos, os camponeses, às centenas de milhares, foram forçados a migrar para as cidades para negociar sua força de trabalho como assalariados, ou para se tornarem mendigos, ou provavelmente ladrões. O objetivo era transformar a todos em proletariado, precarizando as condições de sobrevivência, espoliando terras e até parcelas de dízimos destinadas aos camponeses.

Ironizando o “espírito” protestante, ética da nova religião também nascente e pano de fundo moral que impulsionou o processo de enfraquecimento da Igreja Católica, necessário ao processo de usurpação das terras, das quais era proprietária, e a formação dos estados nacionais, Marx nos traz a lembrança de questionamentos à rainha Elizabeth I sobre a Lei de Beneficência, feitos pelos arrendatários das terras ao sul da Inglaterra, que propunham o estabelecimento de uma prisão nas paróquias onde seriam encarcerados os pobres que se recusassem ser nelas encarcerados, e aos que se negassem seria recusado auxílio para sobrevivência. Esses pobres poderiam ser vendidos aos arrendatários que oferecessem por eles o menor preço para retirá-los dessa prisão.

A proposta era a elaboração de “uma lei que permita a reclusão e o trabalho forçado dos pobres, de modo que seja vedado qualquer auxílio a toda pessoa que recuse seu próprio encarceramento. Isso, esperamos, impedirá que pessoas em estado de indigência requeiram ajuda.” (p. 793-794). Assim, não apenas a Igreja Católica permitia a posse de escravos para o trabalho forçado mas também a nascente religião protestante justificava a exploração do trabalho dos agora desprovidos dos seus meios produtivos.

---

<sup>4</sup>“Inquilinos de casebres”, camponeses, conforme NR na obra original.

<sup>5</sup>Nota de rodapé da página 796, em que Marx cita trecho da obra *A Political Enquiry into de Consequences of Enclosing Waste Lands*.

<sup>6</sup> Conceito discutido e desenvolvido por Michel Foucault.

Não apenas as terras comunais e propriedades da Igreja Católica foram alvos da expropriação, mas também os domínios estatais passaram a ser alvos da expropriação dos proprietários fundiários e novos capitalistas. A Revolução Gloriosa, que resultou no reinado de Guilherme III de Orange, inaugurou a apropriação fraudulenta desses domínios, que passaram a compor os “domínios principescos da oligarquia inglesa”. O objetivo era

Transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. (MARX, 2020 p. 796).

Assim, como pano de fundo da escravidão que se consolidaria no Brasil (e em toda a América hispânica e inglesa), a acumulação primitiva precedeu, como embrião da revolução industrial, a instalação do capitalismo na Europa. O período de acumulação primitiva e consolidação do capitalismo foi, na verdade, uma era de roubos, expropriações, expulsão forçada de propriedades comunais, saques e fraudes. E como ironia,

Os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ [...]” (MARX, 2020, p. 806).

Aos que persistiam no comportamento considerado desviante da nova ordem econômica e social:

[...] açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem [...] Em caso de uma segunda prisão por vagabundagem, o indivíduo deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência o réu deve ser executado como grave criminoso e inimigo da comunidade. (MARX, 2020, p. 806).

A permissão aos novos patrões do sistema parecia ilimitada na ideia de poder fazer com o corpo do desobediente o que bem quisesse, como que um prenúncio do que estaria por vir na história da construção do capitalismo no Brasil nos séculos seguintes: “quem se recusar a trabalhar deverá ser condenado a se tornar escravo daquele que o denunciou como vadio”, “O amo [...] tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por

meio de açoites e agrilhoamento.”, “Seu dono pode vendê-lo, legá-lo a herdeiros ou alugá-lo como escravo, tal como qualquer outro bem móvel ou gado doméstico.”. A lista de violências e perversidades segue também estendidas aos herdeiros do “vagabundo”<sup>7</sup>:

Todas as pessoas tem o direito de tomar os filhos dos vagabundos e mantê-los como aprendizes, rapazes até os 24 anos, as moças até os 20. Se fugirem, eles deverão, até atingir essa idade, ser escravos dos mestres, que poderão acorrentá-los, açoitá-los etc., como bem o quiserem. Todo amo tem permissão para pôr um anel de ferro no pescoço, nos braços ou nas pernas de seu escravo [...] para estar mais seguro de sua posse. (MARX, 2020, p. 807).

Ao citar Thomas More, Marx nos sensibiliza para a intensidade da violência do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, sobre as famílias, os indivíduos, sequestrando suas propriedades e não lhes deixando nenhuma alternativa de sobrevivência fora do novo sistema:

É assim que um glutão voraz e insaciável [...] pode apossar-se e cercar com uma paliçada ou uma cerca milhares de acres de terras, ou, por meio de violência e fraude, acossar de tal modo seus proprietários que estes se veem obrigados a vender a propriedade inteira. (MARX cit. MORE. *In Utopia* [p.41-2]. p. 807).

E prossegue com More retratando as consequências sociais nefastas do novo modo produtivo, nos dando uma pista do que viria a se tornar o cotidiano das cidades modernas brasileiras no sistema capitalista:

[...] por bem ou por mal, eles são obrigados a partir, simples e miseráveis! Homens, mulheres, esposos, esposas, crianças sem pais, viúvas, mães lamurientas com suas crianças de peito e toda a família, escassa de meios mas numerosa, pois a agricultura precisa de muitos braços. Arrastam-se, digo eu, para longe de seus lugares conhecidos e habituais, sem encontrar onde repousar; a venda de todos os seus utensílios domésticos, embora de pouco valor, em outras circunstâncias lhes teria proporcionado um certo ganho; mas, por terem sido expulsos de modo repentino, eles tiveram de vendê-los a preços irrisórios. E tendo vagabundeado até consumir o último tostão, que outra coisa restaria a fazer, além de roubar, e então, ó Deus!, serem enforcados com todas as formalidades da Lei ou passar a esmolar? Mas também desse modo acabam jogados na prisão, como vagabundos, porque vagueiam de um lado para o outro e não trabalham; eles, a quem ninguém dá trabalho, por mais ardentemente que se ofereçam. (MARX cit. MORE. *In Utopia* [p.41-2]. p. 807).

Durante o reinado de Henrique VIII<sup>8</sup>, na Inglaterra, “foram executados 72 mil pequenos e grandes ladrões”. Durante o reinado de sua filha Elisabeth I, “os vagabundos eram

---

<sup>7</sup>O termo “vagabundo” não é usado por acaso aqui neste trabalho (a despeito de ser usado pelo autor consultado), uma vez que até hoje ele é usado pelos agentes de segurança pública para definir todos os que, por uma razão ou outra, não seguem as regras impostas pelos patrões na sociedade.

enforcados em série; ainda assim, não passava um ano sem que trezentos ou quatrocentos deles fossem levados à força” (p. 807). No século XVI, a inflação alta levou ao aumento de preços e a desvalorização do salário por conta da desvalorização do dinheiro. Mesmo assim, permaneceram em vigor leis que forçavam a redução de salários e, aos que ninguém quisesse tomar o serviço, a lei ordenava o corte das orelhas e marcações a ferro (MARX, 2020, p. 810).

A punição aos trabalhadores do campo que se atreviam a não se submeter ao trabalho assalariado, a vagabundear, roubar ou mesmo matar precisava ser exemplar, ostensiva, assustadora e repulsiva. Foucault (2004), na primeira página da obra *Vigiar e Punir*, nos traz a imagem da intensidade da crueldade no relato da sentença a Damians, um sujeito acusado de parricídio.

A violência necessária ao estabelecimento do capitalismo acontece de forma explícita até a completa naturalização do modo de produção capitalista imposto como único modo possível de organização do trabalho, das relações sociais e da dependência que o trabalhador deve ter do capitalista:

No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; [...] a coerção exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. (MARX, 2020, p. 809).

A nova configuração econômico-produtiva e social, para conseguir ser instalada, teve de vir acompanhada de nova estrutura legal punitiva, como a própria Lei de Benemerência citada mais acima, para proteger a terra, os meios produtivos e o capital de ser tocado pelas mãos sujas dos vagabundos e ladrões. Até o século XVII, o “poder sobre o corpo” era religioso e moral. A partir da consolidação da acumulação primitiva, passou a ser principalmente econômico e político. Mas não menos violento.

---

<sup>8</sup>Segundo o site Aventuras na História. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/henrique-viii-5-fatos-sobre-vida-do-pior-monarca-da-historia.phtml>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

## 2.2 A ESCRAVIDÃO

*A escravidão é uma chaga aberta na história humana*  
(ARISTÓTELES, apud GOMES, 2019, p.63).

“A humanidade se divide em duas: os senhores e os escravos; aqueles que têm o direito de mando, e os que nasceram para obedecer.” (ARISTÓTELES, apud GOMES, 2019, p. 63). É partir desta ideia que se aborda, nesta seção, o conceito de escravidão.

De acordo com Gomes (2019), a escravidão nem sempre foi voltada à exploração do trabalho dos negros africanos. Ele inclusive recupera a etimologia da palavra escravo, *slave* em inglês, ou *slavus* em latim, usada para designar os eslavos, povo que habita os Bálcãs, Leste Europeu, Rússia e entorno do Mar Negro, ou seja, termo que define, no geral, pessoas brancas, de olhos azuis e cabelos claros (p. 66). Como regra, os escravos eram uma propriedade resultante de guerras, sequestros, punição por crimes, quitação de dívidas ou pagamento de tributos (PATTERSON, apud GOMES, 2019, p. 68).

“Podia ser comprado, vendido, herdado, trocado, emprestado, penhorado ou dado como garantia de empréstimos, dado de presente, incluído em dotes de casamento, confiscado no caso de falência do seu senhor e mesmo libertado se seu dono assim o quisesse” (DAVIS, apud GOMES 2019, p. 67), ou mesmo oferecido em sacrifícios religiosos. Mesmo que fosse reconhecido como um ser humano, o escravo era sempre um estrangeiro apartado da sua família, estava sempre à disposição do seu dono, não decidia seu próprio destino e tampouco decidia sobre sua sexualidade (Lovejoy, cit. p.68), estava completamente desenraizado, longe de seu grupo social original, privado de sua língua, crenças, costumes, totalmente submisso ao poder de seu dono e sem vontade própria. Ou seja, em completa “morte social” (PATTERSON, apud GOMES, 2019, p. 69).

Com base nos autores citados por Gomes, a escravidão, pode ser definida como uma relação de poder e subserviência surgida após um evento, geralmente de conflito, entre dois indivíduos em que um é o mestre, o patrão, o mais forte, o vencedor do conflito; e o perdedor, ou perdedores, desse conflito, o que aceita, por cultura, tradição ou medo, se submeter aos desígnios e vontades do dominador, este que tem na violência física, verbal ou simbólica o método e a linguagem para a manutenção não questionada do exercício desse poder. “Não existe uma única sociedade escravista em que o chicote não tenha sido um instrumento indispensável” (PATTERSON, apud GOMES, 2019, p. 69).

O cativo é um alienígena, um estrangeiro, pois não possui vínculos físicos ou afetivos e não pertence ao grupo social que o escraviza (GOMES, 2019). Interessante observar que a relação entre o cativo e o dominador não é uma relação socialmente isolada, apartada de uma teia de outras relações sociais normatizadas. A relação de dominação-subserviência entre dois indivíduos está inserida em um contexto social que a permite, protege e regula, tornando-a legítima e legal. Existe uma estrutura jurídica que permite e justifica o exercício desse poder. Em Roma, por exemplo, se um escravo matasse seu dono, os demais cativos da propriedade seriam interrogados e ao final seriam todos sumariamente executados (GOMES, p.72).

Em 74 A.C., Spartacus, já capturado como escravo, liderou uma revolta de 70 mil escravos contra o império Romano. Foram dizimados pelas legiões romanas. Os 6 mil sobreviventes foram crucificados à margem da estrada entre Roma e Cápua, alinhados ao longo de 190 quilômetros, para que servissem de exemplo aos demais cativos caso planejassem se rebelar. (GOMES, 2019, p.72). Na Inglaterra, a indústria fabril mantinha crianças em suas oficinas sob o controle ferrenho de um feitor, que recebia seus ganhos conforme a produção dessas crianças e, portanto, sobrecarregava essas crianças de trabalho que, acorrentadas, eram açoitadas e torturadas para produzir cada vez mais (MARX, 2020).

Já a escravidão nas Américas não pode ser compreendida apartada da ideia de colonização, tampouco da ideia de inferiorização do povo africano. Conforme Almeida nos explica, a África sempre foi lugar de grande diversidade étnica e suas nações, povos, etnias e tribos sempre se reconheceram uns aos outros por suas diferenças étnicas, linguísticas e culturais. E esses grupos sempre estiveram envolvidos em disputas territoriais das quais os grupos vencidos eram feitos escravos do grupo vencedor (p. 156) e por isso a alegação de que “negros escravizavam negros na África”, muito utilizada por grupos ideológicos que justificam a escravidão do povo africano, não deve ser aceita como justificativa válida para o sistema colonial escravista português no Brasil.

Um detalhe importante nessa questão é que o reino de Portugal nunca esteve em guerra com qualquer território ou nação no continente africano e, portanto, a escravidão explicada como sendo resultado de guerras ou conflitos não se aplicava ao Império. No contexto colonial do século XVI, era preciso simplesmente força braçal para poder produzir no Brasil os bens que o Reino demandava para se expandir. A questão da escravidão a partir do século XVI, portanto, está intrinsecamente ligada ao colonialismo.

Se até aqui já é possível enxergar que a escravidão é sistema de poder anterior ao capitalismo, parece claro que a necessidade de escravizar seres humanos é intrínseca à

construção do sistema capitalista. E sem a escravização dos negros roubados da África, considera-se pouco provável que haveria o capitalismo como o conhecemos hoje.

A partir da leitura do livro de Gomes, é possível compreender o desenrolar histórico do capitalismo e sua relação fundamental e simbiótica com o racismo em um país de estrutura colonial como o Brasil. De acordo com Furtado (2005), a chegada às Américas decorreu da expansão comercial da Europa. Para os portugueses, pisar no território que viria a ser chamado Brasil foi “episódio secundário” na primeira metade do século XVI. Entretanto, a cobiça de outros países europeus como a França nos territórios a oeste recém descobertos acabou forçando os reinos ibéricos a considerarem um aproveitamento econômico do território americano por parte tanto de Portugal quanto da Espanha.

Se para a Espanha a situação era mais cômoda em razão do farto estoque de metais preciosos prontos para pilhagem na América Central, “coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos.” (FURTADO, 2005, p.10) Dado que o mercado europeu já era abastecido por produtos básicos, sobretudo o trigo, e que o cultivo desses bens primários no território americano se tornaria inviável dada a distância a ser transportada a produção entre o ponto de cultivo e o ponto de comercialização, a decisão do reino português foi a de intensificar a produção de açúcar<sup>9</sup> em território brasileiro, produto de grande demanda no continente europeu, com larga margem de lucro para o produtor.

Era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras no Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e – excluída a hipótese de antecipação na descoberta do ouro – dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América. (FURTADO, 2005, p. 10).

Furtado (2005) define a exploração colonial do Brasil por Portugal como “empresa agrícola-comercial”. De fato, à necessidade de trazer segurança às terras recentemente dominadas junta-se a demanda aquecida na Europa pelo açúcar que já era plantado no território. O negócio foi tão bom para a metrópole que, além dos ganhos com o predomínio do comércio internacional da especiaria – pois rompeu o monopólio de Veneza no acesso às fontes produtoras – o reino também contava com o desenvolvimento de equipamentos para os engenhos de produção de açúcar e seu transporte para a nascente colônia, uma evidente vantagem na corrida comercial e industrial que se iniciava. Foi nesse contexto – demanda

---

<sup>9</sup> O açúcar já era produzido no Brasil em pequena escala desde 1533.

internacional pelo produto, vasta área propícia ao cultivo da cana de açúcar e acesso a mão de obra cativa –, que a escravidão ganhou corpo, se tornou o maior e mais lucrativo de todos os negócios do mundo e transformou portugueses e brasileiros nos maiores traficantes de escravos até o século XIX, dominando totalmente o tráfico de escravos ao sul do Equador (GOMES, 2019, p.235-237)

O sangue, o suor e o sacrifício dos cativos permitiriam que os portugueses, no meio século seguinte, abrissem um novo caminho para as Índias [...] e, finalmente, chegassem ao Brasil, que logo se firmaria como a maior e mais lucrativa colônia do Império Português, e também a mais dependente de mão de obra escrava. (GOMES, 2019, p. 61).

O sistema escravocrata colonial, que inicialmente, e sem sucesso, tentou escravizar a população autóctone no território brasileiro, ganhou potência com a exploração do trabalho forçado do povo escravizado africano e está na base da construção das grandes fortunas capitalistas da Europa. O custo da mão de obra escrava para o produtor no Brasil era o rendimento dos traficantes dos milhões de africanos para o Brasil. Custo aqui, lucro para a Europa. Em trezentos anos de tráfico, estima-se que 160 milhões de libras-ouro foram transferidas para os cofres dos europeus (RIBEIRO, 2017 p. 120-121).

Uma pista do quão importante foi a exploração do tráfico e a exploração do trabalho escravo de africanos para a construção das fortunas na Europa das Américas está em Baroni, Mocetti (2005), em que os autores constataam que a fortuna de famílias florentinas mais ricas atravessou seis séculos e permanecem as mesmas desde 1427.

### **2.2.1 Por que os africanos negros?**

Gomes nos conta que a história da humanidade é marcada pela escravização de seres humanos para servirem aos seus dominadores e cita Patterson: “Não há uma única região do planeta que em algum momento não tenha abrigado essa instituição.” (2019, p. 65). Mas foi com os exploradores portugueses que o escravo passou a ter raça e cor.<sup>10</sup>

Se as formas antigas de cativo eram resultado de guerras, dívidas, dotes e até presentes e, nesse passado mais antigo os cativos eram usados em trabalhos domésticos, na agricultura, exércitos de seus senhores e até mesmo chegavam a ocupar posições importantes como escribas e tesoureiros reais (GOMES, 2019), foi durante o processo de acumulação

---

<sup>10</sup>GOMES resgata a etimologia da palavra “escravo”: deriva do latim *slavus*, que designava o povo da região dos Bálcãs, Leste Europeu, sul da Rússia e margens do Mar Negro, regiões que até o século XVIII exportavam mão de obra cativa para o Oriente Médio e Mediterrâneo (p. 66).

primitiva iniciado na Europa, sobretudo na Inglaterra, que se inaugurou o trabalho cativo como trabalho forçado para extração do máximo da capacidade de trabalho de indivíduos capturados e transformados em bens de produção com fins mercantis e de acumulação de riqueza. “Na América, escravidão se tornou sinônimo de trabalho intensivo em grandes plantações de cana-de-açúcar, arroz, tabaco e, mais tarde café.” e também na mineração de ouro, prata e diamantes (GOMES).

### 2.2.2 A maldição de Cam

“20 Noé, que era agricultor, foi o primeiro a plantar uma vinha.

21 Bebeu do vinho, embriagou-se e ficou nu dentro da sua tenda.

22 Cam, pai de Canaã, viu a nudez do pai e foi contar aos dois irmãos que estavam do lado de fora.

23 Mas Sem e Jafé pegaram a capa, levantaram-na sobre os ombros e, andando de costas para não verem a nudez do pai, cobriram-no.

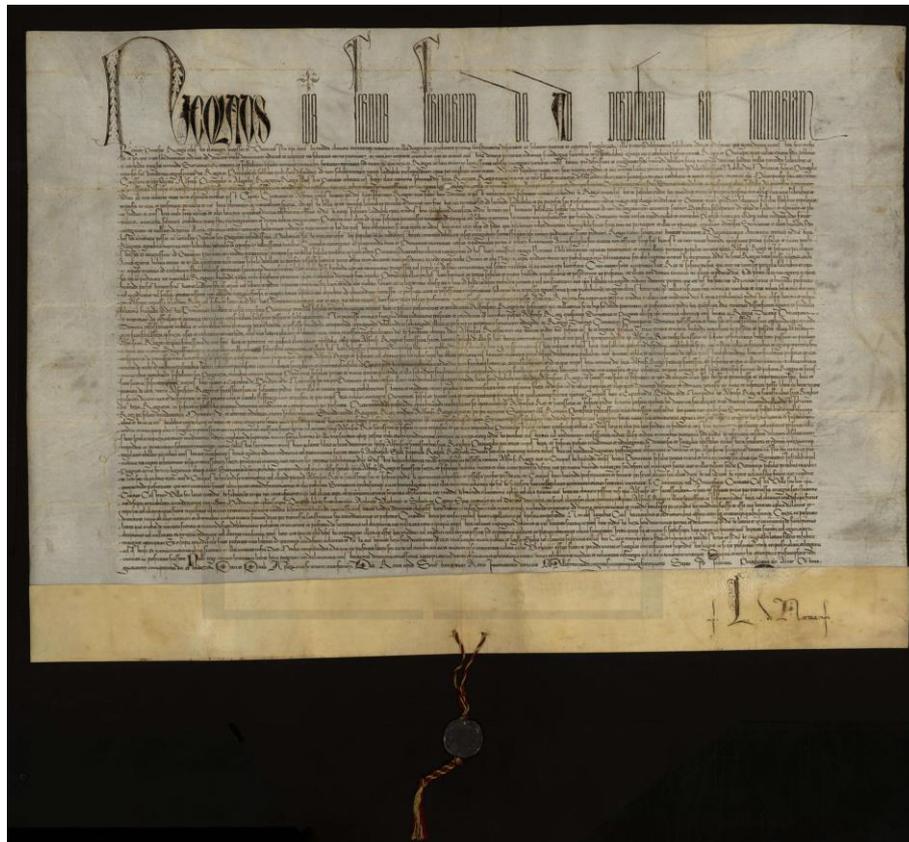
24 Quando Noé acordou do efeito do vinho e descobriu o que seu filho caçula lhe havia feito,

25 disse: "Maldito seja Canaã! Escravo de escravos será para os seus irmãos".

26 Disse ainda: "Bendito seja o Senhor, o Deus de Sem! E seja Canaã seu escravo.

27 Amplie Deus o território de Jafé; habite ele nas tendas de Sem, e seja Canaã seu escravo". (Gênesis)

**Figura 1 - Bula "Romanus Pontifex" do Papa Nicolau V**



Canaã, segundo o livro sagrado cristão, era a terra prometida por Deus a seu povo. Embora a Canaã relatada no livro de Gênesis seja uma região identificada com o território do Oriente Médio que inclui a Palestina, Líbano e Jordânia, a Bula papal demarcava o Cabo Bojador, na costa das Ilhas Canárias, como o marco territorial além do qual estavam liberados a invasão, conquista, domínio e exploração pelo reino português. A autorização papal era o que os reinos português e, mais tarde, o espanhol precisavam para agir sem culpa nos territórios africanos em que negociava.

**Figura 2 - Bula "Precelise devotionis et indefessum" do Papa Leão X**



Segundo Laurentino Gomes, “entre os séculos XV e XVI, seguidas bulas papais deram a justificativa religiosa e o respaldo político de que os portugueses precisavam para conquistar novos territórios na África e escravizar seus habitantes. Foram três as mais importantes”: a Dum Diversas, de 1452, a *Romanus Pontifex*<sup>11</sup>, de 1455 (figura 1), “a carta régia do imperialismo português”, que autorizava o português D. Henrique a escravizar “todos os pagãos que se encontrassem entre o Marrocos e a Índia”; e a bula *Inter Coetera*, de 1456, pela qual o papa Calisto III tornava a Igreja parceira em todos esses empreendimentos (p. 343).

<sup>11</sup>“pela qual concedeu ao rei D. Afonso V e ao Infante D. Henrique e a todos os reis de Portugal seus sucessores, todas as conquistas de África com as ilhas nos mares a ela adjacentes, desde os cabos Bojador e Não e toda a costa da Guiné, e que nelas possam mandar edificar igrejas cujos padroados lhe ficarão pertencendo”. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Um padre jesuíta italiano, Jorge Benci, chegou ao Brasil em 1681 para trabalhar na Bahia e vinte anos mais tarde, ao retornar para a Lisboa escreve uma obra que o transformaria em um dos principais ideólogos da escravidão entre os jesuítas. Benci defendia que “o cativo era parte e consequência da natureza decaída do ser humano”.

Para ele, “o pecado foi o que abriu as portas por onde entrou o cativo.” e “os escravos africanos seriam, portanto, os herdeiros da maldição de Cam”: “É a mesma geração dos pretos que nos servem; e, aprovando Deus essa maldição, foi condenada à escravidão e cativo”. Não demorou para que filósofos iluministas como David Hume, Voltaire e Kant também publicassem suas opiniões racistas e supremacistas a sobre o povo negro africano:

Eu suspeito que os negros, como em geral todas as outras espécies de seres humanos, sejam naturalmente inferiores aos brancos. Nunca houve entre eles nação alguma tão civilizada quanto entre os brancos (...) (HUME, 1748, cit. p. 75).

Os olhos redondos, o nariz achatado, os lábios sempre grossos, o formato diferente das orelhas, o cabelo encrespado na cabeça e mesmo a sua capacidade mental estabelecem uma prodigiosa diferença entre eles e as outras espécies de seres humanos. (VOLTAIRE, 1756, cit. p.75).

Os negros africanos não receberam da natureza qualquer inteligência que os coloque acima da tolice. Portanto, as diferenças entre as duas raças (negra e branca) é muito substancial. A distância no que diz respeito às faculdades mentais parece ser tão grande quanto a da cor (da pele) (KANT, 1764, cit. p.75).

Um século mais tarde, o período iluminista (século XVIII) passaria a ser a luz da razão que legitimaria a ideologia racista e supremacista contra os africanos negros.

### 2.3 O RACISMO

*Luta de raças. Para a política, luta de classes.*

(DIWAN, 2007)

Até o período que convencionou-se chamar de Iluminismo, as regras políticas, sociais e morais eram controladas pela Igreja Católica, que já vinha sendo questionada como autoridade moral e religiosa desde a Reforma de Lutero, que, longe de querer um rompimento com a Igreja, propunha moralização da relação da Igreja com a nobreza, pondo fim às trocas de favores entre os dois grupos e o reforço da obra na fé, um dogma que os protestantes e adeptos de suas vertentes mais modernas sustentam até hoje (HUNT, 2013).

A Reforma foi um forte ingrediente que se somou ao caldo de mudanças econômicas e sociais que iniciara fervura um século antes. O desenvolvimento de um novo padrão de produção (com os cercamentos) e a imposição de novas relações de trabalho que provocavam deslocamentos populacionais intra reinos, e os novos produtos da criatividade humana como, por exemplo, a imprensa (1430)<sup>12</sup> e instrumentos de navegação como a bússola e o astrolábio, as crescentes relações comerciais entre os povos e nações continentais, do norte e do leste, levaram à intensificação dos negócios entre os reinos ao norte, sul e a leste, trazendo muita inquietação social, forçando o estabelecimento das cidades comerciais (em substituição às tradicionais feiras de escambo) com caráter de mercado permanente e fomentando a indústria da exportação (HUNT).

Por volta do século XV, as feiras já estavam sendo substituídas por cidades comerciais, onde florescia um mercado permanente. O comércio e o negócio nessas cidades se tornaram incompatíveis com os restritivos costumes e tradições feudais. Em geral, as cidades conseguiam ganhar independência de seus senhores feudais e da Igreja. (HUNT, 2013, LAUTZENHEISER, p. 9).

Toda essa efervescência econômica, social e cultural derivada do contato crescente com diversos povos e nações levou ao rompimento com a cultura e costumes da Idade Média. O despertar intelectual levou ao progresso científico que possibilitou ampliar as aventuras marítimas com mais segurança (HUNT, 2013, p.13), superando antigos e amedrontadores mitos.

Para compreender como a questão do racismo foi travestida, no século XX, com o discurso de responsabilidade individual do sujeito que fracassa porque está se esforçando pouco, e não por causa das limitações e injustiças impostas a ele por um sistema construído para manter a riqueza longe dos bolsos de quem a produz, propõe-se uma rápida digressão ao tempo em que a doutrina econômica do individualismo surgiu.

No século XVI, o poder da Igreja vai se esvaindo à medida em que o capitalismo vai se solidificando e os estados-nação se tornam mais fortes. A “ética cristã paternalista” até então vigente e praticada pela Igreja, “que justificava extremas desigualdades de riqueza, supondo que Deus escolhera os ricos como guardiães benevolentes do bem-estar material das massas” passou a ser a ética paternalista do Estado. “No início do período mercantilista, os autores de trabalhos de Economia passaram a substituir cada vez mais a Igreja medieval pelo Estado, como a instituição que deveria cuidar do bem-estar público.” O sistema de poder e

---

<sup>12</sup>Pelo alemão Gutenberg < <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/invencao-imprensa.htm> > Consultado em 07/2021.

caridade organizado pela Igreja deixou de operar. Com o declínio das exportações de lã, na segunda metade do século XVI (bem como em decorrência dos já então notáveis momentos de depressão econômica), a instituição já não era mais procurada pelo povo para fugir do desemprego e da pobreza.

Entretanto, o Estatuto dos Artífices, lei de 1563, estabelecia condições de trabalho e o salário máximo que poderia ser pago ao trabalhador assalariado a fim de não prejudicar os lucros do capitalista. Há que se notar que “os juízes que os estabeleciam e que faziam cumprir o estatuto geralmente pertenciam à classe empregadora”. A ética paternalista, agora assumida pelo monarca no papel de Estado, não tinha a finalidade de proteger o trabalhador, mas seguia sustentando que o trabalhador pobre “deveria ficar em seu devido lugar.” (HUNT, 2013, p. 22).

O período do mercantilismo inglês se caracterizou pela aceitação, segundo o espírito da ética cristã paternalista, da ideia de que ‘o Estado tinha a obrigação de servir à sociedade, aceitando e satisfazendo a responsabilidade pelo bem-estar geral’. Os vários estatutos aprovados naquele período ‘assentavam-se na ideia de que a pobreza, em vez de ser um pecado pessoal, era função do sistema econômico’. Reconheciam que as vítimas das deficiências do sistema econômico deveriam ser alvo dos cuidados daqueles que dele se beneficiavam. (HUNT, 2013, p. 23).

A dinâmica do comércio internacional e o conseqüente aumento da concorrência afetaram os preços relativos das mercadorias e reduziu continuamente a taxa de lucro dos capitalistas do comércio. Na medida em que o lucro obtido pelo diferencial de preços se reduzia, os capitalistas iam se apropriando cada vez mais do processo de produção. E dentro dessa microeconomia industrial nascente surge a figura do mestre de corporação, que se associava e protegia em guildas, espécie de associação profissional que operava como um sistema de reserva de mercado prevenindo o acesso de aprendizes e operários à função de mestre, preservando status e renda de seus integrantes.

“Com o tempo, os mestres foram se transformando cada vez mais nos organizadores e controladores do processo produtivo” (HUNT, 2013), tornando-se empregadores ou capitalistas, e era cada vez mais difícil para um artífice ou aprendiz se tornar mestre de corporação, limitando-se a ser apenas trabalhador contratado. Por deterem o conhecimento das tecnologias de produção de mercadorias, os interesses dessa classe de comando eram completamente diversos do interesse dos antigos capitalistas mercadores, que apenas transacionavam mercadorias.

Nesse contexto, então, que surgem novas teorias econômicas e filosóficas com também novas interpretações a respeito da formação dos preços. Do simples equilíbrio entre

oferta e demanda, e da utilidade, chegam à interpretação de que os preços eram determinados pelas condições de produção e que os lucros eram originários do processo produtivo e não mais da utilidade. Os novos capitalistas rejeitavam tanto o excesso de regulamentações e restrições que beneficiavam o capital comercial, como também o paternalismo cristão e o Estado paternalista e regulador.

Aparece então a “filosofia do individualismo”. O pêndulo da crença humana saía do período do determinismo divino e entrava no período do conhecimento científico. No século XVII, Thomas Hobbes, filósofo, filho de um clérigo da igreja anglicana<sup>13</sup> e amigo próximo de William Cavendish, magnata inglês, neto da condessa de Shrewsbury, conhecida por ser a mulher mais rica da Inglaterra depois da rainha Elizabeth I<sup>14</sup>, foi um dos que trouxeram para os novos capitalistas o arcabouço filosófico de que precisavam para justificar a liberdade irrestrita de atuação da iniciativa individual e o comportamento egoísta natural do ser humano, tão necessário para que a nova economia de mercado capitalista vingasse.

A economia de mercado capitalista [...] precisava de um comportamento baseado na iniciativa individual, aquisitivo, para funcionar bem. [...] Começaram a afirmar que os motivos pessoais e egoístas eram os motivos básicos – quando não os únicos – que levavam o homem a agir.[...] Muitos filósofos e teóricos sociais começaram a afirmar que todo ato humano estava relacionado com a autopreservação e que, por isso, era egoísta, no sentido mais puro do termo (HUNT, 2013, p.24).

A contribuição de Thomas Hobbes, por exemplo, foi afirmar que todos os motivos do ser humano, inclusive aqueles tidos como bondosos – como a compaixão, piedade e solidariedade –, eram apenas manifestação do autointeresse disfarçado. Outro pensador que ajudou a formar a coletânea ideológica pró-capitalismo foi Thomas Malthus, personalidade da qual voltaremos a falar mais adiante, para o qual “a divisão de classes [entre proprietários ricos e trabalhadores pobres] era uma consequência inevitável da lei natural.” (HUNT, 2013, p.62). “As doutrinas individualistas e egoístas foram ansiosamente defendidas por esses homens e começaram a dominar o pensamento econômico, até mesmo entre os mercadores.” (Idem, p. 24).

A ética individualista trazida pela Reforma Protestante, que Hunt chama de “filosofia de classe média”, veio permitir aos capitalistas mais liberdade não apenas com relação às restrições econômicas que envolviam a produção e o comércio, como também com relação à moral relacionada às novas atividades desenvolvidas: “o protestantismo não só os libertou da

<sup>13</sup>Fonte: <https://www.arqnet.pt/portal/biografias/hobbes.html> Acesso em 07/2021

<sup>14</sup>Fonte: <http://bcw-project.org/biography/william-cavendish-marquis-of-newcastle> Acesso em 07/2021

condenação religiosa, como também acabou transformando em virtudes os motivos pessoais, egoístas e aquisitivos que a Igreja medieval tanto desprezara.” (Ibidem, p. 25).

No campo moral, entretanto, esses novos protestantes, no geral, a exemplo de Lutero, eram profundamente conservadores no que se referia à propriedade e se posicionavam favoráveis a qualquer reação violenta da nobreza na defesa do seu patrimônio acumulado:

Durante a revolta dos camponeses<sup>15</sup>, na Alemanha, em 1524, Lutero escreveu um folheto cheio de rancor, intitulado *Contra as Hordas de Camponeses Assassinos*, em que dizia que os príncipes deveriam ‘derrubar, estrangular e apunhalar’ [...] Seu conselho contribuiu para o clima geral em que foram assassinados mais de 100 mil camponeses, tudo em nome do zelo religioso (HUNT, 2013, p.25).

Dos pressupostos da nova ética protestante destacam-se a simplicidade, a moderação e o ascetismo, ou a renúncia aos prazeres mundanos. No início do capitalismo, foi necessário inverter a balança moral, fazendo com que os comportamentos antes considerados condenáveis, como o egoísmo e a busca pelo lucro, fossem tornados mais palatáveis socialmente e aceitos religiosamente para que o novo sistema produtivo pudesse dar certo.

O distanciamento cada vez maior da doutrina paternalista estatal e a recente autorização teológica e filosófica para o comportamento egoísta, juntamente com a ideia de concorrência de mercado, acabou se tornando ideologia da supremacia da conduta e sucesso individual. E se o indivíduo é livre e a sua conduta não pode sofrer qualquer constrangimento por parte do Estado, o resultado da sua atividade produtiva também não deveria sofrer qualquer restrição. Sir Dudley North<sup>16</sup> (1641-1691), economista, funcionário público, rico mercador inglês e um *Tory*, foi o primeiro a defender abertamente o *laissez-faire*, conceito de extrema liberdade econômica que fundamentou o liberalismo clássico (HUNT, 2013).

---

<sup>15</sup>A Revolta dos Camponeses foi uma revolta liderada por Thomas Müntzer, pastor da Saxônia, contra os senhores feudais na Alemanha. Müntzer era adepto da Reforma mas, ao contrário de Lutero, acreditava que as pessoas mais simples compreendiam melhor a pregação da nova religião do que os nobres e ricos. A proposta de Müntzer era pregar aos mais humildes de forma acessível. O discurso de Müntzer chegou a outras regiões e chegou a concentrar 500 pessoas em um movimento secreto chamado de Aliança de Allsted. Os camponeses revoltosos “reivindicavam a livre escolha dos líderes espirituais, a abolição da servidão, a diminuição dos impostos sobre a terra e a liberdade para caçar nas florestas pertencentes à nobreza.” Müntzer colidiu frontalmente com Lutero, que era radicalmente contra a qualquer possibilidade de ascensão plebeia. No início de 1525, a revolta já havia se espalhado em todo o sul e já chegava ao norte e leste da Alemanha, entretanto, os lavradores não tiveram chance contra os soldados da nobreza. Em maio daquele ano, foram cercados e mortos aos milhares. Reivindicavam a livre escolha dos líderes espirituais, a abolição da servidão, a diminuição dos impostos sobre a terra e a liberdade para caçar nas florestas pertencentes à nobreza. Há, entretanto, divergências quanto aos números de mortos: a matéria da DW fala em 5 mil, e Hunt, que fala em 100 mil. O site português Infopedia também relata 100 mil. Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/1525-fim-da-guerra-dos-camponeses/a-542971> Consulta em 07/2021.

<sup>16</sup>Uma breve biografia do Sir Dudley North encontra-se em <<https://www.britannica.com/biography/Dudley-North>> Consultado em 07/2021.

## 2.4 EUGENIA

A questão da supremacia de um grupo sobre outro sempre esteve presente na história. As vitórias das guerras traziam exatamente essa ideia: o grupo de vencedores, os mais fortes; e o dos perdedores, os fracos. Aqueles eram muito melhores do que estes, que se submetiam aos vencedores. Filósofos como Aristóteles e Platão também pensavam no sentido de incentivar a geração e manutenção de uma espécie superior de humano, estimulando “o matrimônio dos casais ‘superiores’” com finalidades de preservação da raça (DIWAN, 2018). Nessa mesma linha, houve uma construção ideológica segundo a qual os cristãos, em nome de Deus, estavam em posição de superioridade sobre muçulmanos e os indígenas do Novo Mundo, justificando dessa forma guerras, perseguições, opressões, violências e até extermínios. (DIWAN, 2018).

Thomas Robert Malthus (1766 a 1834), economista e demógrafo inglês, nascido em família abastada, afirmava que a produção de alimentos jamais superaria o crescimento populacional e que, portanto, era necessário colocar limites à reprodução humana.<sup>17</sup> Em sua teoria da população, ele afirmava que “a pobreza e o sofrimento abjeto eram o destino inevitável da maioria das pessoas, em toda sociedade.” (HUNT, 2013, p.63)

Pelas leis inevitáveis da natureza, alguns seres humanos teriam de passar necessidade. Essas são as pessoas infelizes que, na grande loteria da vida, tinham tirado um bilhete em branco. (HUNT, 2013, citando Malthus em Primeiro Ensaio, p.143).

A grande loteria à qual Malthus se referia era certamente a grande loteria genética, conhecimento que viria a ser desenvolvido na segunda metade do século XIX por Gregor Mendel<sup>18</sup>. E o bilhete em branco era o azar de nascer em uma família de trabalhadores completamente sem posses, apenas com a própria pele para vender.

Vinte e cinco anos depois da morte de Malthus, o naturalista britânico Charles Darwin<sup>19</sup>, publicou A Origem das Espécies, obra que revolucionou o pensamento científico ocidental. Segundo a teoria desenvolvida por Darwin, variações genéticas devem ocorrer na

<sup>17</sup>Fonte: <<https://www.britannica.com/biography/Thomas-Malthus>> consulta em 07/2021

<sup>18</sup>Monge agostiniano, filho de camponeses pobres que contou com a ajuda de um pároco local para estudar. Exímio na matemática, foi o primeiro estudioso a estabelecer os fundamentos matemáticos no estudo da genética. Fonte: <<https://www.britannica.com/biography/Gregor-Mendel>> consulta em 07/2021

<sup>19</sup>Charles Darwin era filho de médico e neto de industrial. Não obstante sua notável contribuição para o conhecimento humano, seu pai o considerava um tanto preguiçoso nos estudos, mesmo assim, o matriculou na Universidade de Edimburgo, onde passou dois anos. Fonte: <<https://www.britannica.com/biography/Charles-Darwin>> consulta em 07/2021

natureza, favoráveis ou úteis de alguma forma para o organismo na luta pela sobrevivência. As variações favoráveis aumentam as chances de sobrevivência e reprodução e são transmitidas de geração para geração às custas das menos favorecidas. O resultado desse processo será um organismo bem adaptado ao ambiente e a evolução acaba acontecendo como consequência dele.<sup>20</sup>

Como visto anteriormente, a ideologia econômica desde o século XVII já estava ativamente apoiando alguns dogmas necessários à consolidação da economia capitalista, como, por exemplo, o fim do então chamado paternalismo de Estado, o livre exercício da iniciativa empresarial, do egoísmo e a supremacia dos interesses individuais sobre os interesses da coletividade. Essa ética individualista e egoísta está na base do liberalismo clássico.

E foi com o pensamento de Malthus que o *laissez-faire* foi mostrando exatamente quem era quem na nova configuração econômica e social da Europa, uma vez que a formação da indústria aconteceu com custo social altíssimo: “os bens de capital tinham que ser comprados a um custo social que implicava privações em massa” (HUNT, 2013, p. 56). O esforço para a montagem da estrutura industrial implicou em redução crítica da produção dos bens de subsistência. E o aumento da produtividade que se verificava não foi suficiente para aliviar os custos sociais gerados pela acumulação de capital. “Em toda a época da Revolução Industrial, não há dúvida de que o padrão de vida dos pobres caiu sensivelmente em relação aos padrões das classes média e superior” (p.56). E Hunt completa, citando Hobsbawn:

Os relativamente pobres ficaram mais pobres simplesmente porque o país e sua classe rica e média ficaram, obviamente, mais ricos. No exato momento em que os pobres estavam nas piores condições possíveis... a classe média estava com sobra de capital, que investia quase que integralmente em estradas de ferro e gastava em mobiliário e artigos domésticos apresentados na Grande Exposição de 1851 e em construções opulentas nas cidades. (HOBSBAWN apud HUNT, 2013, p. 56).

Os mais pobres arcaram com os custos da industrialização. “Não pode haver dúvida quanto à classe que arcava com os custos sociais, em termos do consumo sacrificado necessário para a industrialização”. Os trabalhadores, agora do novo sistema produtivo, perderam o acesso aos meios de produção, perderam a proximidade de suas relações sociais, perderam o orgulho da habilidade no trabalho e passaram a ser reféns do relógio.

O ritmo de trabalho passou a ser decidido pela máquina, o trabalhador foi reduzido a “simples apêndice da máquina, implacável e ditadora do ritmo de trabalho”. Pela facilidade

---

<sup>20</sup>Verbete: Teoria da Evolução. Fonte: <<https://www.britannica.com/science/evolution-scientific-theory/The-science-of-evolution#ref311587>> Consulta em 07/2021

que tinham no novo trabalho – e também pela necessidade de aumentar o produto industrial – mulheres e crianças foram incorporadas à nova indústria. Sem treinamento nenhum, elas conseguiam trabalhar tão bem quanto os homens e recebiam salários muito mais baixos do que os deles. Famílias inteiras eram recrutadas para trabalhar para conseguirem um salário suficiente apenas para comer.

Muitos donos de fábricas preferiam as mulheres e as crianças, porque elas podiam ser reduzidas a um estado de obediência passiva mais facilmente do que os homens. A ideologia difundida naquela época – de que a boa mulher era a mulher submissa – era de grande valia para seus empregadores [...] As crianças não recebiam quase nada em troca das muitas horas de trabalho, nas piores condições possíveis. As autoridades que controlavam as *Leis dos Pobres* podiam contratar os filhos dos pobres, e isso levava as negociações habituais, em que as crianças eram tratadas como meras mercadorias (HUNT, 2013, p. 57).

Os trabalhadores “foram reduzidos a meros vendedores de força de trabalho, totalmente dependentes das condições de mercado para sua sobrevivência.” (HUNT, 2013, p. 56-57). Para Malthus, a estrutura de proprietários ricos e trabalhadores pobres era inevitável, não importava o quanto se tentasse mudar o capitalismo. “Essa divisão de classes era, segundo Malthus, uma consequência inevitável da lei natural.” (idem, p. 62). Eram eles que deveriam perder para que a burguesia pudesse vencer. E a tal “lei natural”, uma muralha ideológica construída pelos pensadores da Economia e da Biologia (quase todos nascidos em famílias ricas) da época, tratou de apartar os trabalhadores pobres, agora desumanizados, dos meios produtivos e dos ganhos por eles gerados, e se tornou dogma econômico, a partir de agora também justificado pela genética.

A ciência estava na moda, como afirmou Diwan (2018), e essa fervura científica no campo da biologia gerou conhecimentos marcantes nas áreas da fisiologia, microbiologia e do evolucionismo, ideias que seriam transpostas para o nível social: “Claude Bernard (França, 1813-1878) e sua fisiologia pregavam que a vida poderia ser explicada através da dimensão físico-química da ciência”. A microbiologia, com Louis Pasteur [idem, 1822-1895], por seu modo, influenciou fortemente a ideia de higienização social e políticas de vacinação obrigatória, quarentenas e regras de higiene pessoais e públicas. O higienismo reforçou a dimensão biológica da sociedade, fortaleceu a ordem social e política (DIWAN, 2018, p. 28) e, conforme nos conta Reich (2015), a microbiologia era subjacente ao antisemitismo de

Hitler, que associava a contaminação por sífilis<sup>21</sup> aos judeus, à promiscuidade da “prostituição do amor” e a:

Consequências extremamente funestas para o homem, pois os danos morais resultantes da degeneração são por si só suficientes para provocar a decadência lenta mas segura de um povo. Esta judaização da nossa vida espiritual e a introdução do mercantilismo nos nossos instintos sexuais acabarão por corromper, mais cedo ou mais tarde, toda a nossa descendência. (cit. *Mein Kampf* Hitler, p. 75).

Reich nos mostra, ainda, também a provável origem do horror que nazifascistas, ou mesmo a centro-direita política, tem do comunismo: “é necessário notar que essa teoria do envenenamento está estreitamente ligada à tese política do envenenamento do teutonismo pelo ‘judeu do mundo Karl Marx’” (p. 75). Para Hitler, os judeus eram uma peste que estaria a contaminar o puro sangue alemão. Sabemos bem para onde o discurso do *fürher* conduziu a humanidade. Essa dimensão biológica da eugenia é extremamente relevante uma vez que justificará toda uma ideologia político-econômica de domínio de massas que pretenderá dominar a humanidade em poucas décadas a seguir.

Os estudos de Mendel (1866) foram complementados pela teoria do alemão August Weismann (Alemanha, 1834-1914), biólogo e fundador da genética<sup>22</sup>, que afirmava que o plasma germinativo (gametas) era o responsável por transmitir os caracteres ancestrais pelo meio ambiente e, assim, “a seleção natural estaria assegurada por eliminar naturalmente os caracteres defeituosos, inferiores e mais fracos através das gerações” (DIWAN, 2018), e ambos convergiram para os estudos de vanguarda de Darwin. Entretanto,

(...) tais ideias encontrarão eco nas teorias econômicas e sociais que justificarão o comportamento humano em sociedade. Dessas aplicações essencialmente políticas surgirá o darwinismo social, que, dando voz aos argumentos de racistas e eugenistas, era consoante também com os princípios da burguesia industrial e deu a base científica, do ponto de vista econômico, para os objetivos de controle e permanência no poder. (DIWAN, 2018, p. 30).

Esse conjunto de conhecimentos não demorou a ser apropriado pelos adeptos do darwinismo social e, o conceito “indivíduo que melhor se adaptar ao ambiente sobreviveria” foi traduzido em “o mais forte sobrevive”.

<sup>21</sup>Doença sexualmente transmissível, hoje curável, mas que pode ser transmitida durante a gravidez ou no momento do nascimento para o bebê. Fonte: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist/sifilis> Consultado em 07/2021.

<sup>22</sup>Fonte: <<https://www.britannica.com/biography/August-Weismann>> Consulta em 07/2021

O darwinismo social vai se apropriar dessas ideias para legitimar seus desejos de controle ideológico. Baseados na luta pela vida, na concorrência e na seleção, os caminhos para solucionar os problemas sociais deveriam visar, acima de tudo, ao triunfo do indivíduo superior. (DIWAN, 2018, p.31)

Diwan aponta o trabalho de André Béjin sobre as três fases do evolucionismo: evolucionismo liberal (entre 1853 e 1883); um darwinismo social que dará origem ao racismo e eugenia, período de consolidação do colonialismo europeu, entre 1884 e 1904; e a terceira fase, de 1905 a 1935, quando instituições e governos colhem os frutos dos esforços da fase anterior por “métodos compulsórios e totalitários” (DIWAN, 2018, p.32).

Francis Galton (1822 a 1911), explorador, antropólogo e geneticista inglês, filho de família aristocrática e conhecido por seus estudos a cerca da inteligência humana<sup>23</sup>, a partir do trabalho de seu primo Charles Darwin “passa a se dedicar ao desenvolvimento de uma teoria social que tivesse como objetivo principal a evolução da raça.” (DIWAN, 2018, p. 39)

Darwin foi um dos primeiros seguidores de Galton. Ainda que não tivesse o nome de eugenia, trazer para o mundo social as características da natureza e da vida animal a fim de aperfeiçoar a humanidade como se fôssemos ‘cavalos’ era teoria bem aceita na época. (DIWAN, 2018, p. 39-40).

Mas a concordância entre os dois primos durou até Darwin relatar a sua teoria de transmissão de caracteres – ou pangênese – segundo a qual haveria um possível mecanismo de transmissão hereditária, de pais para filhos, alteradas pelo meio ambiente. Galton tentou aperfeiçoar a ideia: para a teoria de melhoria de raça “ser validada por intermédio da seleção dos caracteres mais importantes – atributos físicos e mentais, de raça e de classe –, o meio ambiente não poderia influenciar essa carga hereditária.” Galton, então, segue estudando e, em 1865, publica *Hereditary Talent and Character*, e trabalha em função de validar esse estudo. Quatro anos mais tarde, publica *Hereditary Genius*, onde defende que o talento é hereditário e não resultado do meio ambiente.

Em 1873, o botânico suíço Alphonse de Candolle publica *Histoire des sciences et des savant depts deux siècles*, em que contesta Galton e lança a polêmica “*nature versus nurture*”, natureza versus nutrição. Nele, Candolle afirma que “a educação e o ambiente social eram fatores fundamentais para o desenvolvimento de qualquer pessoa”, ao que Galton rebate publicando uma enquete feita entre seus pares na qual perguntava se eles achavam que seus talentos eram herdados ou adquiridos. Todos afirmaram que era herdado. No ano seguinte, Galton publica sua própria teoria sobre a hereditariedade. Passa então a estudar o cruzamento

<sup>23</sup>Fonte: <<https://www.britannica.com/biography/Francis-Galton>> Consulta 07/2021

de ervilhas, com o objetivo de “resolver um dos problemas mais importantes da doutrina eugênica: selecionar os mais aptos e eliminar ou controlar os inaptos dentro de cada classe social”.

Galton se dedica por quase vinte anos coletando dados com médicos e voluntários e, através da estatística e da matemática, queria provar que o talento é herdado e “que a doença mental, o crime e a marginalidade eram também resultados da herança genética.” Em 1883, Galton publica obra com análises sociológicas e material antropológico reunidas por ele próprio e usa o termo *eugenia*<sup>24</sup>, pela primeira vez. (DIWAN, 2018, p.40-41).

Galton segue suas pesquisas de mapeamento de caracteres humanos, aprimorando uma técnica de superposição fotográfica de rostos com o fim de identificar caracteres comuns. Segundo ele, com isso, “seria possível obter retratos típicos de saúde, doença e criminalidade”. O desejo dele era o de “controlar casamentos, impedir a reprodução e, se não melhorar a raça, ao menos evitar piorá-la”. Nos anos finais de sua vida, publicou o *Hereditary Improvement*, “um manifesto pelo aperfeiçoamento hereditário”. Galton afirma que o valor da raça é superior e mais importante do que a educação e o meio ambiente, e prega o celibato dos débeis “para poupar a sociedade de seus descendentes.” (DIWAN, 2018, p.42-43).

O objetivo final de Galton era que, ao controlar a não reprodução de humanos débeis ou criminosos, “o processo de seleção natural seria cumprido e respeitado, permanecendo os mais aptos cada vez mais fortes e os menos aptos com tendência a desaparecer gradativamente.” Esse desejo de Galton, entretanto, esconde um paradoxo: se o processo de seleção natural sofrer a interferência humana para juntar os melhores e impedir os piores de se reproduzirem, a seleção deixaria de ser natural e passaria a ser uma seleção controlada, ou uma seleção artificial.

Em 1891, no Congresso de Demografia que aconteceu em Londres, Galton defendeu a melhoria da raça “principalmente nas colônias africanas e nos países tropicais.” Mas foi só no século XX que a doutrina eugenista chega à Alemanha e aos EUA. A defesa que Galton fez da eugenia naquele país foi tão impactante que em 1903 os estadunidenses fundaram a Associação Americana de Reprodução, e Galton foi nomeado membro honorário. Por outro lado, junto à recém criada Sociedade de Sociologia, na Inglaterra, Galton defende “investigação histórica sobre as taras da sociedade classificadas segundo sua utilidade social” e “coletar sistematicamente fatos que demonstrem as circunstâncias pelas quais famílias

---

<sup>24</sup> Termo grego que quer dizer “de boa linhagem, dotado hereditariamente com nobres qualidades” e “ciência do melhoramento” (DIWAN, 2018, p. 41).

grandes obtêm sucesso”. A Sociedade de Sociologia torceu o nariz para as ideias de Galton e alguns de seus membros se referiam às teorias de Galton como “nova religião”. (DIWAN, 2018, p. 45).

Finalmente, um ano após a morte de Galton a Sociedade de Educação Eugénista promove o Primeiro Congresso Internacional de Eugénia, em Londres. A eugénia fez sucesso nos cinco continentes, mas nos países em que ela chegou ao poder – Alemanha, Estados Unidos e Escandinávia – ela foi usada como arma política de discriminação social e limpeza étnica. (p. 46).

Embora, como informa a literatura consultada, a eugénia tenha nascido na Inglaterra, o modelo estadunidense influenciou a eugénia em outros países, inclusive a Alemanha dos anos 1930. Nos EUA, as leis eugénicas visavam o combate a criminalidade, enquanto na Alemanha, o propósito era biológico e visava a pureza da raça (DIWAN, 2018, p. 68). Após décadas como pano de fundo de ações racistas e xenofóbicas contra vários grupos étnicos e nacionais, “a eugénia foi enterrada viva” a partir de 1948”. “Falar em seu nome seria reavivar as práticas julgadas pelos tribunais de Nuremberg” (DIWAN, 2018, p.71).

#### **2.4.1 Eugénia na América Latina**

No continente latino-americano, a eugénia encontrou a resistência da religião católica em razão de seu conservadorismo anticientífico. Se na parte latina do continente americano a doutrina eugénista teve efeitos diferentes em razão da identidade cultural latina histórica, dois países se destacam na aplicação da doutrina em suas populações: a Argentina e o Brasil. Na Argentina, o médico Victor Delfino, após comparecer ao Primeiro Congresso Internacional de Eugénia, em 1912, organizou um comitê eugénico em 1914. Uma grave crise econômica levou o país latino a uma guinada em direção à extrema-direita política, conectando firmemente os eugénistas argentinos com o fascismo italiano e sua “*difesa della stirpe*”, levando o país também à xenofobia (DIWAN, 2018, p.76-78).

Em 1932, médicos argentinos fundaram a Associação Argentina de Biotipologia, Eugénia e Medicina Social, inspirados no trabalho do médico italiano Nicola Pende, cujo eugenismo era ainda mais radical do que o eugenismo dos estadunidenses e ingleses. O povo indígena na Argentina era marginalizado, os negros eram apenas 2% da população e, de 1890 até 1930, “quase metade dos imigrantes que entraram no país era de origem italiana”. “A Argentina foi o único país da América Latina a realizar o branqueamento racial.” (DIWAN, 2018, p. 78).

No Brasil, o médico e farmacêutico paulista Renato Kehl foi o “maior propagandista da eugenia brasileira”, inspirando outros profissionais a defender a ideia de raça pura e limpeza de raça no país. “A nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”, declarou Kehl em seu livro *Lições de Eugenia*. (DIWAN, 2018, p. 87). Se é verdade que Kehl foi o grande propagandista da ideologia racista, também é verdade que a intelectualidade brasileira já compartilhava das teorias racistas importadas da Europa pela elite republicana nacional. Durante seu reinado, D. Pedro II, conhecido por fomentar o “desenvolvimento das artes e das ciências” no Brasil, ajudou o país a se tornar campo fértil para os “homens da ciência”.

Com a vinda da família real em 1808, o Brasil passou a fazer parte dos roteiros de viagens de alemães, ingleses, franceses e estadunidenses, que vinham a esta terra a fim de ter contato com a enorme diversidade natural. O atraso social que observavam no território brasileiro para os estudiosos que aqui aportavam, seria resultado não do processo de exploração colonial que vigia no Brasil, mas da miscigenação: “a miscigenação era a grande vilã, contrária ao progresso dos países do Novo mundo e exorcizada pelos europeus.” Os visitantes europeus atribuíam à grande mestiçagem da população brasileira o atraso da sociedade, fator antievolutivo, uma vez que o progresso estava destinado às sociedades puras. “O mestiço era um degenerado” (DIWAN, 2018, p. 89).

Assim, o racismo veio importado da Europa e foi implantado em uma terra que era “verdadeiro criatório de mestiços, gerados pelo pai branco em suas múltiplas mulheres índias.” (RIBEIRO, 2017). E a partir da escravidão negra, o branco europeu também cuidaria de propagar, através das mulheres negras escravizadas mais formosas, suas características geneticamente superiores.

Como explicar então o sucesso de teorias racistas em terras tupiniquins? Darcy Ribeiro nos oferece algumas pistas interessantes, a partir da identificação cultural e linguística dos nascidos nesta parte do Novo Mundo. “Os primeiros núcleos neobrasileiros” eram “formados, sobretudo, de brasilíndios e afro-brasileiros” em um “mundo não apenas diferente, mas oposto ao do índio, ao do português e ao do negro”, o que influencia na percepção das diferenças e “revela-se na prevenção do nativo com relação ao metropolitano e, como contrapartida, no desprezo deste pela gente da terra”. E prossegue Ribeiro, no que pode ser a resposta para o tal “complexo de vira-lata” que costuma em geral marcar a autoestima do brasileiro:

Naquela busca de sua própria identidade, talvez até se desgostasse da ideia de não ser europeu, por considerar, ele também, como subalterno tudo que era nativo ou negro. Mesmo o filho de pais brancos nascido no Brasil, mazombo, ocupando em

sua própria sociedade uma posição inferior com respeito aos que vinham da metrópole, se vexava muito da sua condição de filho da terra, recusando o tratamento de nativo e discriminando o brasilíndio mameluco ao considerá-lo como índio. (RIBEIRO, 2017, p. 96).

Ou seja, o brasileiro não era aceito pelos portugueses como europeu, pois nascido na colônia, e também não era índio, pois os desprezava. Também não era o negro feito escravo, pois sequer eram considerados humanos. O brasileiro não existia de fato enquanto nação. A “brasilianidade” só começa a tomar corpo, conforme Ribeiro,

Quando a sociedade local se enriqueceu, com contribuições maciças de descendentes dos contingentes africanos já totalmente desafricanizados pela mó aculturativa da escravidão. Esses mulatos ou eram brasileiros ou não eram nada, já que a identificação com o índio, com o africano ou com o brasilíndio era impossível (RIBEIRO, 2017, p. 97).

Esses mulatos ajudariam a propagar a língua portuguesa como idioma nacional e, somados aos mamelucos, formariam a maioria da população que seria reconhecida mais tarde como brasileira. “Sobre essa massa de neobrasileiros feitos pela transfiguração de suas matrizes é que pesaria a tarefa de fazer o Brasil” (RIBEIRO, 2017, p. 98).

No século XIX já se notava o “branqueamento” e a aculturação dos negros (p. 118). E à medida que aumentava o contingente embranquecido, de origem europeia da população (pela multiplicação de mestiços), os negros só eram repostos pela adição de escravos para atender ao processo produtivo. (p. 120). O Brasil era produto da economia mundial e agora precisava de profundas transformações para subsistir fora dela, mas para isso eram necessárias três condições incontornáveis: “abolição, reforma agrária, industrialização autônoma.”, ou seja, deixar de ser uma empresa colonial. Mas a elite agrária nacional queria continuar proprietária de corpos cativos, exportando produtos tropicais e importando bens manufaturados (p. 119).

## 2.5 CONSTRUINDO MURALHAS CONTRA OS NEGROS

Nesta seção, procura-se expor os principais mecanismos legais elaborados e impostos pela elite nacional à população negra, seja durante o Império, seja na República, a fim de prevenir que os negros africanos e seus descendentes conquistassem meios para uma vida minimamente digna, para deixar de ser apenas um ativo produtivo ou um bem semovente, do qual o proprietário poderia dispor da forma como bem quisesse.

A legislação tem papel fundamental no sistema capitalista. Mais do que trazer segurança jurídica na propriedade de bens, ela garante que a ordem social não será subvertida pelos perdedores do sistema econômico, garante que a propriedade dos meios de produção permanecerá inalcançável pela classe proletária, e os produtos garantidos ao proprietário desses ativos e seus descendentes.

Para se ter uma dimensão do impacto que a legislação teve na população negra escravizada, Gomes (2019, p. 254) conta sobre as quantidades superlativas do comércio legal e do tráfico de negros cativos ao país. Importante lembrar que o comércio internacional de negros cativos até 1807 acontecia dentro da legalidade, até que, neste ano, o parlamento inglês decidiu pela proibição do transporte e comércio de africanos para as Américas. Ao invés de conseguir interromper o comércio e transporte de negros, não só o tráfico de escravizados prosseguiu, como a proibição aumentou o risco de perda de carga (para a fiscalização marítima inglesa), o que conseqüentemente levou ao aumento do preço por cabeça para o comprador.

Os números apresentam bastante variância, mesmo assim, chocam pela magnitude. Em 1861, Edward Dunbar calculou em 13,9 milhões os cativos transportados da África para as Américas. Em 1880, o historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins contou 20 milhões de humanos. Em 1936, o demógrafo R. R. Kuczynski chegou a 14,7 milhões de pretos. Para o Brasil, as estimativas também costumavam ser bem díspares. No século XIX, o historiador Pandiá Calógeras contou 15 milhões, enquanto Pedro Calmon calculou 8 milhões e Caio Prado, cinco. E existem mais números diferentes. Mas,

A boa notícia é que essa incongruência está sendo dissipada em um ritmo bastante veloz [...] Hoje, sabe-se, com relativa precisão, que 12.521.337 seres humanos embarcaram para a travessia do Atlântico em cerca de 36 mil viagens de navios negreiros, entre 1500 e 1867. Desses, 10.702.657 chegaram vivos à América. Os mortos seriam 1.818.680 (GOMES, 2018, p. 255).

Era saída do século XVIII, entrada do século XIX. A indústria capitalista já rodava com força, a Inglaterra já era potência econômica e a Europa presenciava conflitos acontecerem em muitos países do continente<sup>25</sup>. Em 1807, Napoleão avançava sobre a península ibérica e, apesar das dificuldades encontradas para invadir Espanha e Portugal, ambicionava se apropriar das colônias no Novo Mundo. Às vésperas da invasão de Napoleão a Portugal, D. João VI embarca para o Brasil, trazendo consigo parte do seu reino para a

---

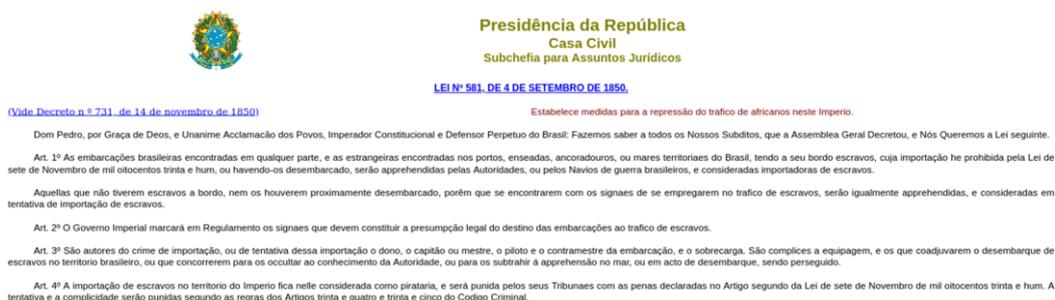
<sup>25</sup>Ver Hobsbawm, na obra “A Era das Revoluções”. Editora Paz e Terra, 2012.

colônia.<sup>26</sup> A vinda da família real para o Brasil em 1808 trouxe transformações profundas na empresa colonial.

Os fluxos financeiros da elite industrial europeia para as colônias se intensificam à medida também em que os fluxos migratórios dos europeus para as novas colônias aumentavam (em razão dos conflitos naquele continente e da fartura de terras disponíveis no Novo Mundo). No Brasil, a produção de café ganhava espaço como cultura agrícola e produto de exportação. Levado para o mercado consumidor da Europa, estimulava a produtividade do trabalhador industrial, fazendo o moinho produtivo girar mais rápido. O fim do comércio e transporte de escravos da África para as Américas dificultou e encareceu a aquisição e logística de negros cativos. Mas, no Brasil, ainda “o café era, também ele, sinônimo de escravidão.” (GOMES, 2019, p. 313).

Nesse contexto, o Brasil, em 1850, promulgou a Lei 581, de 4 de setembro, também conhecida como Lei Eusébio de Queirós<sup>27</sup> (figura 3), que estabelecia “medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império”.

### Figura 3 - Lei Eusébio de Queirós



Mas antes que a população africana escravizada fosse libertada do cativo, muito a elite dominante fez para que o suplício não fosse apenas físico mas também legal. A Constituição de 1824<sup>28</sup> (figura 4), promulgada pelo imperador D. Pedro I, entre outras novidades, trouxe o voto censitário para eleições paroquiais e provinciais, organizou juridicamente o reino e definiu quem usufruiria da condição de cidadão, aos quais eram concedidos direitos sociais, econômicos e políticos como a liberdade de expressão, de religião e a garantia da propriedade.

<sup>26</sup> Fonte: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/napoleao-portugal-invasao-anticristo-historia.phtml>>. Quem se interessar por aprofundar o conhecimento sobre esse momento da história, um dos melhores relatos sobre a vinda da família real para o Brasil é o feito por GOMES em sua obra “1808”.

<sup>27</sup> Fonte: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM581.htm)> Consultado em 07/21

<sup>28</sup> Fonte: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>

Apoiada numa pluralidade de matizes teóricas, como a experiência constitucional da Espanha (1812) e da França (1814), bem como o pensamento político de Benjamin Constant, o modelo expresso na Constituição de 1824 resultou da tentativa de conciliar os princípios do liberalismo à manutenção da estrutura sócio-econômica e da organização política do Estado monárquico e escravocrata que emergira da Independência. A Constituição outorgada não apenas modelou a formação do Estado, como teve importante papel na garantia da estabilidade institucional necessária à consolidação do regime monárquico (MAPA, Arquivo Nacional).

Embora a primeira Constituição do reino estivesse trazendo alguns direitos, entre eles o do voto, ficavam “excluídos do direito ao voto os criados e religiosos, as mulheres, os escravos, os índios e os filhos que viviam na companhia dos pais, isto é, dependentes economicamente.” (grifo nosso). Na prática: sem propriedade, sem voto. E, portanto, sem direitos.

#### Figura 4 - Constituição de 1824



Embora a nova constituição traga conceitos bastante modernos para a época, como a ideia de não haver crime sem prévia cominação legal: “*XI. Ninguém será sentenciado, senão pela Autoridade competente, por virtude de Lei anterior, e na fôrma por ella prescripta.*” (art. 179), a proibição da prisão sem autorização judicial, exceto em caso de flagrante delito (idem, X) e a abolição dos açoites, tortura, marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis (ibidem, XIX), tanto naquela época quanto hoje, lei nenhuma foi (e ainda é) suficiente para interromper a cultura da punição pelas violências do açoite e tortura.

A propriedade era a garantia da cidadania – e estava garantida em toda sua plenitude –, o que incluía o direito do fazendeiro de continuar tendo a posse dos negros escravizados que comprou e que viria a comprar, mesmo de forma ilegal. A Constituição de 1824 também trazia o direito à educação, que não alcançava os negros:

“XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.  
XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das  
Sciencias, Bellas Letras, e Artes.” (art. 179)

Em 1850, D. Pedro II promulga a lei 601, de 18 de setembro, que discorre sobre as terras devolutas (grafia do texto original mantida): “sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”.

Ou seja: só poderá ocupar terras quem puder pagar por elas. Isso impede que os negros consigam um pedaço de terra para possuir e, na prática, autoriza o Império a despejar os quilombos. O art. 12 da lei:

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

Já continha, portanto, previsão de concessão de terras para as populações indígenas, mas nenhuma previsão para contemplar os negros. Também iniciava a política de importação de mão de obra estrangeira, com tudo pago pelo tesouro real e com emprego garantido aos estrangeiros:

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colônias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Pouco mais de uma década depois da promulgação da constituição do reino, em 1837, a Lei número 1 proibia os escravos e pretos africanos, ainda que libertos, de frequentar a escola<sup>29</sup>. Um decreto, desta vez de 1854<sup>30</sup> (figura 5), reforçava a proibição aos escravos de receberem educação formal:

<sup>29</sup>História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 18, p. 199-205, set. 2005

Fonte: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>> Acessado em 07/2021

<sup>30</sup>Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacao-original-115292-pe.html>> Consulta em 07/2021

## Figura 5 - Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854

### Legislação Informatizada - DECRETO Nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854 - Publicação Original

Veja também:

▸ **Dados da Norma**

## DECRETO Nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854

Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.

Hel por bem, na conformidade do artigo 1º do Decreto nº 630 de 17 de Setembro de 1851, Approvar o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte, que com este baixa, assignado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseite de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

*Regulamento da instrução primaria e secundaria do Municipio da Côrte, a que se refere o Decreto desta data*

A guia deverá ser passada a pedido do pai, tutor, curador ou protector, que declarará sua residencia, estado e profissão, e a naturalidade, filiação, e idade do alumno.

Art. 69. Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vaccinados.

§ 3º Os escravos.

Art. 70. Ás lições ordinarias das escolas não poderão ser admittidos alumnos menores de 5 annos, e maiores de 15.

Art. 71. Quando huma escola do segundo gráo tiver dois professores, serão estes obrigados alternadamente, por mez ou por anno, a ensinar as materias da instrução primaria duas vezes por semana, nas horas que lhes ficarem livres, ainda que seja em domingos e dias santos, aos adultos que para esse fim se lhes apresentarem.

O voto dos negros já tinha sido proibido na constituição de 1824 e eles também já tinham sido proibidos de frequentar a escola em 1837 e em 1854. Sem escolaridade e mantidos em maioria na cegueira do analfabetismo (é possível que um ou outro tenha tido acesso à alfabetização em língua portuguesa), havia mais uma lei para mantê-los fora do reconhecimento da cidadania: analfabetos também estavam impedidos de votar.<sup>31</sup> A Lei Saraiva propunha uma reforma eleitoral, mas continuava mantendo o carácter censitário do voto e os negros de fora do sistema ao repelir o voto do analfabeto.<sup>32</sup> (Figura 6).

<sup>31</sup> Artigo de Michele de Leão comentando a Lei Saraiva:  
<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5446>

<sup>32</sup> Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html> Consultado em 07/2021

## Figura 6 - Analfabetos excluídos do direito ao voto

Legislação Informatizada - DECRETO Nº 3.029, DE 9 DE JANEIRO DE 1881 -  
Publicação Original

Veja também:

• [Dados da Norma](#)

### DECRETO Nº 3.029, DE 9 DE JANEIRO DE 1881

Reforma a legislação eleitoral.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1º As nomeações dos Senadores e Deputados para a assembléa geral, membros das Assembléas Legislativas Provincias, e quaesquer autoridades electivas, serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei.

A eleição do Regente do Imperio continúa a ser feita na fórma do Acto Adicional á Constituição Política pelos eleitores de que trata a presente lei.

Em 1872, a extinção da escravidão já era apenas uma questão de tempo. O imperador Pedro II, então, encomendou um censo para conseguir ter noção do tamanho do problema. Em um contexto de pressão internacional para acabar com o sistema escravista, o censo foi realizado dezesseis anos antes da Lei Áurea e foi o primeiro que perguntou sobre a condição de liberdade ou cativo ao respondente (CARDOSO, 2019). “Sob pressão externa e interna, Império dava sinais de um processo gradual de desmonte do chamado ‘elemento servil’. O recenseamento cumpriu, assim, também, o importante papel de determinar o tamanho da população escravizada e o tempo para tirá-la dessa condição.” (RONCOLATO et al., 2017).

E, depois da Lei do Ventre Livre, de 1871, e da Lei dos Sexagenários de 1885, em 1888 é finalmente promulgada a Lei 3353, de 13 de maio, a Lei Áurea<sup>33</sup>: “É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário.” É Darcy Ribeiro a quem a autora recorre para entender mais um pouco da dimensão do impacto que o fim formal da escravidão teve na consolidação da formação econômica e social do país e no reforço do racismo.

Calculo que o Brasil, no seu fazimento, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo o que se produzia aqui e de tudo que aqui se edificou. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno. Sua abolição, a mais tardia da história, foi a causa principal da queda do Império e da proclamação da República. Mas, as classes dominantes reestruturaram eficazmente seu sistema de recrutamento da força de trabalho, substituindo a mão de obra escrava por imigrantes importados da Europa, cuja população se tornara excedente e exportável a baixo preço (RIBEIRO, 2017, p. 166).

<sup>33</sup> Fonte: <<https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/05/carta-lei-aurea.jpg>> Consultado em 07/2021

Figura 7 – Lei Áurea



Naquela época, o Brasil era um conjunto de 641 municípios, formados por paróquias, distribuídos em 20 províncias. O recenseamento usou a paróquia como unidade de contagem e os recenseadores abordavam as famílias, que preenchiam elas mesmas, pelo patriarca, o formulário, que deveria ser devolvido preenchido com exatidão em quinze dias (MARIANI; RONCOLATO et al. 2017).

A ficha pedia informações como nome, cor, idade, estado civil, lugar de nascimento, nacionalidade, profissão, religião, instrução e um campo para “observações”. Deveriam constar ali todas as pessoas da casa, nesta ordem: “Declara-se primeiramente o nome do chefe de família, depois o da mulher, dos filhos, dos outros parentes que com elle morem e em seguida o dos criados, escravos, aggregados e hospedes”. (idem)

Segundo o artigo jornalístico consultado, na ocasião, o senso contou 9.930.478 pessoas, 51,6% de homens, 48,4% mulheres e, destes, 805.170 eram homens escravos e 705.636 de mulheres na mesma condição. Sobre o percentual de pessoas livres em relação às escravizadas, 84,8% eram livres e 15,2% as cativas, o que indicava que havia 1 pessoa escravizada para cada 6 livres.

O historiador Chalhoub, fonte da matéria, explica que a proporção de 1 para 6 não era real, dado que havia muita situação de “precariedade estrutural da liberdade”, uma vez que haviam casos de alforrias condicionais, com possibilidade de revogação, casos de escravidão informal, situação na qual o negro era liberto mas permanecia servindo ao senhor como forma de gratidão pela liberdade concedida, restrições constitucionais a direitos políticos, interdições dos senhores de escravos à alfabetização e ao acesso à instrução primária dos escravos e prisão de pessoas negras já libertas pela polícia sob a suspeição de serem escravos fugitivos. Ou seja, o primeiro censo do Brasil pode não ter nos trazido os números mais próximos da realidade.

Depois da primeira lei abolicionista, a Lei do Ventre Livre, que liberta o filho da negra escrava –, nas áreas de maior concentração da escravaria, os fazendeiros mandavam abandonar, nas estradas e nas vilas próximas, as crias de suas negras que, já não sendo coisas suas, não se sentiam mais na obrigação de alimentar (RIBEIRO, 2017, p. 175).

Outra realidade bastante cruel era a das crianças após a Lei do Ventre Livre, que eram “atiradas fora pelos fazendeiros” e que, se não morressem nos cantos em que eram jogadas, poderiam ter, talvez, a sorte de serem recolhidas em asilos, onde seriam cuidadas.

“Após a abolição, à saída dos negros de trabalho que não mais queriam servir aos antigos senhores, seguiu-se a expulsão dos negros velhos e enfermos das fazendas. Numerosos grupos de negros concentraram-se, então, à entrada das vilas e cidades, nas condições mais precárias.” (RIBEIRO, 2017, p. 175).

O autor refere-se a tal liberdade como “famélica”: os negros libertados dos trabalhos forçados das fazendas, agora, encontravam-se vagabundos, largados de forma precária, nas entradas das vilas e cidades.

A forma que o governo da república agiu para lidar com essa “humanidade detritária” foi publicar em 1890, dois anos depois da Lei Áurea, o novo Código Penal<sup>34</sup> instituindo como crime a prática da vadiagem e da capoeiragem, prática cultural exclusiva do povo africano:

### Figura 8 - Código Penal de 1890

#### Legislação Informatizada - DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890 - Publicação Original

Veja também:

- [Dados da Norma](#)

## DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890

Promulga o Código Penal.

O Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Justiça, e reconhecendo a urgente necessidade de reformar o regimen penal, decreta o seguinte:

CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

LIVRO I

Dos crimes e das penas

CAPITULO XIII

DOS VADIOS E **CAPOEIRAS**

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganihe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Paraphrasis unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente acquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paraphrasis unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellular por dois a seis mezes.

Paraphrasis unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Paraphrasis unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.

<sup>34</sup>Fonte: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Desde o início do século XIX há registros da chegada de imigrantes europeus.<sup>35</sup> Mas foi a partir do último quarto do século que o governo passou a incentivar mais a chegada de imigrantes daquele continente no país (figura 9), não obstante a quantidade de seres humanos recém libertos disponíveis para o trabalho assalariado no Brasil. Antes da virada de 1900, foram 1,13 milhão de imigrantes desembarcados aqui (MARINGONI, 2011).

O mesmo sistema de trabalho cativo que possibilitou a acumulação primitiva do capital no século XV na Europa, agora não tinha mais serventia para o sistema econômico que, após duas revoluções, a da máquina a vapor e a do motor a combustão, já era imparável. Estava mais caro comprar e manter escravos do que manter trabalhadores assalariados:

O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, (...) forma um adiantamento a longo prazo do sobretrabalho eventual a ser produzido. O assalariado, pelo contrário, fornece este sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão. (Caio Prado Jr., apud Maringoni).

Ao mesmo tempo em que a população negra disponível era jogada na beira das estradas, mesmo podendo ser absorvida pelo sistema de trabalho assalariado, fazendeiros financiavam a formação de associações, como a Sociedade Promotora de Imigração, para fomento da imigração junto aos governos federal e provinciais. O objetivo era, com o apoio do governo da república, importar trabalhadores europeus para trabalhar nas lavouras de café. BOTELHO et. all (2007) informam que a maior parte dos imigrantes “espontâneos” europeus se direcionaram para os Estados Unidos, Canadá e Argentina, atraídos pela facilidade de ocupação de terras e de trabalho como pequenos agricultores, ou como trabalhadores da indústria nascente, como era o caso dos Estados Unidos. Para o Brasil, a maioria dos imigrantes veio direcionada para o trabalho na agricultura cafeeira, atraída por benefícios que o Estado brasileiro oferecia a seus grupos familiares e eram direcionados para as colônias de agricultores nas diversas províncias, mas principalmente para Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

Na província de São Paulo, o projeto nº 87, de 1893<sup>36</sup>, autorizava o governo daquele estado a contratar a Sociedade Promotora de Imigração para importar imigrantes que *deveriam* ser dos seguintes países: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Áustria, Suíça, Suécia, Escócia, Irlanda e os domínios portugueses Açores e Canárias.

---

<sup>35</sup>Ver Oliveira (2009), em <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100012>>.

<sup>36</sup>Fonte: <https://midiacidade.org/em-prol-da-iniciativa-privada-republicanos-produzem-provavelmente-o-menor-projeto-de-lei-de-imigracao-de-toda-a-historia-do-brasil/>

**Figura 9 - Imigrantes mais adequados para São Paulo**

PROJECTO N. 87, DE 1893	
O Congresso Legislativo de S. Paulo decreta:	
Art. 1. Fica o governo auctorizado a contractar com a Sociedade Promotora de Immigração, ou com quem melhor condições offerecer, a introdução de 100 mil <b>immigrantes</b> em famílias, destinadas á lavoura, no decurso do anno de 1894 conforme as necessidades o exigirem.	
Art. 2. Os <b>immigrantes</b> deverão ser das seguintes procedencias: Italia, Portugal, Hespanha, Allemanha, Austria, Suissa, Suecia, Escossia, Irlanda, Açores e Canarias, devendo o governo determinar nos contract's que fizer a clausula de não serem introduzidos mais do quinto de cada nacionalidade.	
Art. 3. Revogam-se as disposições em contrario.	
Sala das Sessões, 10 de junho de 1893.	
—Lucas Monteiro de Barros.	

A figura a seguir nos informa o número de imigrantes que chegaram à cidade mineira de Juiz de Fora, de acordo com seus países de origem, durante todo o ano de 1896<sup>37</sup>:

**Figura 10 - Imigrantes segundo a nacionalidade, em Juiz de Fora, MG. 1896**

Tabela 2 – Imigrantes segundo a nacionalidade.  
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896

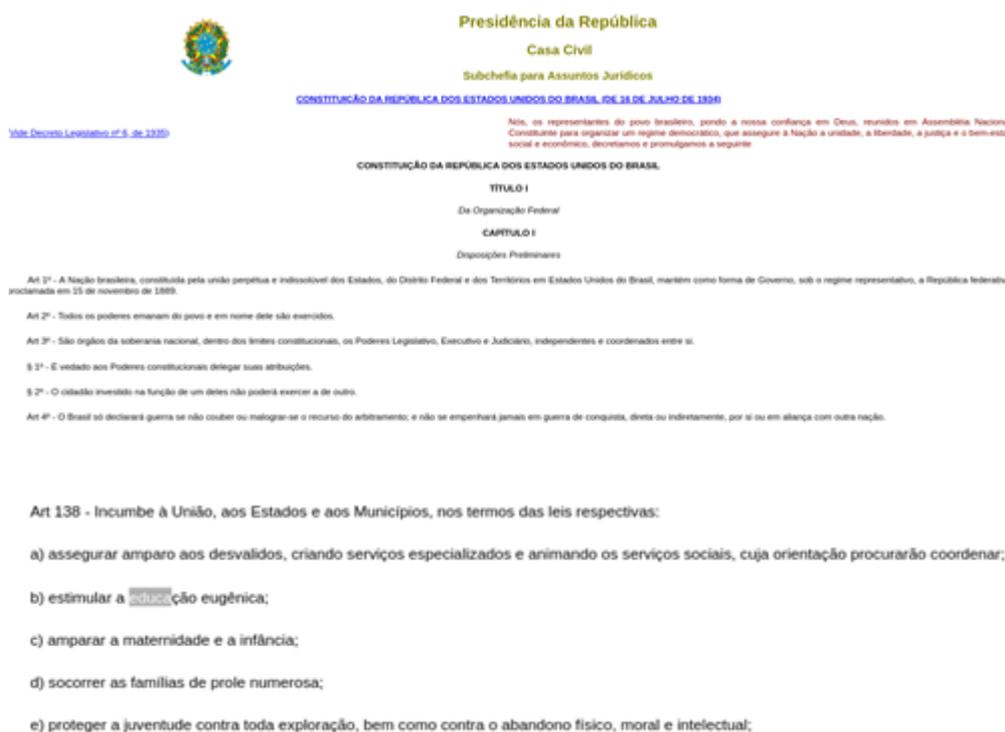
Nacionalidade	Sexo								
	Nº Absoluto				%				Razão de sexos
	Sem inf.	Homem	Mulher	Total	Sem inf.	Homem	Mulher	Total	
Sem informação	1	33	29	63	0,01	0,38	0,33	0,73	114
Estrangeiro	0	4	4	8	0,00	0,05	0,05	0,09	100
Americano	0	4	3	7	0,00	0,05	0,03	0,08	133
Alemão	0	0	1	1	0,00	0,00	0,01	0,01	0
Austriaco	0	7	3	10	0,00	0,08	0,03	0,12	233
Chinês	0	1	1	2	0,00	0,01	0,01	0,02	100
Dinamarquês	0	0	1	1	0,00	0,00	0,01	0,01	0
Espanhol	0	1.600	1.208	2.808	0,00	18,47	13,95	32,42	132
Europeu	0	24	12	36	0,00	0,28	0,14	0,42	200
Inglês	0	1	0	1	0,00	0,01	0,00	0,01	—
Italiano	0	3.055	2.606	5.661	0,00	35,27	30,09	65,36	117
Português	0	28	20	48	0,00	0,32	0,23	0,55	140
Suíço	0	9	6	15	0,00	0,10	0,07	0,17	150
Total	1	4.766	3.894	8.661	0,01	55,03	44,96	100,00	122

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.

<sup>37</sup>Fonte: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLps6NJJVcMq73gHmHp3J5g/#>> Acessado em 07/2021

Já em 1934, uma nova Constituição<sup>38</sup> era promulgada. Se no artigo XIX contemplava a incorporação dos “silvícolas à comunhão nacional”, manteve a vedação do voto aos mendigos e analfabetos (artigo 108), a promoção da colonização (art. 10, inciso IV) e a educação pública em todos os níveis, também trouxe outra novidade: a educação eugênica nas escolas. A eugenia estava manifestada também no “Art 145 - A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção às condições regionais do País”. O intuito era prevenir que a deficiência dos pais fosse propagada para novas gerações.

**Figura 11 - Reforço do racismo: Constituição de 1934 e a educação eugênica nas escolas**



Agora antieconômica e – por pressão dos abolicionistas – também imoral, a escravidão precisava ser superada como forma de organização da produção e de geração de riqueza. “A nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano!” (KEHL, R. apud DIWAN, 2018).

A situação sanitária da capital do país em 1904, com a epidemia da varíola e a revolta da vacina, reforçou a crença dos sanitaristas na situação de selvageria do povo brasileiro. Eles

<sup>38</sup>Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm)> Consultado em 07/2021.

estavam dispostos a “civilizar nossa herança indígena [...] e branquear nossa herança negra” e convencidos de que precisavam “curar um país enfermo...extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação”. O caminho proposto pelos eugenistas passava por “branqueamento pelo cruzamento, o controle de imigração, a regulação dos casamentos, o segregacionismo e a esterilização.” (DIWAN, 2018, p. 92).

Entre os dias 26 e 29 de julho de 1911, em Londres, no Congresso Internacional de Raças<sup>39</sup>, um evento descrito por Souza e Santos (2012) como “um dos eventos científicos mais emblemáticos e significativos na história da antropologia...e do debate internacional sobre nação, raça e relações inter-raciais no início do século XX.” O evento foi “promovido no contexto de expansão da política imperialista europeia e das discussões sobre a paz mundial”. Amplamente divulgado no meio científico, “reuniu representantes de mais de 50 países da Europa, América do Sul e do Norte, África e Ásia.” (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 746).

A participação do Dr. João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional à época, com a apresentação do trabalho “*The Metis, or half-breeds, of Brazil*”, tratou da miscigenação racial no Brasil e o processo de branqueamento da população brasileira. Na opinião de Lacerda, a miscigenação racial no Brasil era livremente aceita, pois os portugueses jamais segregaram os negros. Os portugueses naturalizaram as relações sexuais entre eles e as escravas africanas e possibilitaram a ampliação da população mestiça. Embora concordasse com o estereótipo de “corpos voluptuosos e pouco afeitos ao trabalho braçal”, ele “entendia que os mestiços do Brasil eram ‘intensamente inteligentes’ e teriam ‘disposição para as letras, para a ciência e para a política’”.

E foi no final da sua apresentação que Lacerda fez o comentário que hoje causa espanto: “o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX.” (DE SOUZA; SANTOS, 2012, p. 754). As razões para essa previsão de Lacerda foi uma suposta “seleção sexual” promovida pelos próprios negros, pois os mulatos procurariam sempre encontrar parceiros que pudessem “trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro”, removendo os aspectos característicos da ‘raça negra’; a crescente imigração europeia; e os “problemas sociais e o abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição”, o que “traziam a perspectiva futura de uma nação inteiramente branca.” Como sua viagem ao congresso foi promovida pelo governo de Hermes da Fonseca com o

---

<sup>39</sup>Quadro A Redenção de Cam, de Modesto Brocos. Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam> (acessado em 07/2021).

propósito de promover o Brasil na Europa, Lacerda “concluía que o Brasil caminhava para ser ‘um dos principais centros da civilização do mundo’.” (Idem, p. 754).

Não por acaso, em novembro de 1911, o presidente Hermes da Fonseca promulga o Decreto 9081<sup>40</sup>:

### Figura 12 - Decreto presidencial 9081 de 1911 regula o serviço de povoamento



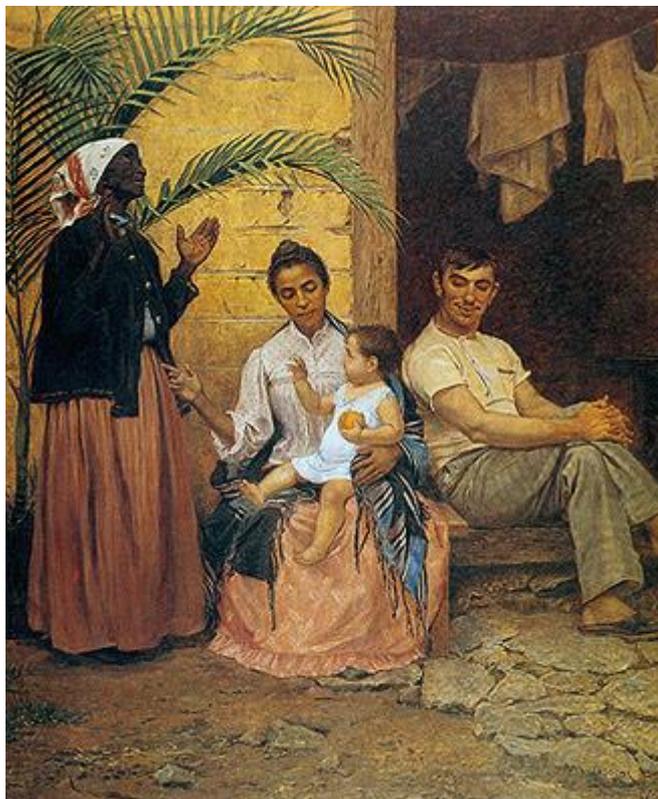
O decreto determinava a forma de acolhimento dos imigrantes que viessem morar no Brasil. Eram muitos os incentivos para os europeus que quisessem recomeçar a vida aqui: passagens de 2.a e 3.a classes pagas pelo governo brasileiro (art. 2.o) e o reembolso, caso o imigrante tenha pago do próprio bolso (art. 12); aos imigrantes que se dedicarem à agricultura, indústria, comércio, arte ou qualquer outra atividade “útil” o governo garantia liberdade no exercício da atividade, a liberdade de crença e culto e os mesmos direitos civis atribuídos aos brasileiros natos (art. 3.o); desembaraço de bagagens, agasalho, alimentação, tratamento médico e medicamentos gratuitos, passagem de trem no território nacional (art. 5.o); o governo contrataria, no exterior, mão de obra para trabalhar na expansão de vias férreas e outras obras públicas; desembarque, hospedagem e sustento aos imigrantes chegados por meios próprios, sem o auxílio do governo federal (art. 27); desapropriação de terras particulares para instalar as colônias de imigrantes, prestando todos os auxílios necessários para o bem-estar do colono (art. 42 e 43).

O decreto trouxe uma generosa lista de benefícios aos imigrantes brancos, colocando o Estado brasileiro totalmente ao dispor dos que quisessem vir colonizar e branquear “com

<sup>40</sup>Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>> consultado em 07/2021.

sabão de coco eugenista” a terra da ordem e do progresso. “A eugenia foi a aliança entre o poder econômico, a ciência e a legislação.” (DIWAN, 2018, p. 63).

**Figura 13 - tela A Redenção de Cam, de Modesto Brocos (1852-1936)**



## 2.6 O POSITIVISMO

Como visto, o europeu branco puro que aqui chegava se deparava não só com o que ele de fato vinha buscar, que era a exuberância e variedade da natureza, mas encontravam também uma sociedade mal organizada, primitiva e em situação de muita precariedade, além dos muitos conflitos interétnicos e classistas (RIBEIRO, 2013). A ideia que os europeus brancos tinham do Brasil era de selvageria, pouco compromisso com o trabalho diligente e, por isso, na visão dos eugenistas, a sociedade brasileira era tão desorganizada. Nesse contexto, a doutrina positivista caiu como uma luva como solução para toda a sujeira e desordem que havia no Brasil: bastava a ordem para alcançar o progresso social.

O ideólogo do positivismo foi o Auguste Comte, francês nascido em Montpellier em 1798, filho de um burocrata governamental. Estudou na Escola Politécnica de Paris, o que foi decisivo para a construção de toda a sua filosofia e, posteriormente, a religião positiva (GIANOTTI, 2007, p. 19). Para Comte, era necessário organizar a sociedade com base em

uma “completa reforma intelectual [...] fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências do seu tempo” (idem, p. 22).

Para o filósofo francês, o progresso do espírito passaria por três fases distintas: teológica, metafísica e positiva. Na fase teológica o homem teria pouco contato com fatos reais e, por isso, a imaginação prevaleceria, o que explica, na visão dele, a criação de mitos e intervenções sobrenaturais na realidade. A mentalidade teológica se baseia na autoridade e manifesta-se na existência de reis e disciplina militar no comandando mantendo a coesão social. (ibidem, p.23) Da fase teológica, o homem passaria à fase metafísica e, tanto esta quanto aquela buscariam soluções absolutas para os problemas humanos, mas a fase metafísica “coloca o abstrato no lugar do concreto e a argumentação no lugar da imaginação [...] O estado metafísico se caracteriza pela dissolução da ideia teológica de subordinação [...] do homem ao sobrenatural” (ibidem, p. 23).

E, finalmente, na terceira fase, a fase positiva, Comte diz que é impossível reduzir os fenômenos naturais a um só princípio, como Deus ou a natureza, e a ciência é particionada, sistematizada, segmentada em campos que ocupam-se cada qual com determinados fenômenos. Também é necessário observar para prever:

A previsibilidade científica permite o desenvolvimento da técnica e, assim, o estado positivo corresponde à indústria, no sentido de exploração da Natureza pelo homem. Comte instaura as ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais” (GIANOTTI, 2007, p. 25).

Comte propunha uma reforma intelectual do homem e das instituições. A partir da reforma do homem, reforma-se toda a sociedade. As revoluções feitas até o momento (e aqui fala-se de meados do século XIX), não foram suficientes para superar a fase metafísica. Era necessário então “instaurar o espírito positivo na organização das estruturas sociais e políticas”. Comte acreditava que “os proletários e as mulheres poderiam abrandar o egoísmo dos capitalistas e que uma ordem moral humanitária poderia abolir todos os conflitos de classe.” Para Comte, “os capitalistas deveriam ser moralizados, não eliminados” e “a propriedade deveria ser mantida” (GIANOTTI, 2007, p. 26-27). Comte não era um reformista do capitalismo, mas do ser humano. A ideia de um sistema com funcionamento perfeito é coerente com os tempos de revolução industrial da qual Comte é contemporâneo.

Para Gianotti (2007), o positivismo comtiano, incluindo sua versão religiosa, vicejou “em países de menor tradição cultural e carentes de ideologia para seus anseios de

desenvolvimento” (GIANOTTI, 2007, p.27). Esse fenômeno, segundo ele, teria acontecido em toda a América do Sul, mas principalmente no Brasil. Se o Brasil foi um país formado a partir da invasão portuguesa movida apenas pela ideia de fazer do território uma empresa comercial exportadora, que, para se tornar viável e gerar lucro foi preenchida por escravos de diferentes origens, idiomas e culturas do continente africano, que separados de seus grupos originais e misturados a outros com os quais não tinham o menor ponto de conexão cultural; se essa terra, formada de maneira caótica apenas para servir aos propósitos da realeza e nobreza portuguesas (e europeia, por extensão) no contexto da acumulação primitiva e estruturação da economia capitalista daquele continente, então à autora parece que Gianotti (2007) acerta no seu diagnóstico de carência ideológica do povo no Brasil, uma vez que não é possível formar uma ideologia a partir de seres humanos culturalmente e socialmente tão diferentes, desagregados e oprimidos.

Assim, para conseguir organizar uma realidade tão caótica como a brasileira eram necessárias ordem e autoridade, somadas à busca do conhecimento para alcançar o progresso humano. Segundo Alonso (2007), a partir de metade do século XIX, Comte reformula o sistema e passa a investir em:

Processos de socialização que tem na organização hierárquica e autocrática da sociedade a sua base. A democracia é, então, apresentada como uma das ilusões metafísicas condenadas ao desaparecimento; o regime político da humanidade futura deve ser uma ditadura positiva, comandada por uma “classe de sábios” (ALONSO, 2007, p. 149).

Comte percebe que o conhecimento racional não daria conta de regenerar e constituir uma nova sociedade e cria a Religião da Humanidade. O positivismo migra do sistema da sociologia e torna-se moral, a fim de “buscar a adesão emocional dos homens ao novo regime” (ALONSO, 2007, p. 149). Para Comte, era necessário organizar a sociedade e confiar que a ordem levaria ao progresso social.

Na primeira metade do século XIX, o Brasil tem contato com a doutrina positivista. Ela já aparece em trabalhos na Escola da Marinha, nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, na Faculdade de Direito, na Escola Politécnica e na Escola Militar, com o professor Benjamin Constant. “O positivismo ocupa, portanto, um espaço mirrado na vida intelectual brasileira até a década de 1870, quando se tornará coqueluche nacional” (ALONSO, 2007, p. 153). O positivismo foi considerado uma doutrina completa por conter uma “filosofia, um dogma, uma política e uma religião” (ALONSO, 2007, p. 159).

Por ter uma base matemática, fascinou cientistas e militares. Em “um meio onde não grassava nenhum pensamento ou ação organizados, o positivismo pôde vingar [...] Eram uma minoria, mas forte, unida, disciplinada, hierarquizada, sabendo o que quer e sabendo querer” (p. 160). Alonso (2007) explica que a primeira fase do positivismo foi marcada por uma guerra doutrinária com correntes ideológicas adversárias, como o spencerianismo<sup>41</sup> e o darwinismo social. Para Diwan, no Brasil, “os republicanos abraçaram essa filosofia racional e científica em contraposição à católica e régia. O positivismo inaugurou a república brasileira com uma visão laica, disciplinar e anticlerical” (DIWAN, 2018, p. 91).

Ainda que a febre positivista tenha diminuído a contar da primeira metade do século XX, os elementos ideológicos nele contidos: *laissez-faire*, disciplina, ordem e autoritarismo – elementos presentes na doutrina militarista nacional –, parecem ter ficado como traços marcantes na formação da sociedade brasileira, que convive, não sem conflitos, com a ideia de que o Estado deve se manter atuante, sobretudo, para amparar os que não possuem capacidade de se adaptar.

Identificados os elementos ideológicos que se conectam na história para formar toda a teia que sustenta o racismo na sociedade brasileira, é necessário compreender como ele se insere nas instituições de Estado de forma a complementar as muralhas legais que afastaram os negros da realização dos preceitos econômicos capitalistas elementares, que são a posse da terra, dos meios produtivos, a acumulação de riqueza e a formação de herança.

De acordo com Almeida (2019) racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 32).

---

<sup>41</sup>De Herbert Spencer, sociólogo britânico liberal e ideólogo do darwinismo social. Fonte: <<https://www.britannica.com/biography/Herbert-Spencer>>

### 3 O RACISMO ESTRUTURAL E A VIOLÊNCIA POLICIAL

Após a contextualização e a apresentação de elementos que ajudam a compreender o entrelaçamento do capitalismo e o racismo no Brasil, na medida em que eles dizem respeito, especialmente, às bases econômicas, sociais e políticas que sustentam sociedades como a brasileira, neste capítulo será abordada a relação entre o racismo estrutural e a violência policial no país.

#### 3.1 CONCEITUANDO O TERMO VIOLÊNCIA

Antes de abordar o entrelaçamento entre violência policial e racismo institucional, é importante apresentar o conceito de violência em si. De acordo com Velho (2000), violência não está limitada apenas ao uso da força física, mas compreende a possibilidade ou a ameaça de utilizá-la. Desta forma, está associada a uma ideia de poder e da perspectiva de imposição de uma vontade.

Na esteira deste raciocínio, Michaud (1989) enfatiza que a violência acontece em alguma situação de interação em que uma ou várias pessoas agem de uma forma que cause danos a um ou mais indivíduos, em diferentes graus, tanto física quanto moral. O que Michaud (1989) nos ensina é que a violência pode se revelar também de forma simbólica e cultural.

Para Zaluar (1999), a violência se revela na perturbação e no sofrimento que pode provocar, tanto a partir de um ato violento, quanto da percepção de violência baseada em situações históricas e culturais, como é o caso do racismo. A violência, para o autor, é parte do desenvolvimento de uma sociedade, que é repassada de geração em geração por determinados hábitos e crenças.

As formas de violência, agrupadas em duas vertentes principais, de cima para baixo e de baixo para cima são apresentadas por Ávila (1980), citado por Spaniol (2016). Para o autor, a primeira está relacionada às estruturas sociais estabelecidas; já a segunda compreende as práticas realizadas por indivíduos isolados ou agrupados, como as máfias e o crime organizado. E entre as duas vertentes existe uma relação dialética, ou seja, elas não são isoladas, mas sim, se relacionam quando uma provoca e estimula a outra.

Amaral (1997) afirma que a violência é um comportamento social inerente à natureza humana e, desta forma, cada país ou comunidade a regula de certa forma, a partir de leis, instituições (como as polícias), políticas públicas e culturas estabelecidas, para promover a

ordem social a partir dos aspectos coercitivo e preventivo. Por fim, destaca-se o entendimento sobre o conceito de violência de Adorno e Nery (2019):

Fatos e ações humanas que se opõem, questionam ou perturbam a paz ou a ordem reconhecida como legítima. Seu uso corrente compreende o emprego de força brutal, desmedida, que não respeita limites ou regras convencionadas. Distingue-se do crime, violência codificada nas leis penais. Violência tem sentido polissêmico, pois depende dos valores considerados “sagrados” em uma sociedade em momento determinado de sua história [...]. No mesmo sentido, suas formas e modalidades variam no tempo e no espaço. Em nossa sociedade, a violência está associada tanto às ofensas à integridade física ou ao patrimônio pessoal de quem quer que seja, quanto às agressões aos valores que sustentam identidades, sociais e subjetivas, e às graves ameaças aos direitos humanos consagrados na Constituição e nas convenções de que o País é signatário nesse campo (ADORNO; NERY, 2019, p. 171-172).

Para os autores supracitados, em termos sociológicos, é necessário considerar contextos histórico-sociais nos quais fatos violentos ocorrem, tais como os atores envolvidos, (diretos ou indiretos), ou seja, agressores e suas vítimas, testemunhas e autoridades. Além disso, destacam os meios e modos empregados nos desfechos violentos.

Neste sentido, é possível compreender que o termo violência em si é amplo e é abordado de forma diferente por diversos autores e compreendido de maneira distinta no dia a dia dos cidadãos, sendo percebida de forma mais contundente e clara por alguns grupos sociais, sobretudo a simbólica, e em mecanismos de constrangimento, enquanto que para outros grupos, concretiza-se no uso explícito da coerção e da agressão.

Neste contexto, o Estado seria o responsável por inibir e coibir a violência e a criminalidade, a partir de políticas públicas e instituições, tanto no sentido ostensivo, quanto no preventivo. Neste sentido, pontua-se que o Estado seria a esfera encarregada de gerenciar e controlar conflitos sociais, utilizando diferentes mecanismos de prevenção e controle da violência. Entretanto, destaca-se que o próprio Estado e as instituições que existem para este fim são também autores e promovem a violência na sociedade em diferentes graus, que se verifica no exercício do poder nas relações sociais.

A coerção e a utilização da força policial, por exemplo, também são, portanto, a reprodução de padrões institucionais e estruturais contra determinados indivíduos e grupos sociais, como o gênero, etnia ou um determinado grupo etário. No Brasil, por exemplo, pode-se citar alguns grupos que sofrem mais com a violência, tanto a explícita quanto a simbólica, de acordo com Tavares dos Santos (2009), como os trabalhadores urbanos, moradores da periferia, jovens e negros.

### 3.1.1 Violência no Brasil

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem o nono maior índice de homicídios do mundo, o que representa uma média cinco vezes maior do que a global. No mundo, taxa é de 6,4 homicídios para cada 100 mil pessoas, um quinto dos números brasileiros (dados de 2018).<sup>42</sup>

Para falar sobre a violência no Brasil, retomamos a Velho (2000), que ensina que a violência no país possui inúmeras causas, entretanto as principais estão relacionadas a problemas sociais e ao “esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais” (VELHO, 2000, p. 16-17). Aqui, vale lembrar a opressão cultural que a população negra ex-escravizada sofreu, inclusive por meios legais. Portanto, a pobreza em si não é responsável pela criminalidade, mas ajuda a maximizar a violência em uma sociedade cujos referenciais éticos se perderam.

O círculo vicioso da violência, a insegurança e a criminalidade no Brasil são abordados por Zaluar (2002). Para a autora, o medo instalado na sociedade, em que os indivíduos se armam e se preparam para enfrentar as ameaças externas, acaba por gerar mais violência, uma vez que o comportamento natural dessas pessoas é a não participação em decisões e em mobilizações que afetam a sua qualidade de vida. “O resultado disso é um generalizado desrespeito pelas regras da convivência social, para não falar de regras fundamentais à segurança de todos” (ZALUAR, 2002, p. 76-77). O que Zaluar apresenta se relaciona com o que Comte afirmava, que a sociedade “ideal” seria uma ditadura governada por uma classe de sábios.

Zaluar (2002) ressalta que a criminalidade brasileira aumentou com o desenvolvimento tecnológico e industrial, em que a lacuna social foi intensificada pela má distribuição de renda, pelo desemprego e pela falta da atuação do Estado em fomentar políticas públicas no enfrentamento a esses problemas e à miséria.

A autora aponta que entre as características da violência no Brasil estão os problemas políticos e econômicos, sobretudo, a partir da redemocratização, a partir de 1985. “Justamente no período em que o país recuperava as instituições da democracia, ocorreu grande aumento da criminalidade e da violência, seja a institucional, seja a doméstica, seja a difusa violência urbana” (ZALUAR, 2002, p. 77-78). Neste sentido, Adorno e Nery apontam:

---

<sup>42</sup> Disponível em: <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/05/geral/627930-indice-de-homicidios-no-brasil-e-cinco-vezes-a-media-global-aponta-oms.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/geral/627930-indice-de-homicidios-no-brasil-e-cinco-vezes-a-media-global-aponta-oms.html)> Acessado em: junho de 2020.

No último quartel do século XX, justamente quando se desencadeou, na sociedade brasileira, a transição da ditadura-militar para o regime democrático, esperava-se que o fim de todas as arbitrariedades e perseguições contra a dissidência política resultasse na pacificação geral da sociedade. Não foi o que aconteceu. A transição foi acompanhada da explosão de, ao menos, quatro modalidades de violências e crimes: o crescimento da delinquência comum em torno dos crimes contra o patrimônio; o crescimento dos homicídios, associados ou não à chegada, na sociedade brasileira, do chamado crime organizado em torno principalmente do tráfico de drogas; graves violações de direitos humanos, representadas, sobretudo, por violência policial ou de agentes públicos nas delegacias de polícia, prisões e instituições de tutela de crianças e adolescentes; explosão de conflitos, com desfechos fatais, nas relações interpessoais e intersubjetivas nas famílias, nas escolas, nos bairros, nas ruas, nos ambientes de trabalho. Mais recentemente, esse quadro foi agravado com o controle de amplas massas carcerárias pelo crime organizado, com a difusão dos crimes cibernéticos e com conflitos envolvendo racismo, misoginia e homofobia que, não raro, levam a desfechos fatais (ADORO; NERY, 2019, p. 170).

A partir disso, é coerente falar sobre vulnerabilidade e grupos mais vulneráveis. Para Zaffaroni (2015), a vulnerabilidade decorre, de um lado, de condições sociais, em que os indivíduos estão em maior grau de risco ou perigo apenas por pertencerem a determinado grupo, classe ou estrato social; bem como, de outro lado, de um comportamento individual em que a pessoa se coloca naquela situação.

A discussão sobre os grupos mais vulneráveis à vitimização física violenta e ao encarceramento perpassa contextos de diversas políticas públicas. Ela é, por exemplo, essencial para um debate consciente acerca do encarceramento em massa, da redução da maioria penal, da legalização do porte de armas, das políticas de combate ao racismo, e da necessidade de investimentos em educação. Ou seja, está envolta em diversas violências simbólicas e silenciosas (LIEBL, 2018, p. 33-34).

Como apresentado no capítulo anterior, a história brasileira é marcada por explorações, que acarretaram na subjugação de grupos específicos, sobretudo em relação à raça e à etnia. Sobre isso, a autora ressalta:

O tema [violência] está ligado às questões da herança escravocrata e à forte estratificação da sociedade brasileira desde sua formação, além da precarização de jovens e pessoas de baixa escolaridade em um mercado de trabalho capitalista. Como Ribeiro (1995, p. 219) aponta a distância social “[...] mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros” (LIEBL, 2018, p. 34).

A história da sociedade brasileira, retomando Adorno e Nery (2019), pode ser contada como uma história social e política da violência. Os autores apontam que as diferenças de etnia, classe, gênero e geração foram, frequentemente, tratadas de forma violenta. Além disso, os golpes na estabilidade político institucional também são apontados como causas da violência, uma vez que comprometem a vigência e continuidade do Estado de Direito.

Adorno e Nery (2019) salientam que, na sociedade brasileira, diferentes formas de violência se disseminam nos mais variados espaços, como as agressões cometidas no mundo doméstico contra mulheres, idosos e crianças; na vida urbana e rural; nas escolas; no trabalho; na repressão de direitos consagrados legalmente; na repressão a manifestações e a grupos que reivindicam mais direitos; nas instituições do Estado, como em manicômios judiciários, prisões, delegacias de polícia, entre outros.

Por fim, Tavares dos Santos (2002) afirma que “Desigualdade social e segregação urbana produzem uma exclusão social, marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho, salários insuficientes e por deficiências do sistema educacional” (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p. 6).

Além disso, o autor fala do papel da sociedade nesse processo, em que parece haver uma aceitação ou uma resignação da violência, que acaba sendo incorporada como prática social e uma política normal coletiva, marcando o cotidiano das populações de todos os centros urbanos brasileiros (TAVARES DOS SANTOS, 2002). A aceitação/resignação é a naturalização do meio socioeconômico, como aconteceu na implantação do capitalismo, de forma que as gerações posteriores à implantação do sistema o aceitem como um dado da realidade que não deve ser questionado, tampouco mudado.

### 3.2 VIOLÊNCIA POLICIAL

Para falar sobre a violência policial, traz-se à luz as ideias de Ayres (2017), que apresenta três tipos de criminalização: primária, secundária e terciária. Antes, ela faz uma diferenciação entre criminalidade e criminalização. O primeiro conceito está relacionado à “prática de atos tipificados em lei como delituosos, atitudes que contrariam valores e regras sociais” (AYRES, 2017, p. online).

Já a criminalização está relacionada ao processo de assimilação do indivíduo como delinquente a partir do momento em que pratica algum ato. “O sujeito passa a ser visto então como o “mal” da sociedade, fazendo surgir a identificação (etiquetamento) daquela pessoa como criminosa devendo, portanto, ser punida pelo sistema penal” (AYRES, 2017, p. online). O que é uma ideia eugenista, em que o comportamento criminoso é genético e não uma conjunção de fatores que pesam sobre o indivíduo delinquente.

Neste ponto de vista, Zaffaroni et al. (2015) destaca que as sociedades contemporâneas selecionam um número de pessoas a serem criminalizadas. “Esta seleção penalizante se

chama criminalização e não se leva a cabo por acaso, mas como resultado da gestão de um conjunto de agências que formam o sistema penal” (ZAFFARONI et al. (2015, p. 43).

Portanto, o indivíduo é identificado como criminoso não apenas quando realiza o ato delituoso, mas, principalmente, quando ele se torna passível de punição, de acordo com as instituições (policiais e judiciais) e com a própria sociedade, ramificada em diferentes esferas, quando identificam o indivíduo como criminoso.

Neste ínterim, Baratta (1993) mostra que o status de delinquente pressupõe o efeito das atividades das instituições oficiais de controle social, bem como por outras instâncias (formais e informais) que formam as bases do processo de criminalização, tais como a sociedade civil, a partir de uma fiscalização e julgamentos morais; as famílias; as escolas; a mídia, quando elenca os “mocinhos” e os “vilões” de uma história, ou quando utilizam termos diferentes para narrar uma notícia, como criminoso, delinquente ou suspeito.

Voltando aos três tipos de criminalização, Ayres (2017) explica que a primária corresponde ao processo legislativo de criação e sanção de leis penais, em que há uma tipificação de condutas. “O direito penal tutela direitos essenciais e de interesse de todos tais como, o direito à vida, à integridade física, à dignidade sexual, ao patrimônio e etc.” (AYRES, 2017, p. online). A autora ainda afirma que a criminalização primária tem forte influência do contexto histórico e social do país, bem como da situação política e econômica.

Já a criminalização secundária, que é o que interessa para este estudo, está relacionada à ação punitiva do Estado, em que o indivíduo, após passar pela criminalização primária, passa a ter a conduta avaliada pelas instituições do sistema penal. “O objetivo maior aqui é aplicar a lei penal ao acusado da prática do crime, e se for comprovado sua culpabilidade, aplicar-lhe a devida punição” (AYRES, 2017, p. online).

Assim sendo, a criminalização secundária é exercida pelas agências do sistema penal, por exemplo, a polícia, os magistrados, órgãos de controle da delinquência juvenil. Sobre a polícia, a autora destaca:

A polícia é, supostamente, a primeira instância a realizar a criminalização secundária, posto que na maioria dos casos é quem identifica a prática dos delitos e passa a investigá-los para encontrar seu autor. Atua, bem como as outras agências do sistema penal, de forma a selecionar aqueles que serão punidos, visto que a demanda é demasiadamente grande e não há como atender a todos com igualdade. Observa-se que a seletividade exercida em ambos os processos de criminalização recaem sobre objetos diferentes. Na primária incide sobre os direitos que serão tutelados e na secundária sobre os indivíduos, sendo, portanto, uma seletividade mais objetiva. Deste modo, a seleção não atua apenas sobre os criminosos, mas inclusive sobre os vitimizados (AYRES, 2017, p. online).

Ao abordar a seletividade das polícias, tanto a ostensiva, quanto a judiciária – aqui também podemos citar as guardas civis municipais –, Ayres (2017) afirma ser uma característica marcante do sistema penal brasileiro. A rotulação é realizada a partir de premissas já estabelecidas na sociedade, o que confere ao sujeito “características de criminoso”.

Já a criminalização terciária acontece a partir do momento em que o indivíduo é inserido no sistema prisional, uma vez que ele carregará para toda uma vida um estigma de prisioneiro e criminoso. “Após passar pelo cárcere, a reinserção na sociedade é bem delicada. Torna-se difícil encontrar um emprego, fazer novas amizades e interagir com o meio” (AYRES, 2017, p. online).

Posto o entendimento sobre violência, violência no Brasil e criminalização – sobretudo a secundária e o processo de “seleção” e chancela de quais indivíduos fazem parte de grupos “mais propensos” à criminalidade –, a próxima seção faz a relação de toda a discussão teórica do desenvolvimento do racismo no Brasil, com sua ligação ao capitalismo, às estruturas de repressão do Estado, no caso a segurança pública e suas polícias. A próxima seção é importante para que, no último capítulo, seja possível compreender se agentes da segurança pública conseguem perceber ou não o racismo institucional no dia a dia.

### 3.3 SEGURANÇA PÚBLICA E RACISMO INSTITUCIONAL

Nesta seção é abordada a questão da incidência do racismo na ação policial e nas demais condutas de repressão institucional. De acordo com Anunciação, Trad e Ferreira (2020), a intersecção entre raça, classe social, pertencimento territorial e perfil etário tem sido determinante na produção dos critérios de suspeição na prática policial brasileira.

Os autores destacam que o alvo principal das abordagens policiais são os jovens negros, pobres e moradores de favelas. Portanto, a questão do racismo institucional é categoria central para compreender todo o processo. Paul Farmer (2005) postula que o racismo institucional é reconhecido também enquanto expressão da violência estrutural, uma vez que expressa discriminação de tipo racial.

Silvio Almeida (2019) refere-se ao racismo institucional, citando a obra *Black Power: Politics of Liberation in America*, de Charles V. Hamilton e Kwame Ture, como o racismo “que se manifesta nos ‘atos de toda a comunidade branca contra a comunidade negra” e que “é menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos” (ALMDEIA, 2019, p. 43).

Assim sendo, o racismo institucional está fortemente vinculado a contextos de relações desiguais de poder historicamente construídas. Para López (2012), o racismo institucional está relacionado à maneira pela qual as instituições funcionam, na qual há uma naturalização da desigualdade racial, bem como uma reprodução dela. Entretanto, esse processo é velado e pouco discutido nas diferentes estruturas. Há diversos mecanismos e estratégias enraizadas que dificultam a presença e/ou reconhecimento do negro nos diferentes espaços do Estado. Sobre o assunto, destaca-se a seguinte passagem:

O acesso é dificultado não por normas e regras escritas e visíveis, mas por obstáculos formais, presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos e/ou na formação dos agentes do Estado. A ação é sempre agressiva, na medida em que atinge a dignidade humana, instaurando-se no cotidiano organizacional, gerando desigualdades e iniquidades na implementação das políticas públicas (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2011, p. 22).

O termo *racismo institucional* foi utilizado pela primeira vez pelos ativistas Stokely Carmichael e Charles Hamilton, integrantes do grupo Panteras Negras, em 1967. Na ocasião, eles queriam especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições (GELEDÉS, 2013, p. 11). O racismo institucional não é uma ação, um ato de discriminação e não se manifesta de forma expressa, mas sim, está imbricado em todas as relações, macro e micro, do funcionamento das instituições e organizações, sejam públicas ou privadas.

Portanto, o racismo institucional ultrapassa as relações interpessoais e acaba virando uma cultura organizacional, ou seja, passa a fazer parte do comportamento, do cotidiano e dos hábitos das pessoas que estão naquele ambiente. Desta forma, acaba refletindo nas estratégias e no desenvolvimento de políticas públicas, maximizando as desigualdades. Sobre o racismo institucional no Brasil, os mesmos autores afirmam que:

No Brasil, o conceito dessa forma de racismo passou a ser apropriado apenas a partir da década de 1990, por parte de movimentos sociais negros, passando a ser empregado na formulação e execução de programas federais de equidade racial em 2005, com o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) (Ipea, 2007). O programa teve por objetivo o fortalecimento da capacidade do setor público na identificação e prevenção do racismo institucional, a partir de formulação de políticas, capacitação institucional e revisão de normas e procedimentos. A transversalidade de programas desta natureza seria útil para a mobilização de gestores e profissionais de diversas áreas na busca de soluções para a redução das desigualdades raciais (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2011, p. 22-23).

A partir do que foi apresentado, é prudente afirmar que o racismo institucional é um fator que permeia as instituições do Estado, inclusive, as policiais, que maximizam a opressão e a exclusão desses grupos. Sobre isso, Anunciação, Trad e Ferreira (2020) afirmam que, na segurança pública, o racismo institucional se revela sob três aspectos: (1) pela legislação que promove a segregação; (2) por omissão, ao reproduzir comportamentos que impedem a consolidação de uma rede de proteção; (3) pela atuação de agentes das forças de segurança que são movidos pelos seus próprios preconceitos, que são favorecidos pelas condições institucionais, uma vez que viabilizam as violações de direitos.

Na esteira deste entendimento, Oliveira Júnior e Lima (2013) postulam que a segurança pública é uma das esferas da ação estatal em que o racismo institucional mais se revela. Embora não haja evidências de que a população negra seja a responsável pelo maior número de crimes, quando comparado a outras etnias, existe a tendência de que eles sofram maior coerção por parte da polícia e do sistema de justiça criminal.

### **3.3.1 A abordagem policial e a discriminação racial**

Apresentados os conceitos e contextos da violência, da violência policial e do racismo institucional, nesta seção será abordada, por fim, a relação entre a abordagem policial e a discriminação racial, que é o grande foco deste trabalho com as entrevistas realizadas com os agentes de segurança pública da Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

De acordo com Oliveira Júnior e Lima (2013), a injustiça racial se revela de diferentes formas nas estruturas burocráticas do Estado, sobretudo, no desequilíbrio na distribuição da segurança pública entre negros e brancos. O policial, enquanto um representante do Estado nas ruas, deve, segundo os autores, “tratar os cidadãos de forma universal, imparcial, sem distinções de classe, cor de pele, gênero etc.” (OLIVEIRA JÚNIOR; 2013, p. 23).

Entretanto, os autores apontam que este “dever” permanece no campo das ideias, uma vez que os negros são as maiores vítimas de agressão por parte de policiais que brancos. O Código de Processo Penal (CPP) fundamenta a abordagem policial, cujo texto aborda que, mesmo sem mandato, o policial pode realizar busca domiciliar ou pessoal em caso de fundada suspeita. Porém, a frase é muito subjetiva e dá margem para inúmeras interpretações. Sobre o assunto, os autores ressaltam: “Na prática, os sinais identificados para abordar um suspeito são, de forma geral, apesar de não exclusiva, fortemente associados à classe social e à raça dos cidadãos” (OLIVEIRA JÚNIOR; 2013, p. 23). E completam:

O conceito de racismo institucional parece, portanto, bastante adequado à forma de atuação das organizações policiais. Não que seja a polícia, em si, a produtora do fenômeno discriminatório. Ela reflete o desvio comportamental presente em diversos outros grupos, inclusive aqueles de origem dos seus membros (OLIVEIRA JÚNIOR; 2013, p. 23).

Para Anunciação, Trad e Ferreira (2020), a abordagem policial é um instrumento básico de controle de delitos e de manutenção da ordem social. Assim, é o encontro entre um policial ou outro agente da segurança pública, como guardas municipais, e o cidadão, que é abordado com base em uma suspeita fundamentada, como mostra o Código Penal, ao que dão o nome de *discricionariedade*. Os autores explicam que a discricionariedade: “diz respeito à natureza da autonomia decisória e, ao mesmo tempo, à sua permeabilidade às influências externas” (ANUNCIÇÃO; TRAD; FERREIRA, 2020, p. 3). Portanto, pode-se compreender que a decisão de um policial é discricionária quando as forças policiais têm o poder de executá-la.

Ainda levando em consideração os estudos dos autores supracitados, destaca-se que o mecanismo que precede o ato de abordagem tem duas dimensões distintas. A primeira seria técnica-operacional, relacionada às regras da instituição e pautada em critérios objetivos. Já a segunda dimensão é a discricionária, logo, depende do entendimento dos agentes. Sobre este último aspecto, os autores salientam sobre sua pesquisa:

Não obstante, constatou-se que a dimensão discricionária, que reflete representações sociais, crenças e valores morais predominantes na sociedade (Trad et al., 2016), tem um papel decisivo na construção do perfil de suspeição. Os resultados encontrados no estudo apresentado indicam que os(as) jovens negros(as) e pardo(as) são alvos frequentes de abordagem policial nas três capitais do Nordeste investigadas. Evidenciou-se que a segregação racial e o racismo, presentes na estrutura e dinâmicas relacionais da sociedade brasileira, assim como sua negação e/ou certa naturalização, influenciam a “tomada de decisão” e o modo de atuar da polícia frente à juventude negra, bem como a reação destes(as) jovens (ANUNCIÇÃO; TRAD; FERREIRA, 2020, p. 11).

Assim, quando falamos da atuação policial, de sua discricionariedade e subjetividade na abordagem, é preciso levar em conta que, nem sempre, uma atuação racista é consciente. Uma vez que, como visto até aqui, o racismo tem raízes profundas na nossa sociedade e está imbricado em diversas relações sociais, nas estruturas do Estado e na atuação das pessoas que representam as instituições democráticas. Portanto, não é possível afirmar que o policial, no seu cotidiano, age de forma consciente quando é racista. E é justamente por este motivo que este tipo de discussão e debate precisa ser colocado cada vez mais em pauta na sociedade, em

diferentes esferas, seja na no âmbito acadêmico, nas escolas, mídias, instituições públicas e privadas.

É preciso mostrar que uma cultura organizacional das polícias pode levar para um julgamento errôneo em determinadas situações sociais, sobretudo, quando as pessoas abordadas são negras, jovens e de periferia. É preciso que esta crença de que “este é o perfil do criminoso” seja, cada vez mais, desfeita no Brasil. A cultura que associa a juventude negra à criminalidade maximiza, ainda mais, as diferenças sociais, as vulnerabilidades e, por óbvio, a atuação das polícias.

Por fim, é preciso ressaltar que os agentes das forças de segurança, em todos os âmbitos, deveriam atuar como promovedores dos direitos e da igualdade social, não o contrário. Quando falamos sobre racismo, são essas pessoas que deveriam reduzir seus efeitos e não ampliá-los.

#### 4 ENTREVISTAS COM AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Após a ampla discussão teórica, a fim de subsidiar a compreensão proposta por este estudo, foram entrevistados nove agentes de segurança pública da região metropolitana de Porto Alegre, que desempenham atividade operacional, isto é, rondas na rua. Foram cinco guardas municipais e quatro policiais militares:

**Tabela 1 - Entrevistados**

Guarda Municipal	Brigada Militar
5 guardas municipais	4 brigadianos
1 feminina 4 masculinos	2 femininas 2 masculinos

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

As entrevistas aconteceram entre os dias 13/06/2021 e 06/07/2021, remotamente, com o uso do aplicativo Zoom gratuito, versão 5.0.413237.0524 para plataforma Linux Ubuntu, foram gravadas para possibilitarem as transcrições, e tiveram duração média de 1 hora. A fim de evitar respostas enviesadas, em razão de conhecer as opiniões de colegas trabalhadores na Guarda Municipal de Canoas (e eles também conhecerem a posição ideológica da autora), foi solicitado indicações de agentes fora do círculo profissional e pessoal da autora, ou seja, brigadianos e guardas municipais desconhecidos. Os entrevistados 1, 2, 4, 5, 7, e 9 foram indicados por colegas da própria Guarda Municipal de Canoas. Os entrevistado 3 foi indicação do entrevistado 4; o entrevistado 8 foi indicação do entrevistado 7; e o entrevistado 6 foi abordado pela autora, de forma aleatória, no grupo Guardas Municipais do RS, da rede social Facebook.

**Tabela 2 - Dados dos entrevistados**

Dados dos entrevistados									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09
Idade	44	37	23	35	37	37	35	47	40
Escolaridade	Médio	Superior	Sup. Inc.	Sup. Inc.	Sup. Inc.	Superior	Superior	Superior	Superior
Cor/Etnia	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Negra	Preta

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Antes das entrevistas começarem, eram feitos dois avisos necessários:

- 1) Que a entrevista teria que ser gravada para possibilitar a transcrição;

## 2) A liberdade de expressão, opinião e o anonimato estavam garantidos.

Eu quero que você tenha absoluta liberdade de falar, do jeito que você quiser, com vocabulário que você quiser, da forma que você quiser. Aqui não tem censura, não tem certo ou errado. Você está livre para pensar e falar o que pensa aqui. Eu quero é saber da tua opinião e entender tuas razões. Eu garanto o anonimato e eu vou tomar o cuidado de, na transcrição, omitir detalhes pessoais seus e reescrever trechos da sua fala que possam te identificar, mantendo a fidelidade ao conteúdo e o sentido do que disser.

Com isso, iniciava a entrevista com 11 perguntas básicas. As perguntas foram elaboradas para possibilitar serem respondidas com liberdade, como em uma conversa informal. O propósito foi compreender se os agentes de segurança pública percebiam a prática de comportamentos racistas em suas atividades operacionais cotidianas e, eventualmente, entre seus colegas, dentro de suas instituições. Evitar “melindrar” o entrevistado com perguntas diretas sobre racismo em razão dos gatilhos emocionais que eventualmente o termo pudesse gerar.

Foram usados termos gentis e comuns aos agentes e, sempre que possível, adicionadas mais perguntas (que não foram incluídas no esquema básico de perguntas) para poder obter mais detalhes. Eventualmente, conforme as respostas, outras perguntas poderiam ser feitas para complementar.

Com relação aos dados da pergunta 6 (pesquisa do IBGE, 2019), as informações eram: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44.

O conjunto de perguntas segue abaixo e, na sequência,

As perguntas foram:

- 1) Como é a tua atividade operacional?
- 2) Durante a atividade na rua, como você geralmente identifica uma pessoa suspeita de algum malfeito?
- 3) “Atitude suspeita” ou “fundada suspeita”?
- 4) Descreva fisicamente a maioria das pessoas suspeitas que você geralmente aborda?

5) Por que você acha que a maioria das pessoas em suspeição que você aborda tem essas características?

6) O IBGE mostra que 54% das pessoas no Brasil são negras/afrodescendentes, que das pessoas que ganham menos de 1 salário mínimo, x% são negras. O Mapa da violência mostra que 65% das pessoas presas são afrodescendentes. Por que você acha que é assim (e não o contrário ou algum número equilibrado)?

7) O quanto você acha que a guerra às drogas tem a ver com isso, influenciam esses números?

8) Você conhece colegas que são abertamente racistas?

9) Você acha que o caráter militar/civil da sua instituição contribui ou influencia nesse comportamento/visão?

10) Você conhece o termo “racismo estrutural”? Saberria dar alguma definição para ele?

11) Um pouco sobre você:

a) Ano de nascimento

b) Etnia/cor da pele

d) Escolaridade

#### 4.1 ENTREVISTA 1 – BRIGADA MILITAR

**P** – Vamos falar de quando você trabalhava na rua. Como era a sua atividade na rua, fazia rondas, trabalhava com viatura, trabalhava a pé, como era isso?

**Entrevistado** – Entrei na Brigada Militar em fevereiro de 2003. Depende, têm dias que trabalha a pé, têm dias que trabalha na viatura, mas a maior parte do tempo é na viatura, policiamento, atendimento de ocorrências, tudo, pois a Brigada Militar faz tudo.

**P** – Você tinha algum tipo de atendimento especializado, tipo Maria da Penha ou não, era na ronda geral?

**Entrevistado** – Na ronda geral.

**P** – Quando você estava na sua atividade na rua, que você precisava, como você identificava uma pessoa suspeita de algum mal feito? Como você olhava para aquela pessoa e falava: aquela pessoa tem coisa errada!

**Entrevistado** – Então, no bairro, trabalhava praticamente só bairro, quando tu vai para determinados pontos, se tu não conhece o local, a pessoa muda o comportamento. Quem tá devendo, praticamente a abordagem é natural.

**P** – Muda como? Assim vou emendar minha terceira pergunta: atitude suspeita ou fundada suspeita?

**Entrevistado** – Normalmente na suspeita mesmo, porque se está num ponto como venda de drogas, por exemplo, e a pessoa está na esquina num grupinho ou está sozinha e está olhando muito para os lados, está meio espiado. Então, é de praxe a abordagem para ver a situação dessa pessoa. Se tu está em locais de comércio, paradas de ônibus, e tem uma pessoa muito alheia ao local também aborda. A fundada suspeita já é mais difícil de tu encontrar, maior de encontrar são suspeitos.

**P** – Você pratica o que se chama de atitude suspeita?

**Entrevistado** – Isso! Você faz o policiamento preventivo, então vai abordar aleatório. De acordo onde a pessoa está. Às vezes têm um ponto cheio de comércios e está aquele indivíduo parado mais retirado, cuidando, do outro lado da rua, pode ser que ele esteja só esperando alguém ou esteja observando o movimento para posterior assaltar, então o melhor é abordar e identificar. Enfim, é esse o trabalho preventivo.

**P** – Você saberia descrever essa pessoa que você está me dizendo, que fica parada, essa pessoa que vocês julgam que está em atitude suspeita? Descrever: vestimenta, fisicamente, descreva a pessoa.

**Entrevistado** – Uma pessoa num dia que não esteja muito frio, por exemplo, e está com moletom de capuz e bermuda, isso porque a roupa é mais larga, pode estar escondendo uma arma, o capuz ou boné esconde o rosto. Roupa bem solta, sempre é bom dar uma olhada. Principalmente estar de bermuda e moletom é pedir abordagem.

**P** – Então dá para dizer se essas pessoas são masculinas ou femininas?

**Entrevistado** – Normalmente masculinas. Mulheres são pouquíssimos casos, mulheres são pegadas mais em situação de furto em loja, se é próximo de ponto de tráfico, se estiverem pelas esquinas caminhando, meio inquieta, elas estão traficando, é mais pela atitude delas.

**P** – Tem diferença entre uma mulher suspeita e um homem suspeito no comportamento, por exemplo, nessa situação de tráfico?

**Entrevistado** – Não. Quem está efetuando o tráfico, o comportamento é o mesmo. Ele está cuidando tudo para ver se tem polícia, ele se disfarça bem, tenta se esconder em locais próximos, tenta esconder a droga em poucas quantidades consigo.

**P** – Para em caso de abordagem, não configurar, os critérios de tráfico.

**Entrevistado** – Exatamente. Tem pouca quantidade de droga consigo e escondem o resto.

**P** – Porque você acha que a maior parte das pessoas que você abordou tem essas características?

**Entrevistado** – Talvez pelo local que eu trabalhava, trabalhava mais para dentro do bairro, onde tinham esses pontos.

**P** – Trabalhava em Canoas? Você trabalhou em todos os quadrantes de Canoas, onde tinha um que você trabalhava com mais frequência?

**Entrevistado** – Na Mathias como um todo.

**P** – Porque você acha que a maioria das pessoas tinham essa característica?

**Entrevistado** – Talvez pelo bairro, pela localização, bairro mais carente, mais fundo do bairro.

Diferente de alguém no Centro, a pessoa que está no Centro de Canoas, o suspeito é bem diferente.

**P** – Porque ele é diferente? Explica essa diferença.

**Entrevistado** – No Centro de Canoas a ocorrência já é furto em loja e assalto mais precisamente.

**P** – Não tem ocorrência de tráfico, não é frequente o tráfico no Centro de Canoas?

**Entrevistado** – Tráfico é muito pouco, acontece mais nas praças, mas bem raro de acontecer. Eu nunca peguei.

**P** – Você acha que tem alguma razão nisso ou não?

**Entrevistado** – Talvez mais circulação de polícia, mais movimentação. Não é o local, eles não param muito, tem usuários e quando aparecem já estão com a droga.

**P** – Os usuários ficam geralmente na Praça da Bandeira, isso?

**Entrevistado** – Sim.

**P** – Deixa falar sobre uma pesquisa do IBGE: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Gostaria que você me dissesse a sua opinião do porque você acha que é assim e não ao contrário, a maior parte de vítimas é branco ou que esse número deveria ser equilibrado. Qual sua opinião sobre tudo isso?

**Entrevistado** – Infelizmente é uma verdade, não sei se é pouca oportunidade ou questão social. Porque essas pessoas não tiveram oportunidade, parte financeira, estudo, não

sei. Mas é difícil mesmo, eu vejo mais pessoas negras em destaque na Polícia Civil em cargos de delegado, no exército, porque? É uma curiosidade minha também, mas na Brigada eu não noto racismo, pois a oportunidade na Brigada é para todos, eu vejo o tratamento igual, não vejo racismo, nunca notei tratamento diferente, comentário diferente em relação a colegas por serem negros, ao contrário de colegas femininos para masculinos isso já ouvi na minha frente, o tratamento é diferenciado em qualquer situação “porque é mulher”, tinha que ser “fem”, mas nunca ouvi alguém dizer assim “fez porque é preto”.

**P** – Você antecipou uma pergunta que eu faria, que é exatamente sobre isso, você consegue perceber entre o universo dos colegas que você trabalha, no seu batalhão, esse tipo de comentário a respeito das pessoas negras, abordados negros, pessoas em geral, aqueles comentários, a gente que é mulher costuma ouvir “lugar de mulher é na cozinha, mulher não tem que estar aqui, mulher tem que cuidar de filho...”, esses são comentários pejorativos, discriminatórios, diminutivos da condição da mulher, assim podemos fazer um paralelo as pessoas de cor negra, eu não gosto nem de repetir aqueles comentários horríveis que falam contra as pessoas negras. Você está dizendo que não percebe isso na Brigada? Mas, ao contrário, expõe a questão do machismo.

**Entrevistado** – Sim. O machismo é descarado, eles fazem e quando acontece de alguma mulher, por infelicidade, por exemplo, bater uma viatura, então é uma série de coisas. Tenho colegas negros que trabalham no administrativo, em Canoas e Cachoeirinha, eles são queridos e são bem tratados, nunca ouvi falar nada que desabone eles, da mesma forma que qualquer outro. Quanto a abordagem, eu até concordo contigo em relação a racismo, talvez a gente na rua fora da polícia, talvez exista algo, olhou e têm dois pretos numa esquina você olha desconfiado, infelizmente isso acontece, claro que acontece. Na Brigada, sinceramente, eu estava fazendo uma busca mental sobre os presos, e a maior parte dos presos, as boas prisões, não eram negros. Lembrei até mesmo de um alemão de olhos bem azuis, então é muito relativo, ou eu que tive na minha trajetória que peguei casos assim. Numa abordagem, dependendo do local, tu vê a atitude da pessoa, do jeito que ela se porta, independente dela ser negra ou branca.

**P** – Você não enxerga um viés de cor de pele nessa atividade, nessa desconfiança, sujeito está lá à toa, vestido dessa forma e que possivelmente possa estar escondendo uma situação de crime?

**Entrevistado** – Não! Seja branco, ou seja, preto, a atitude dele e o jeito que ele se veste para o local é que vai contar mais. Hoje tem o pessoal do Haiti, muita gente, as ocorrências que atendi deles foram só briga, briga familiar, então não tem como generalizar.

Talvez tenha colega que atue diferente, mas nunca notei. São observados os locais e atitudes das pessoas, independente da cor dela. Imagino que a sociedade realmente fique desconfiada quando têm pessoas e entre elas pessoas pretas, infelizmente existe essa cultura e é uma cultura de racismo, que a gente conhece muito bem.

**P** – Você acha que a sociedade brasileira é racista ou não?

**Entrevistado** – Com certeza, muito racista!

**P** – Sobre as abordagens, de todas que vocês fizeram, pois a abordagem é realizada ao desconfiar da pessoa com base naqueles critérios de atitude suspeita ou fundada suspeita, pensando no conjunto das abordagens que você teve que fazer, consegue dar um índice de sucesso (constatação de crime)?

**Entrevistado** – É pouco, não é muito. Baixo percentual, por exemplo na abordagem de 50 pessoas, talvez encontre 5 pessoas com posse de drogas, raramente uma arma. Imagina se estivesse num local de conflito e abordasse todos e a cada dia voltasse com uma arma ou algo ilícito seria ótimo.

Logo que entrei na Brigada a gente trabalhava, eles sabem o turno de troca de serviço, então trocávamos o horário, entrávamos uma hora mais cedo e saíamos uma hora mais tarde. Meia noite quando eles achavam que estava “liberado”, agora está tranquilo, nós descíamos para o ponto de tráfico e pegávamos de surpresa, normalmente pegávamos arma ou droga. Aconteceu um caso, que um colega relatou, em que trocou serviço com colega e quando realizou abordagem na vila e ao fazer abordagem de viatura foi pego indivíduo com drogas, o indivíduo falou ao policial: “oh seu hoje não era teu dia de serviço!” Enfim, eles tem tempo. Poderiam usar a inteligência para estudar.

**P** – Sobre as pesquisas do IBGE, menos de 65% da população carcerária é preta e parda. Você acha que a guerra às drogas tem a ver com essa situação de abordagens, como isso influência no trabalho de vocês?

**Entrevistado** – Acho que as drogas são o caminho para o furto, pois eles furtam para poder comprar drogas. O roubo não, pois o cara especializado em roubo de grande monta as vezes ele não é do tráfico, ele geralmente é do roubo mesmo.

**P** – Dá para separar isso?

**Entrevistado** – Nós tínhamos um pessoal, tinham umas quadrilhas que eram especialistas em arrombamento em residências.

**P** – Mas ela não está conectada com tráfico de drogas?

**Entrevistado** – Não! Pois eles simplesmente viviam disso, viviam de arrombamento, furtar, vender e ostentar.

**P** – Tipo fonte de renda?

**Entrevistado** – Exatamente! Tanto que estão vivos até hoje. Já o pessoal do tráfico e eles foram se matando entre si porque o tráfico vai matando para tomar os seus pontos, esses se exterminam mais rápido. Acho que assim que busca a população de baixa renda, que pega o gurizinho da vila sem estudo e oferece dinheiro. O grande traficante vai investindo, formando uma rede entorno dele, pegando os “aviõezinhos”, pessoal pequeno, que vai recrutando e provavelmente assim muitas pessoas negras e pardas. Têm gurizada que não concluiu os estudos e os traficantes entram na mente: “vem você vai ganhar bastante dinheiro” e é essa gurizada que fica na vila vendendo e o usuário vai lá furtrar, quebrar comércio, para tentar comprar a droga.

**P** – Você acha que o caráter militar na instituição em que você trabalha interfere nessa identificação que vocês fazem na abordagem em pessoa suspeita, pessoa não suspeita? Você acha que tem a ver a instituição militar com a forma que vocês agem, pensam a respeito do crime? Tem como fazer a relação entre as duas coisas ou não? Pois a cultura da Guarda Municipal (civil) é diferente da Brigada Militar (militar), ao conversar com as Guardas Municipais da região metropolitana, eles trazem uma abordagem um pouco diferente do que vocês militares trazem e eu tento entender o que está dentro da cabeça de vocês, assim gostaria de entender a opinião de vocês se isso se reflete na atividade ou não?

**Entrevistado** – Entrei numa instituição militar, mas não gosto dessa parte militar que te cobram o que te foi cobrado. Na minha vida civil não consigo conviver com pessoa que não tem compromisso com horário, pessoa desleixada com as coisas e isto veio da parte militar, pois tu passa a ter aquelas regras e tu quer cobrar dos outros. Se tu quer cobrar um comportamento da sociedade, conforme te passaram, com regras, com horários, rigidez, retidão e as pessoas não aceitam. Ao cobrar muitas vezes escuto: “você não está de coturno, calma, não queira botar o coturno nos outros”. Acho que nisso influência sim, está lá na rua e quer que as pessoas tenham um comportamento correto, aquela disciplina militar. Isso que difere a parte civil, por exemplo, a Guarda Municipal, seja mais *light*, mais sociável, mas o militar é tudo a base do grito, da regra, da disciplina.

**P** – Pode ser inconsciente?

**Entrevistado** – Sim! Às vezes minha mãe diz: “calma tu não está na Brigada”. Por exemplo, têm presos que não aprontam nem metade do que aprontam com a Polícia Civil, eles não arriscam em fazer certas coisas com a Brigada Militar. A Guarda Municipal e a Polícia Civil são os “bons moços” e a Brigada Militar é o “bicho papão.”

**P** – As Polícias Militares mudaram, você vê a Polícia Militar de 30 anos atrás, ela mudou muito, inclusive na formação dos agentes, isso traz um refinamento no atendimento à população?

**Entrevistado** – Não, muda totalmente por parte da rigidez militar.

**P** – Você conhece o termo racismo estrutural?

**Entrevistado** – Não!

**P** – Você imagina alguma definição para esse termo?

**Entrevistado** – Tem a ver com estrutura familiar?

Talvez na estrutura da sociedade, quando começa, talvez isso. Pois não consigo entender, quando uma família negra, por mais que desde de pequenos, casal trabalhador, eles buscam as mesmas coisas que a família branca, não entendo porque a criança preta cresce e não tem um sucesso, então será que é o racismo geral com aquela pessoa ou ela não busca, não se esmera o suficiente para buscar crescer?

**P** – O que você acha?

**Entrevistado** – Nunca consegui encontrar essa resposta, porque eu tive muitos amigos negros, uma amiga veio de uma família muito pobre e procurou sempre estudar e fazer concurso, ela era pessoa muito calma e educada, não aceitava nenhum comportamento que pudesse ser racista, pois iria se impor. Enfim, acho que ela buscou e procurou reverter qualquer processo negativo. Acho que também depende da boa vontade e de uma insistência muito grande, com certeza é mais difícil para os negros, não vou dizer que é mais fácil, pois concordo que vivemos numa sociedade bem racista.

**P** – Melhorar de vida seria um empecilho maior com pessoas negras do que para pessoas brancas?

**Entrevistado** – Com certeza o negro terá que se esmerar mais e se esforçar mais, infelizmente.

Percebo que os negros com maior ascensão financeira são em cargos militares, nos cargos de polícia.

**P** – Você acha que nas carreiras de Estado (carreiras policiais) dão mais chances de ascensão social para pessoas negras?

**Entrevistado** – Acho! E eles se destacam bem nisso.

**P** – Ano de nascimento e escolaridade?

**Entrevistado** – Ano 1977. Ensino médio completo.

**P** – Ao preencher uma ficha para concurso e está na ficha cor da pele ou etnia, o que você responde?

**Entrevistado** – Branca. Mas o que importa se no concurso sua cor da pele é preta ou branca? Para quê perguntar isso?

**P** – Acredito que seja para fins estatísticos. Desejo que um dia a gente supere essa distinção da sociedade e que todos independentes da cor, orientação sexual, gênero, tenham de fato oportunidades iguais.

FIM.

#### 4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS

As entrevistas foram feitas com colegas de segurança pública que estão diretamente relacionados com a atividade de rua, seja no patrulhamento ostensivo para capturar flagrantes, seja na atividade de controle de trânsito ou mesmo no monitoramento de câmeras, atividade para a qual o agente de segurança precisa ter o mesmo tirocínio de quem atua nas ruas. As falas trazem insumos interessantes que dialogam muito com o presente estudo.

Quando perguntados a respeito dos motivadores para uma abordagem, afirmam que a cor do indivíduo não é determinante para a abordagem e que abordam muitos brancos. Eles descrevem um “contexto”, uma combinação em que o local e a vestimenta são os principais sinalizadores materiais, e a reação do suspeito ao visualizar a viatura - “fica espiado”, “cola as placas” – é o principal indicador intuitivo de culpa. O local é geralmente a periferia, pois é o marcador geográfico da vulnerabilidade econômica dos mais pobres. É onde espera-se encontrar o sujeito que comete crimes de pequena monta, como o tráfico miúdo de drogas: “local de boca”, “próximo de biqueira”.

A questão da vestimenta também aparece: moletoms largos, bermudas largas com grandes bolsos “para esconder coisas”, boné “para esconder o rosto”, forma de vestir que são confrontadas mentalmente com o clima: se calor, “certo que está escondendo alguma coisa embaixo de toda aquela roupa.” Quando perguntados sobre a cor de pele dos indivíduos abordados, a maioria afirma que suspeitos brancos são a maioria nas regiões em que trabalham. Apenas **três** agentes concordaram que abordagens podem sim serem influenciadas pelo racismo. Esse ponto da entrevista desperta um pouco mais de curiosidade, afinal, se as abordagens e as prisões não sofrem influência do racismo, se a maioria dos detidos são pessoas brancas, como entender o fato de que os negros são 65% das pessoas presas? Uma explicação plausível seria o racismo no processo penal, que inicia na delegacia e termina no juizado criminal, que condenaria mais negros e inocentaria mais brancos. Se essa premissa for

verdadeira, mais uma vez confirma-se a presença e a força do racismo estrutural e institucional.

A maior parte dos agentes não considera que a cor seja determinante para o crime, apesar de manifestarem um estranhamento pelo fato de que a maior parte das pessoas pobres seja negra. Acreditam que há o fator meritocrático nisso: “sim, os negros foram injustiçados no passado, mas hoje basta se esforçar para superar as dificuldades”. Apesar disso, reconhecem que o fator educação é um fator de vulnerabilidade para o crime e estímulo para uma vida melhor.

Quando confrontados com os dados da pesquisa do IBGE (2019) usada neste trabalho, os entrevistados no geral compreendem que há um fator desfavorável aos negros em relação à renda, educação, mercado de trabalho e número de homicídios, mas muitos acreditam que há uma proporção à representatividade populacional dos negros: se são maioria da população, então é natural que sejam a maioria de muito pobres, maioria de abordados e maioria de presos. Um entrevistado afirmou “isso vem do período da escravidão”.

Por outro lado, um dos entrevistados atribuiu o fato de haver poucos negros em cargos gerenciais porque seria uma questão de ambição pessoal querer chegar a um cargo de liderança. Embora todos reconheçam que há uma questão econômica envolvida na condição de vida da população negra, é curioso notar que os guardas municipais demonstram, em suas opiniões, uma abordagem mais humanista e social do problema, indicando a falta de apoio mais efetivo do Estado. Entre os militares, há mais a ênfase no esforço e merecimento na condição de superação das dificuldades sociais. Apenas um entrevistado militar elaborou melhor seu raciocínio trazendo contextos históricos que se refletem no momento atual.

Quando perguntados a respeito da atual lei de drogas e seus efeitos na elevação do número de pessoas encarceradas, o raciocínio majoritário foi de que a lei possibilitou a incriminação de mais pessoas. Nenhum deles demonstrou ser a favor da legalização das drogas. Demonstraram uma visão bastante conservadora nesse aspecto, fazendo relação direta entre uso de drogas e inserção na criminalidade.

Mas nota-se, pelas respostas, que, dos nove entrevistados, apenas dois fazem conexão da situação dos abordados com os mecanismos estruturais racistas que fazem com que os negros brasileiros sejam a maior parte da população pobre ou em extrema pobreza. Ao se depararem com os mecanismos de reparação histórica do racismo como cotas raciais em concursos públicos ou cotas para ingresso em universidades públicas, a maioria atribuiu a demanda dos negros a um suposto “vitimismo”. Esse comportamento, podemos supor, não é proposital. Afinal, para que possamos criticar um dado qualquer da realidade, é necessário que

tenhamos tido contato prévio com dados do contraditório, inclusive com a moral contraditória por trás do fato, para poder elaborar uma visão crítica. Como criticar de forma qualificada algo ao qual não fomos expostos previamente, e de forma crítica, no caso, as violências e injustiças contra os povos negros escravizados? Sem uma visão histórica sólida, fica fácil escorregar no senso comum que viceja na questão racial.

Para conseguir repudiar fatos históricos como os tão bem relatados por Gomes, é necessário a capacidade de sentir empatia, mas, mais ainda, conhecer de forma crítica os fatos que fizeram a história brasileira e a forma como os fatos aconteceram. Não há crítica qualificada onde não há repertório cultural e educacional construído previamente e reforçado ao longo da vida. Não há como cobrar crítica dos fatos atentatórios à dignidade do povo negro escravizado de quem não conhece os fatos.

É urgente que as instituições de segurança pública assumam formação ampla e profunda de seus agentes para saber o que é racismo, identificá-lo e conseguir superá-lo. Atribuir ao agente de segurança pública individualmente a responsabilidade pela busca do conhecimento dos fatos históricos, dos eventos motivados pelo racismo que constituem a história social e econômica do Brasil não nos ajudará a superar a herança da violência racista e fará com que permaneçamos mais tempo imersos na brutalidade colonial que tão profundamente marca a história do nosso país e da nossa sociedade.

## 5 CONCLUSÕES

O racismo contra os negros africanos é central na compreensão do desenvolvimento do capitalismo ocidental, principalmente no capitalismo dependente desenvolvido aqui no Brasil. O sistema econômico dominante não seria o que é hoje não fosse pelo roubo dos corpos, do trabalho e da vida dos milhões de negros expropriados à África e depositados nas Américas para serem tratados como animais de carga caros, porém sem valor nenhum. O resultado extraído do trabalho escravo durante o período colonial sustentou os impérios europeus e enriqueceu famílias para sempre<sup>43</sup>, tanto na Europa como no Brasil. Como em um sistema espiral, a energia que o comércio ultramarino impôs ao uso das terras no século XV movimentou ainda mais as navegações, que foram cada vez mais se afastando do eixo Mediterrâneo-Oriente, chegando ao Novo Mundo.

A partir daí, o novo território geraria ainda mais energia para botar de pé o recém nascido sistema de geração e acumulação de riqueza. Para isso, se apropriaram dos corpos dos africanos e os trouxeram ao Novo Mundo para que o sistema continuasse a ser alimentado. Como tudo é mercadoria no capitalismo, o negro africano virou mercadoria comprada, vendida e explorada até seu completo desgaste. O trabalho forçado dos negros escravizados serviu como poderoso combustível que fez girar a máquina capitalista de moer gente. No decorrer dessa história, foi possível à Europa superar até o imenso poderio milenar da Igreja Católica, que não mais controlava o gênio do conhecimento científico. O capitalismo seguiu avançando e, chegando ao século XIX, a ciência passou a justificar a alegada superioridade racial dos europeus em relação aos povos que eles escravizavam. Por aqui, o território-empresa já estava apropriado pela realeza, que, em situação de forte dependência química e psíquica do trabalho escravo, tratou de trazer ares civilizados à terra onde se esconderam de Napoleão, e escancarou o atrasado país aos avançados europeus.

É aí que começa a fase de “acabamento” da estrutura racista brasileira, quando a mentalidade racista atrasada europeia se estabelece no território brasileiro travestida de avanço científico. Só do que foi possível coletar durante as pesquisas para elaboração deste trabalho, foram 11 instrumentos legais que interferiam diretamente na vida dos negros escravizados impedindo-os de frequentar escolas e serem alfabetizados, de ocuparem terras devolutas, de votar, de permanecerem em espaços públicos e se expressarem culturalmente.

---

<sup>43</sup>Ver Mocetti, 2015.

**Tabela 3 - Instrumentos legais do império e república**

	Ano	Instrumento legal	Efeito
1	1824	Constituição do Império	Impedia o voto dos analfabetos
2	1837	Lei n.o 1	Proibia escravos de frequentar escolas
3	1850	Lei 601	As terras deveriam ser adquiridas mediante pagamento em dinheiro. Autorizava despejos.
4	1854	Decreto 1331-A	Proibia escravos de estudar
5	1871	Lei 3353 - Lei do Ventre Livre	Crianças nascida de negras escravizadas não pertenciam mais ao proprietário da mãe escrava
6	1881	Decreto 3029	Analfabetos estavam proibidos de votar
7	1885	Lei 3270 Lei dos Sexagenários	Libertava os negros escravizados maiores de 60 anos.
8	1888	Lei 3353 – Lei Áurea	Abolia definitivamente a escravidão no Brasil
9	1890	Decreto 847 Código Penal	Criminalizava a vadiagem e a capoeira
10	1911	Decreto 9081	Novo regulamento ao Serviço de Povoamento Incentivo à imigração de brancos.
11	1934	Constituição Federal	Instituía a educação eugênica
12	1951	Lei Afonso Arinos	Tornou contravenção penal a prática de discriminação racial

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Mesmo as leis do Ventre Livre e dos Sexagenários transformaram a tão importante liberdade em problema para os negros. Libertou, mas ir pra onde e fazer exatamente o quê, se não tinham espaço próprio para habitar e não tinham sido ajudados a superar as limitações históricas que o regime de escravidão lhes impôs? A Lei Áurea – que libertava geral – não teve sequer o efeito de causar muitos prejuízos aos donos dos escravos. Importante ressaltar que, contrariamente ao senso comum de que os fazendeiros teriam sido indenizados pelo Estado pela abolição forçada da escravização, esta pesquisadora não encontrou documento legal que comprovasse tal reparação. Com os negros já libertos, mas sem educação, sem saber ler ou escrever, sem dinheiro, sem terra, sem casa, sem trabalho, sem poder escolher seus representantes, o Estado brasileiro lançou mais um golpe na estranha conquista da liberdade deles: os impediu de ocuparem espaços físicos com o nada que lhes restou para fazer, criando, no código penal, os crimes de vadiagem e de prática cultural da capoeira.

O Estado brasileiro, desde os seus primórdios, tratou os negros escravizados como seres desprezíveis e exploráveis. Foi só quando o capitalismo já se encontrava estabelecido na Europa e se fortalecia com as revoluções tecnológicas que aconteceram ao longo dos anos 1800, e por isso mesmo a Inglaterra fazia pressão sobre as colônias americanas para

extinguirem seus regimes escravistas pois precisava ampliar o mercado consumidor externo, que o Brasil começou a ser incomodado com a necessidade de libertar aquela massa de seres potencialmente consumidores de produtos manufaturados na Europa. Mas concomitantemente a esse fato, a elite inglesa passa a divulgar teorias científicas e sociais que desumanizavam os negros e reafirmavam a superioridade da raça branca. A teoria eugenista foi então convenientemente abraçada por intelectuais europeus e brasileiros, que passaram a advogar pelo branqueamento populacional como forma de melhorar e purificar a sociedade. Com a escravidão e a violência inscritas no seu DNA, o Brasil se consolidava como uma nação racista, sem nunca assumir que era de fato.

Almeida (2019) explica que o racismo é “decorrência da própria estrutura social”, ou seja, “a forma como se constituem as relações políticas, jurídicas, econômicas e familiares. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.” Assim, após trezentos anos gerando riqueza à custa do trabalho escravo – e bastante a contragosto – o Estado brasileiro autoriza a liberdade da população negra, mas se abraça a ideologias científicas que legitimam a contínua desumanização dos negros e a força para disciplinar a ordem.

As políticas racistas do Estado brasileiro atingiram os negros em todos os aspectos possíveis, não apenas no “mero” aspecto visível do sequestro dos corpos, na sua manutenção em cativeiro e na tortura física docilizante. O não reconhecimento da condição humana dos indivíduos negros, a criminalização da sua existência, as tentativas de aniquilação da sua cultura e tradições religiosas, a segregação disfarçada dos espaços de educação, são faces de um crime de Estado que age travestido de legalidade.

A lista de violências que o Estado capitalista brasileiro cometeu contra os negros para destruir suas possibilidades de vida não se resumem ao efeito visível das leis enumeradas acima, mas traz também as impossibilidades de integração ao próprio capitalismo, uma vez que impede que os negros tenham acesso à acumulação de riqueza, construção do patrimônio e da transmissão da herança material aos seus descendentes.

Se o capitalismo traz em si a carga da violência, da escravidão e do racismo, a legislação é o instrumento que os transfere para a vida prática da população negra. Mais do que impedi-los de participar da cidadania do novo Brasil que se configurava, a coleção de leis injustas os deixou vulneráveis aos efeitos das crises frequentes e crescentes próprias do capitalismo.

## 5.1 REFLEXO DAS MURALHAS ERIGIDAS CONTRA O POVO TRABALHADOR NEGRO

Nesta seção, serão apresentadas as conclusões sobre o reflexo social das muralhas erigidas contra o povo trabalhador negro, tais como: acesso à educação formal, representação política, trabalho e renda, opressão jurídica,

### 5.1.1 Acesso à educação formal

Os negros foram impedidos legalmente de frequentar escolas desde o início do período imperial, com a Constituição de 1824. Aliados dos espaços escolares e aprisionados ao trabalho forçado, foram privados de acumular o que hoje conhecemos por capital intelectual, um fator preponderante para superação das desigualdades. Estudo da FGV (DE VIZIA, 2008) estima que para cada ano a mais de estudo existe um incremento de 15% na renda.

O incentivo ao estudo também tem o condão de reduzir os índices de homicídios de jovens. Um estudo do IPEA (2019) encontrou elasticidade positiva entre taxa de desemprego e homicídios, e entre estudo:

“1,8% para a taxa de desemprego e de 1,9% para a taxa de atendimento escolar para homens jovens entre 15 e 17 anos” (IPEA, 2019)

Os jovens devem ser incentivados a permanecer estudando até a idade adulta. Isso diminui os índices de desemprego e tem potencial, como veremos mais adiante, de garantir renda maior na fase adulta. Deve-se, portanto, manter os jovens na escola, e não querer inseri-los precocemente no mercado de trabalho, para prevenir homicídios:

Os dois problemas estão alinhados, tendo em vista que uma forma de reduzir a taxa de desemprego de jovens passa por reduzir a sua taxa de participação no mercado de trabalho, via programas que estimulem a continuidade dos estudos no ensino médio e sua progressão para cursos profissionalizantes, cursos vocacionais e para o ensino superior (idem).

Em 1900, 66% da população acima de 15 anos era analfabeta (INEP, 2004). Se, de acordo com o censo de 1872, o primeiro do Império, 15,2% da população era de escravos, é possível supor que em 1900, a totalidade da população negra da época era analfabeta. O IBGE (2019) mostra que a taxa de analfabetismo entre a população negra continua alta, felizmente não nos parâmetros do início do século passado, mas resiste em 9,1% na média da população e espantosos 20,7% se considerada a população negra rural. Quando consideramos o acesso

ao ensino superior, os negros são maioria na rede pública de ensino, com 50,3% do público discente. Um índice relevante, dado o histórico de impedimentos impostos pelo Estado a esse grupo, porém 5,5 pontos percentuais abaixo da representatividade populacional.

### **5.1.2 Representação Política**

Os negros foram proibidos de votar durante todo o período imperial. Como nos mostra a legislação consultada (tabela 3), inicialmente a legislação proibia explicitamente o voto dos escravos e dos ex-escravos (Constituição de 1824). Em 1934, a nova Constituição não alijava os ex-escravos do direito ao voto, mas vetava o voto dos analfabetos. Se 50 anos antes os escravos eram todos analfabetos e permaneceram todo esse tempo impedidos de frequentar a escola, então em 1934 a situação dos negros permanecia igual com relação à educação e possibilidade de representação política. Atualmente, a representação política do povo negro nos parlamentos de todo o país, embora tenha melhorado muito, ainda está muito abaixo da proporção de pretos e pardos na população brasileira, ou menos de 25% em relação à representação branca.

### **5.1.3 Trabalho e renda**

Os obstáculos legais e sociais, como a obstrução do direito à terra, moradia digna e educação de qualidade impactou severamente as condições de trabalho para a população negra. A partir da abolição da escravização, os negros libertos foram expulsos dos latifúndios onde eram forçados a trabalhar e passaram a vagar nas vilas. Os homens mais fortes acabaram conseguindo algum trabalho braçal (RIBEIRO, p.175). O homens e mulheres que não conseguiram se manter minimamente retornaram às fazendas, onde continuaram a trocar trabalho pesado por comida e um canto para descansar. A situação jurídica do cidadão negro e do seu trabalho pode ter mudado, mas em razão do alijamento do direito à educação,

*A humanidade detritária predominantemente negra e mulata pode ser vista, ainda hoje, junto aos conglomerados urbanos, em todas as áreas do latifúndio, formada por branceiros estacionais, mendigos, biscateiros, domésticas...amontoados em casebres miseráveis. (Idem, p.176).*

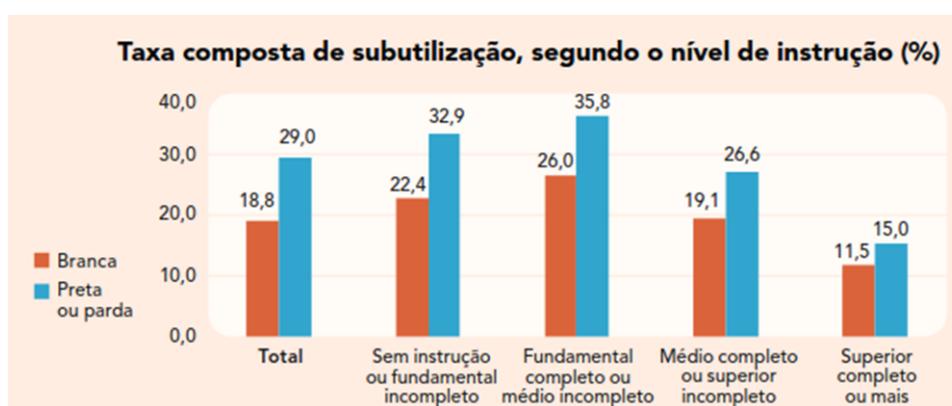
Em 2018, os negros eram 25,2% superiores à força de trabalho branca, formando o 54,9% de toda a força de trabalho. Apesar disso, essa força de trabalho formava 64,2% dos desocupados e 66,1% e dos subutilizados. Quando olhamos para a informalidade nas relações

de trabalho, 47,3% dos negros estavam nessa situação, enquanto apenas 34,6% dos brancos eram informais.

O acesso a emprego precário e a baixa remuneração dificulta (ou mesmo impede) que os negros tenham as mesmas condições de crédito (em todas as modalidades) que os brancos, prejudicando a evolução patrimonial pela alavancagem creditícia (no caso da compra da casa própria, por exemplo, ou mesmo na condição de microempresário).

Nem mesmo a situação educacional equivalente à da população branca faz com que os negros consigam condições equivalentes com relação a emprego:

**Figura 14 - Taxa composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%). IBGE**



A taxa de subutilização<sup>44</sup> da mão de obra da população negra é maior em todos os perfis de instrução analisados. A diferença de subutilização só se reduz em relação aos brancos para o nível superior completo, o que nos indica, mais uma vez, que, no sistema capitalista, a educação é a melhor alavanca das condições materiais dos indivíduos e suas famílias.

<sup>44</sup>Fonte: IBGE PNAD Contínua 2018. Nota: pessoas de 14 anos ou mais.

**Figura 15 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas**



Os rendimentos reais do trabalho<sup>45</sup>, como não poderia deixar de ser, em todo esse contexto, também são profundamente desfavoráveis aos negros. Considerando os empregos informais, os rendimentos reais dos negros equivalem a 57,9% dos rendimentos dos brancos. No mercado formal de trabalho, essa diferença cai um pouco, e os rendimentos dos negros chegam a 63,4% dos rendimentos de uma pessoa branca. Se considerarmos no todo, os rendimentos do trabalho formal e informal se equivalem ao informal, de 57,5%.

“Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe.” (ALMEIDA, p.172).

Quando analisadas as condições de vida como renda familiar, moradia, acesso a esgoto sanitário e número de moradores por habitação, as disparidades entre negros e brancos seguem presentes. Das pessoas de mais baixa renda em 2018, aquelas que viviam com menos de 5,5 dólares<sup>46</sup> por dia, 32,9% eram negras. Os brancos eram menos da metade dos negros (15,4%). Com relação ao acesso a condições sanitárias, 12,5% das pessoas negras vivem em

<sup>45</sup>Fonte: IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2019.

<sup>46</sup> Em 2018, o dólar fechou cotado em 3,8757 reais (BACEN)

locais que não tem acesso a coleta de lixo; 17,9% não tem acesso a rede geral de água potável, e 42,8% não tem acesso a esgoto sanitário. Quando considera-se as casas que abrigam famílias chefiadas por mulheres negras solteiras, 12% delas vivem em moradias com mais de 3 pessoas por cômodo (considerando filhos de até 14 anos de idade). Dessas, 13,6% dispõem mais do que 30% da renda com aluguel.

Conforme vimos através dos dados da pesquisa apresentada, a situação educacional possibilita uma superação das condições sociais, de renda e emprego severas em que os negros foram inseridos com o sistema escravizador. E quando falamos de racismo institucional e estrutural, também temos que considerar que a ideologia econômica adotada pelo país interfere mais ou menos na melhora ou piora da situação dessa população com mais vulnerabilidades.

A economia brasileira sempre foi marcada por muita inconsistência em termos de crescimento econômico. A fase hiperinflacionária com crescimento estagnado que a sociedade democrática herdou da desastrosa condução econômica da ditadura militar na década de 1970, agravada pelo segundo choque do petróleo de 1979, e a crise da dívida, obrigou o Brasil a recorrer ao financiamento de instituições financeiras internacionais controladas pelos Estados Unidos, como o FMI e o Banco Mundial. As contrapartidas exigidas por essas instituições para concederem os empréstimos solicitados para o país fazer frente às dívidas com o resto do mundo eram um conjunto de reformas econômicas que incluía disciplina fiscal com superávit primário, reforma tributária, abertura comercial, a venda de empresas estatais, desregulamentação, redução e controle de gastos públicos, entre outros. Esse conjunto de medidas, a que Batista (1994) chamou de “visão economicista de um problema político”, ficou conhecida por agenda neoliberal do Consenso de Washington, e foram “inspiradas por ideólogos da escola austríaca e de Chicago e elaboradas sob a égide da Sociedade do Mont Pèlerin” (SAAD F., 2015).

A privatização de estatais para a iniciativa privada estrangeira indexou os preços ao dólar, encarecendo os serviços prestados e imprimindo a lógica de mercado em áreas essenciais como transporte, comunicação e geração de energia, das quais os mais pobres são os mais dependentes. Por controle de gastos públicos entende-se redução de gastos em áreas de garantia de direitos como educação pública, saúde gratuita, previdência social e amparo governamental aos mais pobres – ou seja, a maioria negra –, como os programas de transferência de renda. Nessa medida, também inclui-se uma maior pressão fiscal sobre essa parcela da população, uma vez que a carga tributária no Brasil, por ser regressiva, retira proporcionalmente mais de quem menos ganha. A política econômica fiscal e monetária

ortodoxa imposta pelo Consenso de Washington na década de 1980 e vigente até hoje no Brasil, causa aumento dos impostos sobre produtos e serviços de consumo básico, como alimentos, tarifas de energia elétrica e combustível, que impactam diretamente o orçamento das famílias mais pobres. Todas essas medidas restringem a renda disponível das famílias mais pobres, impedindo que elas consigam formar patrimônio e gerar herança para seus descendentes.

Diante de uma realidade de extrema desigualdade de renda e riqueza, com índices econômicos e sociais como os demonstrados anteriormente, o Estado brasileiro não pode renunciar ao papel regulatório e de promoção do equilíbrio econômico, social e racial, deixando de atuar para compensar as consequências nefastas de ter optado por sacrificar a vida de milhões de negros e negras para erguer um país.

#### **5.1.4 Opressão Jurídica**

O termo opressão jurídica define toda a situação de injustiça e violência estatal legitimada pelo conjunto legal que afetou e afeta a população negra, desde o colonialismo até hoje. Desde a abolição da escravidão em 1888, o que antes eram suplícios e torturas físicas, inimagináveis nos dias de hoje, aplicadas aos negros indóceis e desobedientes, com a finalidade de amansá-los e discipliná-los, se transfigurou em vigilância e violência policial e tratamento jurídico desigual em relação à população branca. Tratamos aqui de mais uma consequência da escravidão: a desigualdade no acesso ao direito à segurança e à justiça, o que é, inclusive, uma das Metas do Milênio das Nações Unidas:

Meta 16.1, “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares”, no âmbito do Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (NAÇÕES UNIDAS, 2015, apud. IBGE).

A desigualdade entre negros e brancos no Brasil é mais gritante quando olhamos para o principal parâmetro de incidência de violência: o número de homicídios. Em 2018, a taxa de homicídios por 100 mil negros chegou a 43,4 no país, enquanto entre a parcela branca da população a taxa é de 16 por 100 mil, taxa 2,7 vezes menor. “No Brasil, justamente a maior taxa de homicídios incide sobre a população jovem, de 15 a 29 anos de idade: 69,9 homicídios a cada 100 mil jovens em 2017.” (IBGE) Essa é uma violência que afeta principalmente os negros jovens: a taxa de homicídios por 100 mil jovens é 63,5 para homens brancos, para os

negros ela chega a 185 por 100 mil. O Brasil mata um exército de jovens negros por ano, sem sequer estar envolvido em uma guerra. A violência letal destrói famílias, enfraquece a coesão social e prejudica o desenvolvimento econômico.

A Lei 11343 de 2006, ou Lei de Drogas, foi um marco negativo para a perseguição aos jovens negros. A lei instituiu o Sisnad – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que traz, entre seus princípios:

- I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;
- II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;
- III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados; (BRASIL, 2006)

A Lei 11343 fez explodir o encarceramento de jovens negros<sup>47</sup> ao não estabelecer critérios claros para definir o que é uso pessoal e o que é tráfico de drogas e deixar a cargo dos juízes interpretar, com base na palavra apenas dos policiais e nas circunstâncias do flagrante descritas no boletim de ocorrência, se o detido é usuário ou traficante. Ora, se a classe de juízes é majoritariamente branca e advinda de famílias de renda média e alta – são, portanto, indivíduos que usufruem do privilégio de poder apenas estudar, às vezes por anos a fio, para conseguirem ser aprovados em concursos públicos para o cargo de juiz –, é esperado que esse indivíduo não tenha conexão alguma com a realidade social e econômica dos setores mais pobres da cidade, que é onde as polícias mantêm a vigilância e opressão estatal. Isso leva a condenações, como se diz, “com base no CEP” e, conseqüentemente, por cor de pele.

As entrevistas feitas com os agentes de segurança pública para este trabalho descrevem exatamente esse processo: quando solicitados a responder o que levam em conta no momento de abordar um suspeito, todos eles citam a localidade em que o sujeito está. E, pela descrição dos agentes, quase nunca é um bairro rico, é sempre nas periferias da cidade, onde a renda per capita é mais baixa do que nas áreas de alta renda. A bem da verdade, um indivíduo negro e considerado mal vestido que vaga em uma área pobre é abordado porque está em uma área identificada como sendo de tráfico ou próxima a biqueiras. E se o mesmo indivíduo está à toa em uma área rica acaba também por ser abordado, por estar numa área na qual o estereótipo dele não se encaixa. Portanto, os suspeitos sempre serão os negros e pobres, porque os agentes de vigilância social são treinados para identificar estereótipos e se dedicar a

---

<sup>47</sup>Fonte: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/lei-de-drogas-tem-impulsionado-encarceramento-no-brasil>> Acesso em 07/202

vigiar apenas os indivíduos que se encaixam nesses estereótipos. Coerente portanto, com o fato histórico de ocupação de territórios depois da abolição da escravidão. De Mbembe:

Em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18).

Na economia do biopoder no Brasil, o desprezo pela vida do povo negro é tão grande que, mesmo sendo a imensa maioria das vítimas de homicídio, chegando, como vimos, a 185 mortos por 100 mil jovens, nossas polícias civis não conseguem solucionar mais do que 8% dos homicídios. Para Almeida:

O racismo é parte de um processo social e que ‘ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica (ALMEIDA, p. 50).

Para destruir o feudalismo, o processo de implantação do capitalismo usou a única linguagem possível para destruir a cultura de um sistema milenar de posse, uso da terra e de ferramentas de trabalho: a violência. Quanta violência é preciso para destruir uma cultura que durou mil anos? Para possibilitar o surgimento do capitalismo, toda a violência que for preciso. Assim, a violência é a linguagem e o único método possível para o capitalismo poder se instalar e se perpetuar. Por isso tanta violência contra os camponeses do século XV, tanta violência contra crianças nas oficinas de trabalho, violências indizíveis contra quem ousava não se enquadrar no novo sistema pós-medieval (FOUCAULT), e violência racista contra os negros, pois do trabalho, disciplina e docilidade deles dependia a expansão do sistema colonial e a futura consolidação do capitalismo como único modo de produção possível.

E o capitalismo segue agindo, impondo-se como único modo de produção, como cultura sobre outras culturas e sobre outros modos de vida. É fundamental para a perpetuação desse sistema não haver, em parte alguma no mundo, o menor espaço para a possibilidade de organizar o trabalho e a sociedade de outra forma que não seja a forma que resulta em lucros crescentes e destruição da cultura alheia. Por isso, é que assistimos ataques aos povos quilombolas e aos povos indígenas no Brasil.

Com base nesses aspectos apresentados sobre a relação entre capitalismo e racismo, fica claro como o racismo institucional se desenvolveu e se concretizou nas diferentes estruturas do Estado, inclusive nas policiais. Portanto, o racismo institucional ultrapassa as

relações interpessoais e se estabelece como uma cultura organizacional, ou seja, passa a fazer parte do comportamento, do cotidiano e dos hábitos das pessoas que estão naquele ambiente.

A partir das entrevistas, é possível afirmar que a maioria dos agentes da segurança pública não tem consciência sobre o racismo institucional e de como ele se revela na atuação junto à população. Portanto, considera-se que é necessário o desenvolvimento de uma política pública de compreensão e de conscientização sobre o racismo institucional, bem como promover mecanismos para minimizar os efeitos perversos desta cultura/comportamento à população negra.

Desta forma, esta dissertação do Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã tem a pretensão de não ser apenas um requisito para a obtenção de um título, mas, sobretudo, ser uma ferramenta adjutória na problematização da realidade, contribuindo na construção de políticas públicas de segurança em uma perspectiva mais humana e cidadã, em especial, para o grupo que mais sofre com a violência, seja física ou simbólica, a população negra.

E, com base no que lemos até aqui sobre a violência intrínseca ao capitalismo, muita violência ainda deverá recair sobre nossos irmãos Apiaká, Apurinã, Atroari, Baniwa, Deni, Hixkaryana, Hupda, Jamamadi, Jarawara, Katukina, Kaxarari, Kaxinawá, Kulina, Marubo, Matis, Mayoruna, Muras, Mundukurus, Sateré-mawé, Ticuna, Tukano, Tupinambá, Waiãpi, Waimiri Atroari, Yanomami, Ye'kuana e Yuhup<sup>48</sup> e outras nações espalhadas pelo Brasil. Espera-se que a solidariedade impere e consigamos proteger esses povos irmãos do avanço capitalista nacional que inicia, nos territórios sagrados da Amazônia, uma nova fase de acumulação de capital.

Quanto aos negros, sigamos em frente. Sigamos com a ampliação das políticas afirmativas reparatórias, porque os irmãos que se beneficiaram dela provaram o quão justa e necessárias elas são, e lutemos para que a reparação aconteça inclusive com a entrega de terras nos mesmos moldes em que o Estado brasileiro contemplou os imigrantes brancos em 1911. Posse da terra também deve fazer parte dessa luta por igualdade.

---

<sup>48</sup>Fonte: <<https://noamazonaseassim.com/as-tribos-indigenas-do-estado-do-amazonas/>>

## 6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADORNO, S.; NERY, M. B. **Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras.** São Paulo, v. 21, p. 169-194, Abril 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** Coleção Feminismos Plurais. (Coord. Djamilia Ribeiro). São Paulo: Editora Polen Livros, 2019.

ALONSO, Ângela. De Positivismo e Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro. In: TRINDADE, Helgio (Org.). **O Positivismo, Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Brasília: UNESCO p. 147-174.

AMARAL, Luiz Otávio O. **Violência e Crime, Sociedade e Estado.** 1997. Disponível em: <http://www.Jus.uol.com.br>. Acesso em: 27 abril 2021.

ANSA. **Famílias mais ricas de Florença permanecem as mesmas há 600 anos, diz estudo. 2016.** Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/44319/familias-mais-ricas-de-florenca-permanecem-as-mesmas-ha-600-anos-diz-estudo>> Acesso: 14 de junho de 2021.

ANUNCIACÃO, Diana; TRAD, Leny Alevés; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 29, n.1, e190271, 2020.

ARAÚJO, A.L. Nenhum Negro foi indenizado pela escravidão no Brasil. Esse debate é mais urgente do que nunca. **The Intercept Brasil.** 2019. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/02/18/indenizado-fim-escravidao/>> Acesso: 11 de julho de 2021.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Base de dados de descrição arquivística.** [Em linha]. Lisboa: ANTT, 2000.

AYRES, M. Processo de criminalização: a tipificação da conduta delinquente a partir da influência social. **Revista Jus Navigandi,** Teresina, n. 5213, 09 outubro 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60857>>. Acesso em: 2 de abril de 2021.

BARATTA, Alessandro. Direitos Humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. **Revista de Ciências Penais:** Porto Alegre, v. 6, n. 2, abril/jun, 1993, p. 44-61.

BARONE, Guglielmo. MOCETTI, Sauro. **Intergenerational mobility in the very long run:** Florence 1427-2011. Disponível em:<<https://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/Economics/Seminarsevents/Mocetti.pdf>> Acesso: 2 de junho de 2021.

BATISTA, Nilo. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio.** Discursos sediciosos - crime, direito e sociedade. Ano 7º, nº 12, Rio de Janeiro: Ed. Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX como Caderno Dívida Externa, nº 6, em setembro de 1994.

BÍBLIA Sagrada. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/genesis/>. Acesso: 14 de junho de 2021.

BOTELHO, T.R., Braga, Mariângela Porto e Andrade, Cristiana Viegas de. **Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX**. Revista Brasileira de História [online]. 2007, v. 27, n. 54, pp. 155-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200009>> Acesso: 07/2021

BRAGA, G.M.S. **O impacto da nova lei de drogas no sistema carcerário brasileiro**. Artigo. PUCRS. 2017. Disponível em <[https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/03/gabriela\\_braga\\_20172.pdf](https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/03/gabriela_braga_20172.pdf)> Acesso: 07/2021

BRASIL. **Decreto 9081 de 1911**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>. Acesso: 07/2021. Disponível em <<https://youtu.be/h7pXp9mAnd8>>. Acesso: 2009.

DE VIZIA, B. **Para cada ano de estudo, renda aumenta 15%, mostra a FGV**. Gazeta Mercantil Online – SP. FGV-IBRE. Clipping. 10/10/2008. Disponível em <<https://www.cps.fgv.br/ibrecps/IV/midia/kc1654.pdf>> Acesso: 07/2021.

DIWAN, P. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. Ed., 4.a reimpressão. São Paulo. Ed. Contexto. 2018.

DOS SANTOS, I.P. **O público e o privado nas sociedades de imigração (1886-1895)**. Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 55-69, jul.-dez./2008. Disponível em <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/372/329>> Acesso: 07/2021)

FARMER, P. **Pathologies of power**. Berkeley: University of California Press, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. História da violência nas prisões**. Editora Vozes. Petrópolis. 2004.

FURTADO, C. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Civilização Brasileira. 4.a Edição. 1973.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil. Companhia**. Editora Nacional. 32.a Edição. 2005.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). **Guia de enfrentamento do racismo institucional**. 2013.

GIANOTTI, José Arthur. **Augusto Comte: Vida e Obra**. In: TRINDADE, Helgio (Org.). O Positivismo, Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Brasília: UNESCO p. 19-30.

GOMES, L. **Escravidão**. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Volume 1. Globo Livros. Rio de Janeiro. 2019.

HISTORIA de Africa y de los pueblos negros. Website. <https://historiadeafrica.com/la-bula-romanux-pontifex-de1455-cuando-el-vaticano-queria-acabar-con-los-negros/>. Acesso: 4 de junho de 2021.

HUNT, E.K. LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico**, uma perspectiva crítica. Tradução da 3.a edição. Elsevier. 3.a edição. 9.a tiragem. Rio de Janeiro. 2013.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. n. 41. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso: 01/06/2021.

INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasil. 2004. [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/mapa\\_do\\_a\\_nalfabetismo\\_do\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_a_nalfabetismo_do_brasil.pdf) Acesso: 07/2021

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf> Acesso: 07/2021

IPEA. Cerqueira; Moura. **Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil**. Textos para discussão 2514. 2019.

LIEBL, Caroline. **Violências no Brasil**: os perfis ocultos de encarcerados e vítimas de mortes violentas. 182 f. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

LÓPEZ, Laura Cecília. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MAPA. Arquivo nacional. Disponível em <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/305-constituicao-de-1824>> Acesso: 07/2021.

MARIANI, D., RONCOLATO, M. ALMEIDA, R. TONGLET, A. **Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão**. Nexo Jornal. 2017. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>> Acesso: 07/2021

MARINGONI, G. **O Destino dos Negros Após a Abolição**. IPEA. Desafios do Desenvolvimento. IBAP. Ano 8. Edição 70. 29/12/2011. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28)> Acesso: 07/2021.

MARTINS, H. **Lei de Drogas tem impulsionado encarceramento no Brasil**. Agência Brasil. 2018. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/lei-de-drogas-tem-impulsionado-encarceramento-no-brasil>> Acesso: 4 de julho de 2021.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. Boitempo. 3.a reimpressão. 2020.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, M. **Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2009, v. 22, n. 43, pp. 218-237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100012>>. Epub 07 Jul 2010. ISSN 2178-1494. Acesso: 06/2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de; LIMA, Verônica Couto de Araújo. **Segurança pública e racismo institucional**. Boletim de Análise Político-Institucional. 2011. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5931/1/BAPI\\_n04\\_p21-26\\_RD\\_Seguranca-publica-racismo\\_Diest\\_2013-out.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5931/1/BAPI_n04_p21-26_RD_Seguranca-publica-racismo_Diest_2013-out.pdf). Acesso em: 14 de abril de 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de; LIMA, Verônica Couto de Araújo. **Violência letal no Brasil e a vitimização da população negra**: qual tem sido o papel das polícias e do Estado? IN: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira. (Orgs.) Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. 3.a Edição. Martins Fontes – Selo Martins Editora. São Paulo. 2001

REVISTA PRINCÍPIOS. **Teórica, política e de informação**. Ago-Out 1994. N.o 34. Ed. Anita. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/034.pdf>. Acesso: 10 de junho de 2021.

RIBEIRO, Darcy Ribeiro. **O Povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. Global Editora, 2017.

RUBENICH, L.C.C.F. **Os negros no Brasil, uma história de construção da cidadania**. TCC. UNIJUI. Santa Maria. 2016. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/3717/TCC%20PDF%20DEFINITIVO.pdf?sequence=1> Acesso: 07/2021

SAAD F., A. **Neoliberalismo: uma análise marxista**. Marx e o Marxismo v.3, n.4, jan/jun 2015. Disponível em <[https://www.academia.edu/15979344/Neoliberalismo\\_Uma\\_Analise\\_Marxista](https://www.academia.edu/15979344/Neoliberalismo_Uma_Analise_Marxista)> Acesso: 05/2021.

SILVA, M. **Cotas raciais na universidade brasileira e a ideologia da meritocracia**. Artigo. Revista ECS. 2017. Disponível em <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/download/3046/2162>. Acesso: 07/021

SOUZA, V.S.; SANTOS, R.V. **O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LpSkSW9hyH6jXDXDdYn7k9w/?format=pdf&lang=pt>>  
Acesso: 5 de julho de 2021.

SPANIOL, Marlene Inês. **Políticas municipais de prevenção à violência no Brasil: desafios e experiências no campo da segurança pública.** 250 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2016.

STIVAL, M.C.E.E. FORTUNATO, S.A.O. **Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu.** Artigo. Disponível em <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/676\\_924.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/676_924.pdf)> Acesso: 06/2021

TAVARES DOS SANTOS; José Vicente. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./dez., 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violência e Conflitualidades**,. Porto Alegre: Tomo Editorial, (Série Sociologia das Conflitualidades, n. 3), 2009.

TRINDADE, Helgio. **A República Positivista: Teoria e Prática.** In: TRINDADE, Helgio (Org.). O Positivismo, Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Brasília: UNESCO p. 103-140.

VELHO Gilberto. **Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica.** 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 2000.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro - Teoria Geral.** 4º ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo, **Perspec.** v. 13, n. 3, São Paulo, julho/set. 1999.

**APÊNDICES**

## APÊNDICES: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM GUARDAS MUNICIPAIS E BRIGADIANOS

### ENTREVISTA 2 – BRIGADA MILITAR

**P** – Sua atividade operacional é na rua, como ela é realizada?

**Entrevistado** – Ingressei na BM em 2004. Desempenho a função de policiamento que é policiamento ostensivo, atuo diretamente na repreensão, todos os anos na rua, não trabalhei em outro departamento. Então, na região metropolitana, uma das mais violentas do Estado, não só pela questão territorial, mas também pela grande população, crime organizado se concentra na grande capital e na região metropolitana. Como nossa circunscrição faz parte da região metropolitana, atuamos diretamente na linha de frente.

**P** – Atitude suspeita ou fundada suspeita?

**Entrevistado** – Nosso ordenamento jurídico traz as duas percepções que embasam nossas abordagens. São maneiras diferentes de avistar o indivíduo e efetuar a abordagem, na minha concepção atitude suspeita e atuamos em cima disso, é a pessoa que está em determinado local oferecendo alguma forma de suspeita que poderá fazer algum ato delituoso, a gente avalia o local, maneira dele se portar, a maneira que ele reage ao ver a viatura, vestimentas. Isso desperta na guarnição a efetuar abordagem, dentro da técnica e respeitando sempre o cidadão. Fundada suspeita seria o indivíduo que tenha cometido algum crime, a gente já tenha recebido alguma informação que ele efetuou um fato delituoso, já temos as características físicas, vestimentas, e nos deparamos com ele.

**P** – Você citou algumas condições para determinar a atitude suspeita (local, linguagem corporal e vestimenta). Quero que você descreva melhor esses três fatores observados. Que local, que vestimenta e que linguagem corporal é essa?

**Entrevistado** – Então, por exemplo: proximidade de escolas por causa do tráfico de drogas, aproveitando o fluxo de crianças, geralmente depende do local. Sobre as vestimentas, geralmente um cidadão mal vestido que seja usuário de drogas, aproveita a oportunidade para se aproximar dos alunos, então avaliamos tudo isso. Sobre a linguagem verbal nos referimos a linguagem não verbal em que o corpo transmite sem querer, exemplo: ao avistar uma viatura a pessoa troca de rumo, troca de caminho, automaticamente desvirtua o olhar, assim volta ao sentido contrário imediatamente. Maneira em que o corpo fala, nos transmitindo sensação de insegurança.

**P** – Ele estaria se denunciando?

**Entrevistado** – Sim! Se auto denunciando, chamamos de linguagem não verbal, a pessoa não fala, mas automaticamente as atitudes corporais demonstram determinadas linguagens.

**P** – Combinando essas três condições, qual seu índice de acerto?

**Entrevistado** – Acredito, no máximo, 20% de acerto. Pouca margem de certo, mas mesmo não logrando êxito em flagrante, inibimos bastante a proximidade desses indivíduos em determinados locais.

**P** – Porque você acha das pessoas que têm suspeição, têm essas características?

**Entrevistado** – Não avaliamos somente uma característica, mas avaliamos um conjunto mais amplo, por exemplo: indivíduo drogado, não cuida do corpo, não cuida da vestimenta, num local nobre.

**P** – Deixa falar sobre uma pesquisa do IBGE: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Você pode explicar porque esses números são tão desfavoráveis para a população negra?

**Entrevistado** – Na minha concepção é um aspecto bem complexo e esse debate vem de anos, gera bastante polêmica. Na minha visão, venho de uma família afrodescendente (pai alemão, mãe negra e avô negro), mas o aspecto da população carcerária ser de cor negra porque viemos num país oriundo do negro, mas creio que a maioria da população é pardo e negro. Então, automática terão mais pessoas com esses aspectos negro, pardo, preso. Um tema muito complexo, já debati na faculdade sobre isso, hoje creio que a população negra se vitimiza muito, claro que determinados aspectos, coisas dentro do nosso ordenamento jurídico prevalece mais o negro do que o branco, por exemplo: concursos públicos têm cotas para negros, ingressos em universidades federais têm cotas para negros. Acho que isso está na nossa constituição federal, mas na minha concepção é uma forma de racismo, exemplo: sou branco vou concorrer num concurso público por uma vaga com um negro, numa forma de desempate ele terá mais prioridade do que eu, devido a cor. Porque um tem cota e outro não, se todos são oriundos do mesmo seio familiar!? Na faculdade gerava grandes polêmicas.

**P** – O que você estudou na faculdade?

**Entrevistado** – Sou formado em Direito. Então, tenho esse pensamento, posso estar errado. E acredito que a grande massa carcerária hoje é preta e analfabeta porque

trabalhando em comunidades carentes a educação pouco prevalece, pessoas com quinta série e param de estudar.

**P** – Porque você acha que isso acontece (pouco índice de estudo)?

**Entrevistado** – Na minha concepção prevalece nas comunidades carentes o índice da criminalidade, o adolescente cresce acreditando que o crime organizado é que dá dinheiro, assim acabam deixando os estudos para seguirem o crime organizado.

**P** – Então, você acha que é uma combinação de se ver representado somado a questão da necessidade material?

**Entrevistado** – Isso!

**P** – Como o combate as drogas têm a ver com isso, pois temos uma lei de drogas, ano de 2009, depois de 2009 a taxa de encarceramento cresceu, afinal foi para separar o usuário do traficante. Você enxerga alguma relação, qual sua opinião sobre isso?

**Entrevistado** – A lei de drogas enrijeceu mais a punibilidade desse delito, então levando em consideração que essa lei de drogas veio para fortalecer a repressão e na punibilidade desse crime automaticamente se for comparar agora aumentou muito. Creio que tenha outros fatores com novas drogas no mercado isso leva as pessoas não usem uma droga, assim surgem mais pessoas cometendo esse tipo de crime.

**P** – Então você acha que está relacionado com mercado de drogas?

**Entrevistado** – Creio que seja também o alto índice do mercado de drogas juntamente com o crescimento populacional.

**P** – Você conhece o termo racismo estrutural?

**Entrevistado** – Não conheço esse termo.

**P** – Você identifica racismo em algum ou alguns colegas seus? Você nunca percebeu colegas praticando racismo?

**Entrevistado** – Existe a prática do racismo, mas diminuiu bastante comparado a outros anos, pois tem a mídia que fala de punições sobre a prática de racismo. Não tenho notícias, pois hoje têm as redes sociais que divulgam...

**P** – Na Brigada tem punição?

**Entrevistado** – Dentro da Brigada não, estou falando no contexto em geral. Na Brigada nunca presenciei, nunca ocorreu que eu saiba.

**P** – A Brigada Militar oferece algum tipo treinamento sobre o assunto?

**Entrevistado** – Não. Nossa instituição não oferece conhecimento ou curso, buscamos por meios particulares.

**P** – Você acredita que seria importante um curso sobre o assunto?

**Entrevistado** – Sim! Tudo que vem para agregar ao conhecimento das pessoas é válido.

**P** – Que ano você nasceu?

**Entrevistado** – 1984.

**P** – Você relatou que é filho de pai alemão e mãe negra?

**Entrevistado** – Isso!

**P** – Como você se define?

**Entrevistado** – Branco.

**P** – Escolaridade?

**Entrevistado** – Superior completo.

**P** – O que você acha da militarização da polícia?

**Entrevistado** – Acho que perde o foco. Na Brigada Militar sempre existirá a militarização, pois perde a essência da palavra militar, mas algo tem que ser feito imediatamente, porque a tropa não tem valorização e se desmotiva, por isso que o pessoal está saindo da BM.

FIM

### ENTREVISTA 3 – BRIGADA MILITAR

**P** – Me diz inicialmente a sua instituição? Quanto tempo está na sua instituição? Você é operacional (trabalha na rua)? Como é sua atividade?

**Entrevistado** – Sou da Brigada Militar, desde o início estou na atividade operacional.

**P** – Durante sua atividade na rua. Você está com sua viatura e parceiros de trabalho e você vê uma pessoa, decide que essa pessoa precisa ser abordada. Como você faz essa identificação: quando olha para pessoa o que enxerga nela que ela precisa ser abordada?

**Entrevistado** – Acho que as vezes é um contexto, até nos cadernos técnicos e da questão do direito a gente fala em atitude suspeita, suspeita fundada e suspeita intuída, mas a questão é que ao longo do tempo tu vai vendo desde, falando sobre a questão de economia: a própria roupa da pessoa. Isso influencia muito, óbvio que hoje em dia não sei se é a questão da música (funk), uma cultura que a gente fala: parece fanqueiros, Mcs, tipo: camiseta de time, bermuda de surf, um tênis, óculos Juliete, eles se vestem parecidos. Então, a roupa muitas vezes influencia, o jeito, exemplo: a pessoa de bem olha a polícia, de repente até cumprimenta. Alguém que está errado já começa a ficar nervoso, olha mais vezes. Também tem o local, exemplo: a pessoa está num ponto de tráfico, viu a viatura e ficou nervosa, tem alguma coisa errada ou está num centro comercial num dia mais quente e tem alguém com casaco e com a mesma atitude de ficar olhando. Tem o veículo também, tipo: dois indivíduos numa moto ou num veículo também com insufilme de película muito escura, num local que pode ter transporte de drogas, ou no Centro mesmo pode ser algum veículo que pode realizar roubo ou algo assim. De certa forma até estatísticas, no serviço tu acabas ouvindo as marcas e tipos de veículos que mais são roubados, furtados. Um exemplo: ultimamente estão fazendo bastante furto de uns veículos antigos que são mais fáceis de usar com chave mixa, então tu acabas olhando aqueles Gol 99, então melhor abordar.

**P** – Você saberia descrever fisicamente essas pessoas? No geral como são as pessoas que você aborda, são majoritariamente homens ou mulheres, velhos ou novos, brancos ou negros, como são essas pessoas?

**Entrevistado** – Fazendo uma média, pois antes se via menos mulheres, hoje em dia têm mais mulheres. Antes de definir a maioria quero acrescentar, por exemplo: o uso das mulheres numa ocorrência que a gente teve, era uma ocorrência de notas falsas inclusive, tudo a ver com economia, eles até estavam aplicando golpes na OLX, um terceiro que seria superior na hierarquia deles fazia contato com uma conta falsa e agendava para comprar um item, ia um homem (dirigindo tipo Uber) e conseguia mulheres para ir junto, porque segundo

eles as mulheres davam credibilidade ao golpe, se fossem homens eles iriam desconfiar. Essa mulher era garota de programa e fazia esse serviço também, deles contratarem ela, na qual recebia 300 reais por produto que conseguisse comprar, nesse caso eles foram encontrados com 7.300 reais em notas falsas de 100 reais, tinham aplicado golpe num casal que estava vendendo uma televisão, casal conseguiu pegar a placa do veículo e passar. Então, falando em estereótipos as mulheres ainda têm mais credibilidade de repente na questão social, mais difícil tu achar que a mulher está envolvida com crime ou algo do tipo. Ainda tem esse preconceito de que as mulheres não se envolvem tanto com o crime e também não têm tantas agentes de polícia femininas para fazerem essa revista. Então, antes de definir a maioria já tem o estereótipo de que as mulheres não se envolvem tanto e que passam credibilidade, o que os bandidos obviamente perceberam, então em determinados crimes usam mulheres. Mais uma questão: majoritariamente as pessoas que eu abordo no âmbito de tráfico ou roubo a maioria é branco, são homens, são na classe de jovens a adultos, entre 16 anos e 34 anos por aí a questão física. Então, no padrão de roupas, agora no inverno, um casaco de moletom, uma calça jeans, um boné, um tenisinho, relógio, corrente de ouro ou algo do tipo, em geral é esse o padrão, no verão uma bermuda de surf, uma camisa de time.

**P** – Eu gostaria que você, se você pudesse explicar, porque você acha que está ocorrendo mais mulheres nessa situação de crime? E no outro universo de homens e jovens porque você acha que essas pessoas abordadas têm essas características, você tem alguma opinião a respeito disso?

**Entrevistado** – Acredito que é como um todo a sociedade hoje, antes não era tão comum nós vermos policiais ou agentes municipais femininas, enfim hoje se vê um pouco mais, acho natural a evolução da sociedade, tanto da questão do feminismo e a revolução sexual que teve em 1960, enfim toda a evolução histórica e filosófica acredito que seja natural. Também estatística nós temos mais mulheres do que homens, e as mulheres acabavam se vendo nessa questão de sobrevivência, tanto de serem mães solteiras e trabalharem, trabalhos honestos, como na questão da vulnerabilidade social, porque a gente que está no meio acadêmico acabamos ouvindo muito esse termo, recém estou me formando em Direito, estou no começo, eu fiz cursinho pré-vestibular e a gente acaba vendo muito visão esquerdista também, não sei como é sua opinião, sua ideologia política, enfim muitas vezes a gente vê pessoas de uma classe social privilegiada falando de um contexto que elas não sabem, usando isso de justificativa para as atitudes delas. Mas a vulnerabilidade social existe mesmo, a gente que está no dia a dia vê pessoas que de repente desde pequenos estão ali, tem uma experiência que vi um menininho de 06 anos, ele perguntou: porque a polícia levava as pessoas embora?

Então, perguntei a ele: porque a pergunta? Ele: levaram meu irmão, levaram meu pai, meu avô. Para ele a polícia é ruim, porque num contexto social dele, ele só vê a polícia fazer coisas ruins às pessoas. É um lugar onde o Estado não chega com a questão de benefícios de saúde, enfim, o único braço do Estado que chega é de repressão, que é a polícia. Quem acaba sustentando, ajudando, são os traficantes, porque eles oferecem um emprego, eles oferecem uma renda, a pessoa não vai mais passar fome. O ladrão que está na rua e já não tem tantas condições financeiras, ele entra na cadeia e de repente a família não tem como levar um auxílio a ele, ele ficará devendo favores para outros. Enfim, as mulheres acabam assim também, os maridos estão presos, elas levam alguma coisa para os maridos no presídio, assim ele não passa fome ou tem alguma ajuda, ficam devendo um favor aqui fora e elas precisam fazer esse favor. As vezes são mães solteiras, estão na vila, está difícil conseguir alguma coisa, acabam conseguindo emprego com bandido. No começo é algo simples, sem venda de drogas, tipo avisar com “a polícia está vindo”, ou embalando drogas, ou fracionando, ou nos roubos (não desce à mão armada, mas dirige). Acredito, como falei, a evolução da sociedade como algo normal do feminismo, como têm partes honestas, como têm mulheres empresárias, empreendedoras. Policiais também acontece na questão criminal e também pelo contexto de vulnerabilidade social, óbvio que existem escolhas, se as pessoas quiserem, elas não se envolvem com o crime, mas estão numa realidade que aproximam elas a isso, que favorecem a irem para esse lado de desvio de conduta. Sobre a segunda pergunta: acredito que questão da idade é até pelo serviço deles, porque é difícil ver algum traficante ou ladrão que tenha uma carreira longa, geralmente acabam num confronto, até entre eles mesmos, acabam mortos ou com a polícia, ou acabam muito tempo presos. Acho que a idade jovem, inclusive pelo serviço deles, pela função, jovens ainda tem a questão do sistema penal que é por não ficarem presos, a partir dos 18 anos que vale, então tu acabas abordando muitos meninos de 16, 17 anos, porque eles entendem: vou fazer isso aqui, ganhar um dinheiro, enquanto não tenho 18 anos ainda. Por isso, esse fator da idade, por serem jovens, por causa disso. A questão das roupas de repente, acho que é pela cultura, se espelham em pessoas, muitas pessoas que eles olham, a questão do funk ficou conhecido nas vilas, nas favelas, no início era só para relatar o estilo de vida deles, como Rap e Hip Hop, algo cultural deles, mas acabou indo para esse lado de questão sexual ou a questão de crimes, hoje se pesquisar no Youtube vai ver o Funk falando de armas, de carrões, de dinheiro. De repente se a gente for contextualizar na questão da economia e da sociologia, jovens que querem ter, eles veem pessoas do Funk que estão ostentando, dinheiro, “eu quero ser como eles e vou me vestir como eles”, ou o dia que quiser ter dinheiro se envolvem com armas, então essa questão de se vestir assim. Em geral acho que

não tenho muito para comentar por serem homens, já comentei o inverso em relação as mulheres, a questão de serem brancos não sei o porquê, pois a gente ouve muito, e realmente é, os negros estarem mais presentes na criminalidade, mas acabamos prendendo mais pessoas brancas. Inclusive a gente tem que tirar fotos, sem divulgar, por causa do abuso de autoridade, mas tem que tirar foto para o registro interno, registro da inteligência inclusive é clara a percepção como indivíduos mais da cor branca.

**P** – Foi legal o que você relatou para mim, porque minha próxima pergunta eu colocarei alguns dados estatísticos de uma pesquisa do IBGE: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chaga a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Você pode explicar porque esses números são tão desfavoráveis para a população negra? Gostaria que você falasse um pouquinho sobre isso, dos dados que o IBGE traz para gente.

**Entrevistado** – No meu curso de formação, de soldado da BM, nós tínhamos, não sei exatamente quantos por cento, entre 24 pessoas nós tínhamos apenas um negro, óbvio que alguns poderiam se encaixar nos pardos. Eu sou uma pessoa loira, olho claro, branco, então poderia ser de uma classe muito privilegiada, mas tinham colegas que não eram tão brancos como eu, então não sei se encaixariam na estatística dos pardos, mas no meu pelotão só tinha um negro e no curso também tinham mais pardos do que negros, de 120 pessoas apenas 10 eram negros, inclusive tinha colega que veio do norte do país, então ele era minoria, ele conta até, no começo, usavam motor com diesel para gerar energia elétrica, se locomovia somente quando necessário, pois se locomovia muito de barco, não tinha muitas ruas, enfim era uma outra categoria, mas era minoria também. Então, acredito que é notável a questão do privilégio social que os brancos têm em relação aos negros. Isso que falem das prisões eu reparem mais as questões dos negros do que nos pardos, pois é uma mistura do nosso povo. Acredito muito que o porquê seja em relação do que a gente já sabe: da questão histórica, deles terem sido desfavorecidos. A questão histórica a gente acha que é muito lá atrás, mas ainda é recente. Lembro que na escola quando a gente comentava sobre isso, exemplo: meu bisavô era jovem quando isso aconteceu abolição da escravatura, ele era vivo, então não é algo tão distante assim. Demora, é um processo de tempo, até ser corrigido, questão da equivalência, porque eles foram abandonados, foram deixados de lado, então acredito que ficaram distantes, privados do acesso ao ensino. Porque hoje em dia, quando for ver, muitas

empresas exigem no mínimo um ensino médio e já está começando a se tornar um critério algum ensino superior, então eles foram isolados, ficaram em lugares que viraram favelas, vamos pensar nesse contexto, viraram vilas, não tinham acesso desde saneamento básico até educação e acabaram não ascendendo. Então, acaba sendo um processo eles estarem nessa condição. Volta no que falei sobre vulnerabilidade social, os negros estão nessa condição muito mais do que os brancos, a questão dos presídios de população negra e pardo serem maior, desde a questão social também que era considerado crime ou vagabundagem que eles citavam, vadiando. Sendo que eles não tinham outros lugares para morar, então eles moravam na rua, mas era crime morar na rua. Fiz um trabalho sobre a revolta da vacina e falava que teve limpeza social junto com Oswaldo Cruz no mesmo contexto social, eles queriam imitar a Europa, então eles queriam corrigir os centros urbanos, muito pela questão de aparência. A gente entra numa questão política, acredito que exista até o terceiro ano do ensino fundamental, não podem reprovar as crianças na escola e as vezes a criança não reprovou, teoricamente ela sabe ler, mas será que ela sabe mesmo ou é uma analfabeta funcional? Assim, ela entra para estatística como criança alfabetizada, mas não é a realidade, então é a mesma questão de aparência, ou para inglês ver, que existe no nosso Brasil de hoje que é de política. Porque tem tanto incentivo para curso superior no Brasil e não tem tanto uma estrutura melhor para o ensino básico, para os anos iniciais que são mais importantes? Porque será elevado a um país científico a um país que tantos por cento da população tem ensino superior, mas como é realidade disso? Será que não são apenas estatísticas, será que não são apenas dados em vez de ser uma realidade que a gente consiga ver a diferença na educação? Falei muito, mas é um contexto histórico e acaba sendo fruto do que aconteceu lá atrás e teoricamente a gente não está corrigindo, acaba tentando apenas mascarar e tentando maquiagem.

**P** – Você fez uma boa digressão histórica, então porque você acha que foi assim? De tudo que você estudou e está trazendo, memórias da escola, de sua faculdade. Porque você acha que teve esse caminho?

**Entrevistado** – Acredito que teve muito a visão de querer lucrar, se a gente voltar muitos povos ocidentais viram o potencial da África e existia a superioridade de armas, por exemplo a África tinha ótimos guerreiros, tinha estruturação de tribos, mas eles não tinham pólvoras, não tinham armas, canhões, navios, então os ocidentais acabaram usando para lucrar em cima deles e também pelo que é diferente, a mentalidade de que eram diferentes, mas acredito que era mais pela questão do lucro e poder. O status de poder está ligado com dinheiro, consegue quase tudo pelo dinheiro, a questão de poder antes eram terras, famílias grandes, e as pessoas buscavam isso em relação a querer o poder, a influência, serem

conhecidos. Então, hoje temos isso no capitalismo essa questão do lucro, mas é na real o poder, o status, querendo lucrar, então esses povos querendo lucrar, querendo dinheiro, querendo ascender eles acabaram forçando e oprimindo os povos negros e indígenas em relação ao Brasil, eles julgaram que eram inferiores por não terem a linguagem ocidental, religião diferente e acabam usando como desculpa. Pensando nas guerras religiosas de Israel, Afeganistão, por trás tem a questão do petróleo, questão de terras e acabam usando a religião como um pano de fundo para isso, fomentar disputa de poder, disputa política e isso também aconteceu com os eles, pensavam: eles são negros, são indígenas, não tem nossa religião, não acreditam em Jesus Cristo, não acreditam em Deus, não são catequizados, então eles são inferiores e nós temos que ter poder sobre eles, mas a intenção mesmo era questão do lucro, a questão de conseguir dinheiro, de conseguir terras. Porque demorou tanto a abolição no Brasil, outros povos já tinham a abolição, provavelmente para manter o sistema imperial, a família imperial, e também para conseguir as relações com as Inglaterra, então sempre foi para conseguir poder, influência, acredito que foram questões de interesses. Eu particularmente, sou cristão evangélico, então acredito que sem Deus o homem acaba se corrompendo, isso é algo normal quando tu tira Deus e esses valores de cima acaba vindo a questão da natureza caída do homem por si só, então para mim apesar dessa avaliação histórica, minha opinião é muito em influência disso, influência em que acredito na minha crença, que o homem é corrompido, ele é mau, tem esse desejo por poder, por dominar, por buscar, no momento que tira Deus acaba buscando outras coisas e vira o que nós temos.

**P** – Voltando um pouquinho sobre a população carcerária. Qual sua opinião sobre a guerra às drogas, se você acha que a guerra às drogas tem a ver com isso? Influência esses números ou não?

**Entrevistado** – Acredito que sim, se for analisar, com certeza que o crime e a corrupção no sentido de desvio de conduta acabam acontecendo em muitas esferas, a gente vê ao contrário, vemos foro privilegiado para deputados. Como você falou antes, no âmbito político do nosso país, temos 70% de brancos e apenas 30% de negros, se formos colocar todos que cometeram delitos na prisão, com certeza o índice de pretos e pardos baixaria muito, inclusive em graus financeiros, exemplo: um negro em vulnerabilidade social comete um roubo ou furto no centro da cidade, ele roubou 100 reais, mas quanto um político de repente rouba, o desvio é muito maior, é uma proporção muito maior, mas acaba tendo uma ideia que vamos acabar com a corrupção através da guerra às drogas. Sou contra a liberação das drogas, porque acredito que isso afeta não apenas o sistema penitenciário, o sistema jurídico, mas a questão de saúde. Não é algo saudável, acaba prejudicando as pessoas,

deixando as pessoas na questão de moradia de rua, doentes, acaba sobrecarregando nosso sistema de saúde, mas é muito mais fácil tu prender, atingir a parte da hierarquia as drogas. É difícil tu prender o gerente, o chefe, de repente tu vai ver esse gerente, esse chefe acaba sendo um branco. Ele muitas vezes está ligado ao sistema político da nossa cidade, hoje em dia é muito questão de lucro. No contexto de Canoas a gente tem a FMV (facção) que está tomando conta da cidade, eles são muito pelo lucro, não são tão violentos quanto os balas na cara, eles têm uma forte ligação política também, dominam a vila, eles veem políticos que favorecem a eles, acaba ajudando em contatos, assim levam a população da região a votar naquela pessoa em troca de favores. A maior parte são traficantes ou pequenos delitos que estão nos presídios e são exatamente as pessoas de maior vulnerabilidade social, poderíamos dizer que são as pessoas que nós deveríamos proteger ou tentar gerar uma paridade social que acabam sendo, como pano de fundo, que o governo está fazendo certo, o Estado está prendendo, mas são aquelas pessoas que estão aparecendo sendo presas em flagrante delito no momento. Quem vende drogas de repente é o usuário de drogas que está vendendo para sustentar o vício e acaba sendo preso, é o que a polícia enxerga, é o que a polícia prende, mas existe a questão da investigação e quem comanda a polícia é o chefe do executivo (governador), não é policial, o zero 1 acaba sendo indicação política.

**P** – De que forma você acha que conseguimos evitar esses problemas todos, jovens na criminalidade? Como você acha que esse problema pode ser mitigado?

**Entrevistado** – Fala muito que as escolas são importantes, mas acredito muito na instituição família, porque se passa muita responsabilidade para o Estado que não é dele de educar, ele deve escolarizar e não educar. Isso é muito o contexto de família e acabou acontecendo com famílias desestruturadas ou de repente a mãe, os pais precisaram sair para trabalhar e precisaram deixar os filhos, acredito muito na estrutura das instituições que exercem o controle social. Estava conversando com meus colegas de guarnição, todos nós somos jovens, estávamos comentando como tivemos uma família presente, divorciados ou não, eles exerciam essa educação, passaram valores sobre o que é correto ou não. Uma das coisas que percebemos, nas crianças, como citei sobre o menino de 6 anos, é normal os adultos serem presos, pois é algo de família, quase um negócio da família, se não tiver algo exterior para romper esse ciclo, ele vai para o mesmo caminho. Então, é questão de as instituições serem estruturadas. A meu ver é a questão da educação, principalmente dos limites em relação a família quem sabe algo que a gente não está percebendo, de certa forma entra até a economia, para evitar isso, não sei se tem solução geral porque é algo muito grande. Muitas vezes a família acaba deixando as crianças sozinha para poderem trabalhar e

eles acabam indo para rua, com amigos. Entramos na questão da liberação da maconha, mas não vai existir o preço mais barato? Não vai existir a concorrência? Não vai existir os pontos de tráfico, só isso. Existe a venda de cigarros e o contrabando de cigarros, então não deixa de existir esse outro problema do tráfico. Então, o evitar seríamos nós que chegamos nesse entendimento que conseguimos ver isso, ensinar para nossas famílias e as pessoas que temos acesso. Agir de maneira diferente. Disseminar isso nas atitudes e se chegar numa posição de influência pensar num todo, pois líderes influenciam muito.

**P** – Voltando a questão de negros e brancos, vou fazer um paralelo, quando estamos diante de situações machistas, frases machistas, comportamentos machistas, é frequente a gente ouvir: esse não é lugar de mulher, ou as mulheres não deveriam fazer isso, ou as mulheres devem estar em casa lavando louça, ou bateu o carro só pode ser mulher, enfim em relação aos negros vemos muitas frases agressivas, muitos comportamentos agressivos, são tão agressivos que evito reproduzir porque é algo muito sério. Gostaria de saber se você já viu, ouviu dentro da instituição com os seus colegas, esse tipo de frase e comportamento racista?

**Entrevistado** – Abertamente racistas não, mas de dar intenção, exemplo: o negãozinho é malandro. Até já ouvi em tom de brincadeira, mas não é algo tão exposto.

**P** – Você conhece o termo racismo estrutural?

**Entrevistado** – Já ouvi falar, mas não sei bem, acredito que está nas hierarquias dos empregos, nas estatísticas. Lembro de poucos oficiais negros, acredito que pelo nível de escolarização que exige, então precisa de ensino superior, precisa de dinheiro para estudar para concurso.

**P** – Você acha que o caráter militar da sua instituição contribui com a forma que você vê o trabalho? O caráter militar influencia na forma como pensa?

**Entrevistado** – Acredito que sim, influência no cotidiano. Tem a frase: você é a média das cinco pessoas com quem mais convive. Então, você acaba tendo essa visão, essa percepção de mundo. Tem o espírito de grupo mais presente.

**P** – Qual teu ano de nascimento?

**Entrevistado** – 1998.

**P** – Quando está preenchendo uma ficha e ela pede etnia ou cor da pele, o que você escreve?

**Entrevistado:** branca.

**P** – Qual tua escolaridade?

**Entrevistado** – superior incompleto.

FIM

#### ENTREVISTA 4 – BRIGADA MILITAR

**P** – Fala um pouquinho de você: como é a tua atividade operacional? E quando foi que você entrou na brigada?

**Entrevistado** –Sou brigadiano. Minha atividade no começo era normal, policiamento orgânico que a gente fala. E hoje, depois de formado, já trabalho na Companhia de Operações.

**P** – Como que é a tua atividade operacional? Como é que é o teu trabalho no dia a dia?

**Entrevistado** – Trabalho durante o dia. Assim, porque a nossa escala sai às seis horas do dia anterior. Por exemplo, agora, há pouco tempo sairia minha escala, no caso, para amanhã e sempre é uma surpresa. É de acordo com a missão. A gente não sabe o que vai se proceder.

**P** – Durante sua atividade na rua, como você geralmente identifica uma pessoa suspeita de algum mal feito. Tipo assim, você está na viatura com seus companheiros de trabalho. Você olha para uma pessoa e fala assim: aquela ali merece ser abordada. Como que é essa identificação? Como é que você olha para a pessoa e decide: essa aí merece... precisa ser abordada?

**Entrevistado** – Bom, é bem complexo assim, eu te falar assim, olhar para pessoa e ela merecer ser abordada é algo meio que não é viável, assim. A abordagem, ela decorre em grande parte pelo local. O ponto principal é o local, aonde essa pessoa está. Aí posterior, tu vais tomar cuidado em ciência sim da atitude que essa pessoa tem, quando ela está sem ver a viatura, por que geralmente a gente tenta ser o máximo furtivo possível. E a avaliação principal é quando essa pessoa vê a viatura e qual a atitude que ela toma. Então, esse é um dos pontos chave. Primeiro, o local que ela está, se é um local de tráfico, por exemplo uma biqueira, um ponto de tráfico. E qual é a atitude dessa pessoa em relação ao ver uma viatura. É os dois fatores assim que são primordiais. Claro, isso numa suspeita intuída, não uma suspeita fundada que tem via rádio ou via, hoje, telefone, os grupos do Whatsapp. Assim tu tens as características da pessoa específica, mas fora isso é localização. Da onde a pessoa está no momento, até o horário, isso é relativo, porque uma pessoa que está, por exemplo, após às dez horas numa via bancária, próximo de bancos assim. É um elemento que... o que que esse cara está fazendo aí? Não bate o que ele está fazendo ali com o horário. Esse também é um ponto que a gente leva em consideração. Ou até uma pessoa assim parada num... um exemplo simples, assim, em trabalhar à noite, a gente tem algumas missões à noite, é uma pessoa em uma parada de ônibus, parada ali, aguardando um ônibus que só vai passar no outro dia às seis horas da manhã. Então, é uma atitude assim, o que que esse indivíduo está fazendo ali? Por

que esse cidadão está parado ali? Aí tu vais abordar ele para tentar identificar o que ele está fazendo ali, se ele precisa de um auxílio. Não necessariamente uma abordagem vai ser somente para identificar se ele é um meliante ou não. Até para tu identificar a pessoa, se a pessoa precisa de algum auxílio. Também é feito uma abordagem.

**P** – Você tocou num ponto que eu ia te perguntar logo em seguida sobre atitude suspeita, ou fundada suspeita. Você já me diferenciou os dois. O que que você determina como atitude suspeita? O que você explica de atitude suspeita?

**Entrevistado** – Vou te dar um exemplo da minha última prisão que eu fiz, inclusive até a indagação do advogado do meliante, no caso, de fato, porque o mesmo foi preso por tráfico. Foi essa a mesma pergunta e eu vou usar o mesmo exemplo, era menor e ele num ponto de tráfico, um ponto conhecido como ponto de tráfico, a gente parou lá e o rapaz parou. Ele viu a viatura e ficou... como é que eu vou te dizer assim, ele ficou acho que uns três minutos e eu com a viatura parada, ficou uns três minutos de frente para uma parede. No princípio da abordagem, eu parei a viatura para avaliar a situação, o local é conhecido como ponto de tráfico e tinha um rapaz. A princípio, eu não ia abordar ele, mas ficou durante o período que eu fiquei com a viatura parada no meio da rua, cerca de três minutos de frente para uma parede. Parado assim, como se fosse uma estátua, de princípio, eu pensei assim: olha ele deve estar conversando com alguém que está abaixado, escondido e esse alguém deve estar escondendo a droga ali, ou o dinheiro propriamente dito do tráfico. Vamos lá para abordar esse indivíduo. Eu não fui para abordar esse rapaz, esse adolescente, no caso, que estava em pé. Eu fui com intuito de tentar procurar com quem que ele estava conversando, porque ele estava parado numa parede, isso foi o princípio da abordagem, que é justamente o que eu te falei antes. O ponto é um ponto de tráfico, a atitude que ele tem antes de ver uma viatura e a atitude que ele tem posterior ao ver a viatura. Porque ele congelou ao ver a viatura, ele literalmente congelou, ele disse: “e agora, o que que eu faço?” Ele travou de frente para uma parede, olhando para uma parede, assim, travadão. Então essa atitude que ele teve em relação ao ver uma viatura, ao ver... não digo uma viatura policial, da brigada ou até mesmo da guarda, da polícia civil. Ele viu a viatura, ele colou as placas, ele entrou em estado de choque. Isso foi o motivo da abordagem, entendeu? Pelo ponto de tráfico, ponto conhecido pela guarnição. A atitude que ele tomou perante a viatura. Isso foi o motivo da abordagem. Não foi direcionada para ele, mas como a gente chegou lá e só estava ele, ele foi abordado, foi identificado. E justamente, no bolso dele estava a droga. E ele até inclusive nos agradeceu. O relato dele é que ele queria parar de traficar ali e ser tratado.

**P** – Ele buscou em vocês então, ele aproveitou da abordagem e buscou em vocês um apoio, é isso?

**Entrevistado** – O que que eu vou te dizer. Isso foi o que ele me falou, de repente ele estava com medo, de repente ele foi coagido a traficar. O que eu acredito? Que ele foi coagido a traficar. De repente por familiares que estão devendo, ou ele por si só, ou parente deles. Eu acho que o irmão dele mantinha-se preso. Na semana passada, pela dívida do irmão ou pela dívida de algum familiar, ele foi coagido a traficar e ele ficou feliz em ser preso, porque ele sairia daquela situação. Até porque naquele período que ele foi preso, as facções estavam em guerra, então quem está traficando sabe que é um alvo. E ele não queria estar naquele enrolo, aquele enredo todo das correntes dali. Ele queria estar, sei lá, em casa, brincando, é aquela coisa, o estado não alcança, os traficantes tomam conta.

**P** – Vou fazer umas outras perguntas, mas eu acho que mais para frente a gente vai voltar a tocar nesse ponto que você falou. Você consegue descrever fisicamente as pessoas que você aborda? Por exemplo, roupa, blusa.

**Entrevistado** – Não. Rotular assim quem vai ser abordada?

**P** – Quando você decide abordar, assim, tem uma roupa comum que ela usa? É homem, é mulher, é idoso, é jovem, é branco, é preto?

**Entrevistado** – Um padrão? Não.

**P** – Como você descreve essas pessoas, geralmente?

**Entrevistado** – Uma coisa que a gente tem notado muito é justamente essa opção, pelo menos no bairro que a gente está atuando mais agora, é a opção por mulher. Deles usarem mulher para tocar o tráfico, principalmente para fazer o delito de tráfico. Porque são homens na viatura, só que eles acabam se dando mal, porque em especial a minha viatura tem uma policial feminina. E todas as abordagens que têm mulher a gente faz questão até de abordar. Mulher num ponto de tráfico em atitude suspeita. A gente faz questão de abordar justamente porque eu vou te falar assim: é setenta por cento de probabilidade de ser a mulher que está tocando. Que está tocando, no caso é que está fazendo o tráfico, uma expressão que a gente usa. Ela que está tocando o tráfico, porque ela que está fazendo o tráfico.

**P** – Você fala “ela está tocando” em termos apenas de ação, ou você está me dizendo que ela tem uma escala maior, ela tem um status maior nessa rede local de tráfico?

**Entrevistado** – Não. O tocando, no caso, na biqueira, as pessoas que a gente aborda, geralmente são as pessoas que são as cabeças de lata, são aquelas pessoas que cair não tem problema para o traficante. O traficante, no caso, quem comanda. Geralmente quem a gente fala são as cabeça de facção, que nem aqui tem o mito, está um pouco dividido, porque agora

tem três facções, mas a gente conhece quem são as cabeças das facções. A maioria deles estão presos e tocando o tráfico de dentro das cadeias. A gente sabe disso, a gente tem conhecimento, mas o que a gente aborda nos pontos de tráfico não são os comandantes, no caso. Seria as pessoas que são os cabeças de lata, por que? Porque essas pessoas são descartáveis. Cabeça de lata porque chutou uma latinha e não dá nada. É basicamente isso. Não são pessoas, por exemplo, que é de interesse nosso, que são pessoas que levam a droga, quem abastece o ponto de tráfico para nós é de muita importância a gente levantar essas informações. Porque tirando a nossa pessoa, a gente sabe que vai dar um prejuízo para o tráfico muito maior. A gente não fica feliz porque prendeu uma pessoa que está no ponto de tráfico. Isso aí a gente sabe que é corriqueiro, é diário. Agora a gente fica feliz quando a gente derruba, sei lá, quinhentos quilos de drogas, porque a gente chega no cara que está abastecendo os pontos de tráfico. Aí, sim. Essa é uma prisão que a gente fica feliz.

**P** – Você já me disse que das pessoas que você aborda, que vocês têm abordado muito mais mulheres, né? E pelo que eu entendi, é isso?

**Entrevistado** – Não, eu não tenho um ponto fixo, eu não tenho um bairro fixo, mas é de acordo com a missão que nem eu te falei, a missão vem sendo de uns dois meses para cá um exemplo da terceira c. No caso quem pega... Esse é um quadrante de nossa atuação, em especial, no caso, que é um ponto que eu te falei ali que são... que eles têm usado mulheres para armazenar drogas no corpo, justo porque eles acham que um policial masculino não pode abordar uma parte feminina. E na verdade não existe uma prisão legal dizendo que não pode, a gente não faz justamente para evitar um constrangimento, então não é uma lei que defina isso.

**P** – Vou te colocar alguns números aqui e você não precisa tomar nota nem nada, mas é só para você fazer umas comparações, porque isso vai me embasar, vai me servir para pergunta. Uma pesquisa do IBGE, de 2019 mostra: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Eu queria que você, se puder, por que você acha que esses números são tão desfavoráveis às pessoas pretas, pessoas negras, ou se você concorda que esses números são desfavoráveis para as pessoas negras e se você concorda, por que você acha que esses números são desse jeito?

**Entrevistado** – Olha, discordo um pouco, mas não completamente, porque se tu for analisar, a maioria da população brasileira é negra, então a maioria da população brasileira, obviamente, é de classe baixa, então se a maioria da população brasileira é negra, então a maioria dos pobres vão ser negros. Eu acho que isso não... eu já fiz um trabalho semelhante assim, mais voltado para minha formação, mas não acredito que isso seja, como eu vou te dizer assim, a pessoa negra, ela vai ser mais abordada. Ou vai ganhar menos... acho que é meritocracia. Para mim, com empenho ela vai demonstrar, ela vai... claro que daí o que vai influenciar, o que eu acredito assim de quem traz o problema ou não, é a cultura familiar, assim de “tu tens que ser isso, tu tem que ser aquilo”. Acho que cada um tem que saber, justamente da parte da pedagogia, é claro, seria justamente tu proporcionar para a pessoa, assim a ela ter noção da capacidade que ela tem de chegar em qualquer lugar, independente da raça, cor ou etnia.

**P** – Ou seja, você acha que está mais relacionado com o histórico familiar?

**Entrevistado** – Não histórico familiar, e sim cultura. Eu conheço muitos negros que são chefes de empresas, não quer dizer... A única diferença que eu vejo de um negro chefe de uma empresa para um negro que é numa outra empresa, por exemplo, que é num escalão inferior, é cultura dele. Da mesma forma que eu vejo de um branco que está lá como auxiliar de serviços gerais, sei lá, foi como eu comecei na CLT pela primeira vez, para um chefe de empresa, um CEO de uma empresa, é a cultura dele. E geralmente o que eu vejo nos CEOs, o que eu observo bastante nos chefes hoje em dia, não somente é a cultura dele, mas sim vejo pessoas que tem, que vem de cultura muito pobre, mas que tenta buscar isso fora. Tenta buscar um conhecimento que não teve em casa. Aquela inquietude que a pessoa tem que ter no coração, do tipo, sempre buscar algo diferente para ser melhor. Aquele um por cento todo dia, já faz toda diferença.

**P** – Indo um pouquinho para parte legal, a gente teve em 2019 a promulgação da nova lei de drogas. Você acha que a lei de drogas e a chamada guerra às drogas tem a ver com todo esse cenário que a gente está falando, que você falou da abordagem, você acha que tem alguma coisa a ver com isso, ou não? Eu gostaria que você se pudesse, explicasse isso para a gente.

**Entrevistado** – Eu não entendi a tua pergunta, pode me reiterar ela por favor?

**P** – Em 2019, nós tivemos uma nova lei de drogas, eu te fiz a pergunta anterior de forma incompleta... Depois dessa nova lei de drogas, o número de pessoas encarceradas se multiplicou, o número de pessoas encarceradas por causa de drogas explodiu, isso é um dado escandaloso a forma como subiu o número de pessoas encarceradas. Você acha que estas

coisas estão relacionadas, pensando no seu cotidiano, nas suas abordagens, nas pessoas que você precisa prender, porque está em situação de crime. Você acha que essas coisas estão realmente relacionadas, ou para você não tem nada a ver?

**Entrevistado** – Olha, o que eu posso te falar, é claro que sim que estão relacionadas. A questão toda que emprega para mim assim de grave, visando uma solução, justamente é questão cultural. Vou te imprimir por exemplo o fato do presidente hoje ser o Bolsonaro. Só o fato de ele ser presidente e se declarar um cara de direita, que em tese vai puxar as rédeas da nação, deixar o princípio da lei mais dura, já mudou completamente a atividade fim nossa. Porque antes de ele assumir, vou te dar um exemplo básico, assim, nossa, a gente tinha oito ou nove roubos de veículos. Era uma loucura, todo dia a gente tinha que acompanhar uma ocorrência de furto e roubo de veículo. Acompanhar literalmente, correr atrás do veículo para tentar diminuir os índices máximos possíveis. Não só esses índices, mas outros também. E o que a gente vê nos corredores, nos burburinhos que a gente vê quando conversa com preso ali, justamente é isso, agora ficou ruim. Então o que eu vejo, a lei no Brasil é muito boa, deveria ser espelhada a outros países.

**P** – Em que sentido que ela é boa?

**Entrevistado** – Ela é efetiva, a lei. O problema no Brasil é o Código de Processo Penal. Esse é o que detona tudo. Porque... eu vou chegar onde eu quero. A lei só funciona, quando ela der o exemplo. A lei foi criada dessa forma. A lei só funciona se tem alguém que vai cobrar e que... a ideia da lei de punir alguém não é para que essa pessoa não faça novamente. Culturalmente a gente sabe que não funciona dessa forma. A gente sabe que a lei, ela funciona porque alguém foi punido e eu também não quero ser punido. Eu não quero ser preso, então eu não vou traficar, porque eu vi que aquele cara foi preso pelo tráfico. Basicamente é isso. O que acontece no Brasil hoje, tu prendes o cara por tráfico, eles comentam, até o último que eu prendi comentou assim “bah, eu vou ficar três ou quatro meses e estou na rua de novo.” Então para eles é como se fosse umas férias. Eles já sabem o tempo máximo de acordo com a quantidade que eles têm quando foi abordado. Eles vão ficar presos. Então se a lei fria fosse posta no Brasil, tu, preso, não tem progressão. Acabasse com a progressão de pena, por exemplo. Que é o que acontece nos países de primeiro mundo. Que todo mundo fala “ah, mas lá não têm tantos presos, lá não tem tantas...”. Eu participei de um evento online, sobre por que nos países de primeiro mundo, exemplo, Portugal, existe o mesmo número de tráfico, o mesmo número por pessoas, per capita de pessoas por tráfico.

**P** – Presas por tráfico ou ocorrências de tráfico?

**Entrevistado** – Não. O fluxo de entorpecentes da rua, se tu botar numa tabelinha lá: Brasil e Portugal, você vai ver que vai bater mais ou menos, consegue chegar num patamar semelhante. Mas no Brasil é muito mais violento. Por que que no Brasil é muito mais violento? Por que que tem tanta morte no Brasil por causa do tráfico? Porque sabe que não vai dar em nada. Sabe que vou ser preso e que daqui a seis meses vou estar liberado. Então é essa insignificância na aplicação da lei que faz com que eles sejam reincidentes, entendeu? Não é o fato de... aí acaba com aquela premissa da lei, “bah, eu não vou fazer, porque eu vou ficar preso.” “Tá eu vou fazer, porque eu vou ficar preso, mas eu vou ficar só uns três ou quatro meses e depois eu estou liberado”. Então é isso que imprime na sociedade, o “vai que não dá nada”. “Vou traficar, porque não vai dar nada.” Mas uns quantos. Vou te dar um exemplo de um cidadão que eu prendi em Viamão, numa operação, porque a gente não tem território, né? A gente roda o estado todo. E esse rapaz, se eu não me engano, ele era menor. Acho que ele tinha dezessete anos e ele estava rindo, rindo, faceiro da vida. “Sou menor e não vai dar nada.” Eu olhei para ele sério e falei para ele: “que bom que não vai dar nada, que bom que amanhã tu vais estar na rua e daí eu vou te pegar de novo.” E daí acabou o sorriso dele. Porque ele estava achando: que tipo, “bah, amanhã eu estou livre e estou livre.” E daí eu olhei para ele e falei assim para ele: amanhã tu estás livre e eu estou de novo na tua cola. Aí acabou a brincadeira para ele, entendeu? É essa cultura do vai que não dá nada que o Código de Processo Penal nos imprime hoje que estraga o trabalho policial.

**P** – A gente já está se encaminhando para o final da nossa entrevista. Você já me disse de algumas coisas, ao longo das suas respostas, da sua conversa, que você percebe que a situação é muito mais referente à meritocracia, à renda. Eu gostaria de saber de você, dentro da sua instituição que é uma instituição militar, você acha que o fato de você estar numa instituição militar interfere na forma como você enxerga todos esses problemas que você está colocando ou não?

**Entrevistado** – Não, acho que militarismo não ajuda em nada nesse quesito. Não ajuda em nada.

**P** – Você diz que não ajuda, ou não interfere? Não entendi.

**Entrevistado** – Não. Não ajuda a entender, então não interfere. Isso é algo que tu vais trazer de casa. Eu vou te trazer um exemplo complicado assim, de falar, mas voltando de novo para área da minha formação, que quando eu ia para faculdade, as meninas relatavam que os caras são abusados porque eles ficam no ônibus e ficam se roçando. E eu ficava puto, pensando assim: “que palhaçada é essa?” Porque a troco de quê, né? E elas sempre reclamavam, tanto que elas reclamavam que eu vou olhar, vou observar para ver. E daí eu vi

que tinha caras mesmo que era abusado, mas têm problemas... para minha vida. Como ser humano, têm problemas que tu só vê, se tu passar por eles. Então como eu não era uma... cara, se eu estivesse num ônibus apertado e eu tinha que passar por uma menina, eu passava o mais rápido possível ou tentava me ajustar ali de modo que eu não ficasse encoxando a menina. E têm caras que vê a situação e se aproveita da oportunidade. Como eu não faço isso, era difícil de eu ver isso, de eu entender a situação dela ali. Então o relato me ajudou a ver que não, realmente que, com certeza, tem gente que faz isso. Porque eu ficava indignado com elas “vocês reclamam demais por pouca coisa.” Que era pouca coisa o que era, na verdade, o que eu fazia, eu passava pela pessoa e simplesmente seguia minha vida ali e ia embora lá, fazer o que tenho que fazer. E eu não via a situação do que elas passavam. Então eu acho que o militarismo em si, ele não te ajuda a ver. O que que eu posso fazer para melhorar, mas, sim a convivência, a conversa com as pessoas assim. O humano em si.

**P** – Você acha pelo que você está me contando, mas você acha que o fato dela ser militar, da sua instituição ser militar, então ela afasta um pouco desse contato social? É isso o que você está me dizendo?

**Entrevistado** – Não. A minha instituição, a Brigada em si, ela tem... eu sei porque eu venho, por exemplo, eu posso te relatar porque eu vinha das Forças Armadas. É uma linha militar, é um exército em si, é uma atividade militar. Servi quatro anos e quando eu vim para brigada, eu achei que ia ser a mesma coisa e você vê uma discrepância muito grande, muito marcante porque não tem tanto militarismo. A não ser quando se faz necessário, então é por isso que eu falo que a instituição em si não é algo que vai me ajudar, mas também não é algo que me atrapalha. É o humano em si, cada um, cada um. Tem gente que gosta de militarismo e acha que militarismo vai resolver o mundo. Eu acho que não, acredito que militarismo é importante sim, mas como tu trabalha com a população, trabalha com pessoas, então tu tens que ser humano, tu tens que entender a situação com o indivíduo. Não se o militarismo vai resolver ou vai... acredito que não. Não influencia em nada.

**P** – Você já viu cenas de racismo protagonizadas pelos seus colegas? Assim, o racismo explícito, piadas de mal gosto com relação à cor da pele, tanto de outras pessoas, quanto de colegas? Ou repúdio, reação à violência, reação violenta contra pessoas de pele negra, você já viu isso?

**Entrevistado** – Zero, muito pelo contrário. Não só... eu te garanto que de repente vai da idade. Nas Forças Armadas mais porque é mais gurizada de dezoito anos, a cultura está se formando ainda. Aí eu vi. Mas não racismo, injúria racial nas brincadeiras como você mesmo falou, ok, eu vi. Mas dentro da Brigada, nossa, é como eu te falei, tu trabalhas com público e,

de novo, eu entro num parâmetro que eu falei sobre as mulheres do ônibus. Eu não consigo ver coisas que eu não faço. Tu tens que passar por uma situação para tu poder enxergar “opa, pera, aí, isso acontece mesmo!” Não só relatos, porque é muito mimimi e pouca efetividade. Têm coisas que tu tem que parar, analisar e, não, realmente, vamos lá. Mas não, dentro da Brigada assim... não vi, não porque eu não gosto, não vi. Realmente não vi. Brincadeiras, como vou te falar assim, eu até vi, com outra pessoa brincando junto. Ela é negra e estava brincando junta, era uma brincadeira que os dois brincavam, que os dois se divertiam juntos. Não que uma pessoa estava sendo pejorativa com outra. Isso em nenhum momento.

**P** – Você conhece, já ouviu falar no termo racismo estrutural? E saberia dar alguma definição para esse termo? Assim, pode falar o que te vem na cabeça.

**Entrevistado** – Já ouvi em tese assim, geralmente, o pessoal que defendia bastante as cotas. É um ponto que eu não concordo, porque justamente eu sou do princípio da meritocracia. Se todos são iguais, então todos tem que ser tratados iguais. Ok, que na cultura antigamente, culturalmente aconteceram erros, beleza, mas eu não acredito que uma cota vai resolver o problema do passado. Eu acredito que educação resolve o problema do passado, que a educação vai fazer um país melhor. Então, como é que eu vou te falar assim, é complicado. Eu até sei alguma coisa, mas não tenho... dentro da Brigada, assim, muito menos. Até porque eu já tive comandantes negros ali competentes, tive comandantes brancos incompetentes, então é da competência da pessoa. É do intuito da pessoa de querer fazer algo melhor, ou não. Já tive comandantes que simplesmente queriam estar ali, colegas que simplesmente “vou cumprir minha carga horária”. E tem colegas que “ah não, hoje nós vamos caçar.” Então é do intuito do querer da pessoa mesmo.

**P** – Já estamos chegando no final. Qual o ano do seu nascimento?

**Entrevistado** – 1986.

**P** – Quando você vai preencher uma ficha, uma ficha de inscrição qualquer. E nessa ficha de inscrição está escrito: qual a sua etnia, ou cor da pele? O que você escreve?

**Entrevistado** – Branco, porque está no meu documento branco. Se não, pardo seria o correto.

**P** – A sua escolaridade?

**Entrevistado** – Superior incompleto, estou em formação.

**P** – Você gostaria de falar alguma coisa, completar alguma coisa, fazer alguma declaração que você acha importante?

**Entrevistado** – Não. Referente às perguntas que tu fizeste sobre etimologicamente preto, brancos faria diferença? Vou te dar um exemplo clássico, a minha família, não a minha

mãe, mas dos meus avós para trás eram extremamente racistas. Aí, sim, na minha família eu presenciei muita coisa assim. E coisa que eu sempre discordei desde pequeno. Então, por isso que é formação não só da família, mas o quanto tu queres evoluir quanto pessoa. E aí tu chegas no ser que tu queres ser.

FIM

## ENTREVISTA 5 – GUARDA MUNICIPAL

**P** – É uma conversa informal, sobre a pesquisa que estou realizando: minha formação original é em economia. Eu quis retornar para minha graduação que é em economia, que é o estudo do capitalismo, como esse sistema de trabalho se desenvolve. Levantei alguns temas e acho que nossa sociedade têm problemas, enxergo nossa sociedade sendo racista e dentro desse contexto econômico capitalista, estou tentando entender se de fato o capitalismo é racista e como isso se reflete na atividade policial.

**Entrevistado** – Esse assunto de racismo está ligado diretamente a negros ou qualquer tipo de racismo?

**P** – O racismo pode ser também contra outras populações (argentino, árabe, chinês...) e esse racismo contra outra nacionalidade tem nome de xenofobia. No caso da população negra não tem uma nacionalidade, pois é um grupo humano que a cor da pele é diferente, racismo de cor. Na história sempre teve racismo e em determinadas etapas da história, determinados contextos humanos esse racismo foi se voltando contra alemães, judeus, negros...

**Entrevistado** – Para mim esse racismo é contra uma tipologia de pessoa do que por cor de pele. Sinceramente eu vejo hoje que o racismo é contra o negro, mas é camuflado, não é algo explícito, até existe racismo em pessoas que têm criação diferenciada e trazem o racismo. No Brasil, não tem, por exemplo, se eu trazer meu filho aqui para mostrar que ele é branco de olho azul e minha esposa é negra, meu avô é alemão, minha avó é índia, então como vou determinar algo. Minha esposa entrou por cotas na universidade.

**P** – Como é tua atividade operacional, você trabalha na rua? O que você faz como Guarda Municipal?

**Entrevistado** – Na cidade onde trabalho têm duas realidades: as casas de veranistas e as casas de quem vive. Boa parte, vive dos trabalhos da prefeitura que são cerca de 5.000 trabalhadores. O município não têm empresas gigantes e fábricas gigantes, ele sobrevive do turismo na temporada de verão e depois sobrevive a rotina normal do local. A cidade têm áreas de periferia e meu trabalho é extremamente operacional, fazemos exatamente a mesma função da Brigada Militar, a diferença que a Brigada atua com uma viatura e nós com cinco viaturas. Então, nós atendemos Maria da Penha, lesão corporal, som alto (cerca de 10-15 por dia), roubo, tráfico (são muitas ocorrências de tráfico tanto pequeno quanto grande), foragidos. Foi pego um foragido na praia ao visitar a família, ele estava sendo acompanhado e conseguimos capturá-lo, ele estava sendo procurado por várias agências internacionais. A

Guarda Municipal não faz trabalho de trânsito, por opção do prefeito, questão de sociedade, já teve uma Guarda de Trânsito não oficial e fez muita coisa errada, roubo as pessoas, foi uma bagunça, a população bateu nos agentes. A cidade é pequena, então todos se conhecem, e em todas as abordagens escutamos: “eu conheço o prefeito, vice-prefeito, eu sou amigo de tal vereador”. Objetivamente nossa atuação é policial ostensiva, conforme o que diz a lei nós realizamos a parte preventiva, mas atuamos ostensivamente. Nossas viaturas rodam a cidade 24 horas por dia, não ficamos na base aguardando ocorrências, pois cada viatura tem um cercamento (cidade dividida por áreas) e dentro da área fica uma viatura responsável. Cada viatura cobre 2 km a 3 km quadrados, sendo o tempo de resposta 2,5 minutos para as ocorrências.

**P** – Quando você está realizando sua atividade, como você identifica uma pessoa suspeita de mal feito?

**Entrevistado** – No meu caso, trabalho com pessoas alinhadas comigo, a visão a abordagem têm uma série de quesitos em consideração: local em que a pessoa está, pois se conhece os locais de tráfico, locais de assalto, locais de mais ocorrências. Horário em que a pessoa está passando, pois a cidade não tem movimentação noturna (após 22h não tem mais ônibus) e alguma fundada suspeita que entre no decorrer do serviço (denúncias), denúncias sobre indivíduos desconhecidos. A Guarda Municipal tem um compromisso que a Brigada não tem, o compromisso da municipalidade (não sou do Estado, sou do Município), trazer sensação de paz para cidade, sendo a abordagem da Guarda Municipal mais humanizada. As abordagens ocorrem geralmente após as 23 horas, horário que diminui o fluxo de cidadão na rua, a cidade baixa o movimento, então os critérios utilizados são esses. Mesmo que seja uma fundada suspeita, tentamos fazer uma abordagem humanitária, onde não vou desrespeitar o cidadão, mantendo o nível de educação e formalidade, para manter o bom convívio, a ideia depois da abordagem é terminar com “muito obrigado”. Claro que algumas pessoas não gostam das abordagens e a gente ao abordar subimos o tom conforme o necessário, mas sempre conversamos muito. Tem um inspetor numa viatura, dois em cada viatura e quatro viaturas rodando.

**P** – Você diferencia a fundada suspeita ou atitude suspeita?

**Entrevistado** – Atitude suspeita a gente diferencia por estar num horário inconveniente, tipo após 23 horas, num local de tráfico. No último serviço fizemos uma abordagem numa rua que se chama passarela, ela é um bequinho, sabemos que ela é de tráfico, não conseguimos pegar porque é um beco e quando a viatura aponta os caras correm para dentro de casa. A fundada suspeita acontece quando existe, por exemplo: foi furtado de

uma senhora um objeto e o rapaz está de moletom azul, boné branco e está portando uma faca ou uma arma, assim temos a fundada suspeita. Descobrimos que as pessoas mentem muito, a pessoa abordada e o denunciante, por isso evitamos os pré-julgamentos. Temos somente um ano e meio de trabalho, assim não tínhamos ninguém que nos passasse experiências de trabalho, estamos aprendendo na pele, então todos os posicionamentos que estamos tendo, estamos criando nossa própria escola. Procuramos filtrar muitas informações, não deixamos de atender nenhuma ocorrência, mas filtramos muito o tipo de informação que a gente recebe. Observamos a vestimenta, exemplo: o cara está num calor de 80 graus e está com moletom e capuz, numa área considerada de assalto a pedestre.

**P** – Descreva a pessoa que vocês abordam tanto em fundada suspeita quanto em atitude suspeita?

**Entrevistado** – Na fundada suspeita a gente tem características, então vamos abordar aqueles que se encaixam nas características, exemplo: a gente passou por uma viatura que tivemos o contato com cidadão que a mãe bateu nele, fomos até o local a senhora estava atirada no chão, no barro, alcoolizada, informando que ele tinha batido nela e que tinha Maria da Penha contra ele, assim passamos as características do cidadão (de bicicleta, de moletom e bermuda jeans) para outra viatura, quando esta viatura estava vindo pela mesma rua encontrou um indivíduo com as mesmas características e abordou, por acaso era policial, assim foi constatado que não era ele e foi liberado.

**P** – É frequente que as pessoas apontem a cor da pele?

**Entrevistado:** Sim!

**P** – Você consegue indicar uma proporção de todas as abordagens que vocês fazem sobre quantos são brancos e quantos são negros e pardos?

**Entrevistado** – 90% dos que a gente aborda são pobres, no máximo classe média baixa. As pessoas são abordadas quando estão na rua, carros geralmente são abordados com fundada suspeita ou quando os motoristas estão alcoolizados, agora aborda em atitude suspeita pela forma dele dirigir ou está em alta velocidade. Geralmente as pessoas da classe alta que cometem crime não são agressivas, eles evitam em se colocar em atitude suspeita. Sobre cor tem, mais ou menos, a mesma linha, geralmente a mesma quantidade. Não temos essa distinção. Para mim é complicado, apesar de ter sido criado numa família extremamente racista funcional, meu avô alemão e não ter tido contato com ele, mas sei das histórias “Deus o livre uma filha dele casar com negro” e meu pai fazia muitas piadas racistas em tom de brincadeira, apesar de ter muitos amigos negros.

**P** – Todos nós fomos criados nesse ambiente...

**Entrevistado** – Na minha cabeça, apesar das brincadeiras, eu não consigo diferenciar, mas sei que existem pessoas que são preteridas por causa da cor da pele. Não consigo trazer isso nas abordagens, mas pode ser que esteja implícito.

**P** – Então, você está me dizendo que a questão da cor da pele é uma característica incluída nos critérios de fundada suspeita para tornar mais fácil a identificação do suspeito?

**Entrevistado** – Isso! A cor da pele nos ajuda na característica da fundada suspeita, mas não é um determinante.

**P** – Porque você acha que a maior parte dessas pessoas, que são abordadas, têm essas características (pobre e classe média baixa)?

**Entrevistado** – Justamente nós da operação policial de ponta (GM, BM) temos o intuito de trazer a sensação de segurança para população e os crimes aos quais trabalhamos, são crimes relacionados com a convivência diária, exemplo o pequeno furto, pois não é realizado pelo magnata. O pequeno furto é feito por pessoas com menos condições financeiras que acabam se envolvendo no tráfico ou pequeno tráfico, pequeno furto, para poder ter uma condição melhor. Aquele cidadão que quer trazer uma condição melhor ao filho e não consegue e assim pelo meio que ele vive e vê uma facilidade de porta aberta, uma casa vazia e enxerga ali uma possibilidade de ter um ganho de vida melhor, num curto espaço de tempo. Essa condição, no meu ponto de vista, está elencada a classe média baixa.

**P** – Deixa falar sobre uma pesquisa do IBGE: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44, assim gostaria que você refletisse sobre esses dados dentro do contexto da nossa pesquisa. Porque você acha que essas coisas acontecem?

**Entrevistado** – Voltando para um país como o Brasil, onde dificilmente tem como me declarar preto ou pardo. Eu sou branco, me considero branco, mas meu filho é o quê? Ele é filho de branco com negra, ele é o quê? Então quando eu entendo essas pesquisas e esses dados tirados de quando se olha para cor da pele, por exemplo: se essa pesquisa tivesse sido feita com aqueles que tem uma condição financeira mais baixa, essa pesquisa mostraria a realidade do país, porque no momento que tu escolhe pretos e pardos, tu está dizendo que o pobre que mora na favela não está incluso nessa tua pesquisa, sabe? Então, a gente voltaria para entender que não só 60%, mas 90% da população carcerária são de pessoas com a classe

média baixa ou baixíssima, então nosso problema não é a cor, apesar de parecer. Trazendo um dado assim parece que nosso problema é com negro e pardo, mas nosso problema está mais elencado a uma renda baixíssima. As pessoas que estão envolvidas no crime são de renda baixa, mas então porque têm poucos brancos? Porque se colocassem: quantos brancos têm no congresso federal que vieram da favela, quantas pessoas têm na câmara de vereadores que são brancas e vieram da favela, eu teria um outro dado, teria um dado de pessoas mais discriminadas ainda, pois são brancas e nasceram na favela e a chance de alcançarem algo é muito menor que um preto e pardo que veio da favela. Então, acho que esses dados são reais, não são mentirosos. Se pegar a quantidade de negros e pardos que chegaram a cargos de chefia, verá que pouquíssimos vieram da renda baixa. A maioria desses negros e pardos que estão em cargos de chefia vêm de famílias que são de classe média, média alta. Então, as oportunidades e chances até para os negros que são de classe média, média alta são muito maiores do que para pretos, pardos e brancos que são da classe baixa. Quando olho um dado assim, somente pela perspectiva dos pretos e pardos, eu estou ignorando a realidade brasileira, estou criando uma política que pode sim beneficiar, que hoje já beneficia, negros e pardos e acaba aumentando a disparidade e desigualdade social, porque daqui a 20, 40, 50 anos nós estaremos aqui discutindo sobre o que vamos fazer com os brancos pobres que estão tomando conta do tráfico, porque a gente não cuidou deles, a gente não está cuidando da nossa desigualdade no país, pois estamos focando num grupo. Sim, ele é prejudicado sim, e tem todo esse número, tanto é que 54%, mais da metade da população são pretos e pardos, por ser um número maior eles sempre estarão na frente de qualquer pesquisa. Não darei demagogia, não falarei que não tem preconceito. Na fila de empregos escolhem os brancos ao invés dos negros, isso tem que combater também, mas quando esqueço que o problema maior, geral, é nossa desigualdade social, acabo deixando de lado uma fatia da sociedade. Quando tu levantas uma bandeira de que negro sofre preconceito, tem que lembrar que o gordo também sofre preconceito, os nordestinos sofrem preconceitos, então entendo que nosso país é difícil apontar para uma classe somente. A verdade é que somos preconceituosos por essência, a gente tem que combater o preconceito de uma forma geral, que é o que trabalho com meu filho, desde pequeno digo a ele: não pode existir nenhum tipo de preconceito, nós somos iguais e que a igualdade seja respeitada, negro, pobre e o que mora na rua.

**P** – Sobre tua fala: é verdade que pessoas são preteridas no acesso a empregos melhores em razão de serem pretas ou pardas. Você enxerga uma forma de combater isso? Aqui no Brasil houve uma época que nos anúncios de jornais, mandavam colocar foto e que a

pessoa deveria ter boa aparência, assim muita gente acusava exclusão dos pretos e pardos. Como você vê isso?

**Entrevistado** – Vejo isso de uma forma cultural, algo que está entranhado na nossa cultura desde sempre. Nós somos um país jovem, temos democracia há pouco tempo, estamos discutindo direitos em nosso país e que outros países demoraram muitos anos sem debater e graças a Deus evoluímos. Vejo isso mais como ideologia hoje, infelizmente tu segues o que eu concordo ou tu estás errado em ambos os lados. Tivemos 08 meses de curso de formação, então foi um curso gigantesco, muito teórico, entre os professores tinha um coronel da Brigada aposentado e ele falava muito da batida do sino, isso ficou marcado: “nós batemos na direita com a ditadura, agora viemos e batemos na esquerda, agora estamos voltando e batendo na direita”, sendo que o ideal é que a gente consiga deixar o pêndulo no meio. Então, acho que a forma de acabar com esse preconceito cultural é termos uma educação, campanha de educação inteligente, que nos ajude a sair desse rumo de lados. As crianças hoje vão amar o LGBT ou vão detestar e odiar, porque se tornou uma guerra, mas na realidade nós precisamos que as crianças entendam é que quando se tornarem adultas terão que conviver entre si e que todos os pensamentos têm que ser aceitáveis porque nós estamos num estado democrático de direito. Se a gente parar para ver, hoje, o nível de preconceito é muito menor do que tínhamos há 30, 20, 10 anos. Os RHs das empresas já tomam cuidado gigantesco nisso, todo o caso que acontece é amplamente divulgado, então quando acontece um caso que fica explícito vemos os negros se posicionando, eu acho isso extremamente correto, bem como as mulheres. A lei Maria da Penha deu poder à mulher, exemplo: se minha mulher levantar da cama agora e ela ir à delegacia registrar que bati nela, eu não tenho o que fazer, terei que pegar minhas coisas e manter as medidas restritivas, se não irei preso. Porque isso? Porque lá atrás “o sino bateu do outro lado”, quando mulheres eram mortas, espancadas. Temos que achar um meio termo, a Maria da Penha também terá um meio termo. Antes realmente tinha um preconceito, exemplo: tu és negro, vai trabalhar no chão da obra, mesmo que tu tenhas capacidade, mesmo que tu sejas competente, tua função é trabalhar de peão. Você é branco: vamos arranjar um lugar aqui para ti. Então, isso está sendo arrancado fora, mas o que precisa é continuar da infância, as crianças têm que entender isso. Hoje o meu pensamento é totalmente diferente nesse quesito do meu pai, não criei a mesma raiz que ele, pois entendi lá atrás que não tem diferença, tanto é que casei com mulher negra. A solução para mudar isso é a educação, a gente tem que trabalhar com projeto educacional realista, não mostrar o quanto o outro é menor e precisa de carinho, porque hoje é isso que a gente entende “preciso dar algo ao negro, porque um dia apanhou lá atrás, mas não, eu preciso respeitá-lo

por ser humano e tem que ter as mesmas oportunidades que tenho, não por causa da cor da pele, mas porque ele é um cidadão igual a mim. Então, é isso que tem que ser pregado, eu vejo muitas políticas de desagregação, que pegam uma classe que não teve educação de qualidade, pegam jovens de hoje que não tiveram essa instrução, por exemplo: quando coloca ele para fazer um concurso, os negros têm preferência por vagas, concorrem nas vagas normais e concorrem nas vagas deles. Então, tu acabas criando do outro lado uma dor, poxa! Por exemplo: entre eu e minha esposa, minha esposa teve mais oportunidades. Então essa desigualdade está enraizada na sociedade e tem que ser combatido.

**P** – A guerra às drogas, a lei mudou em 2009, influência números de encarcerados negros e pardos?

**Entrevistado** – Têm lugares que a lei não entra, nessa lei antes do legislador fazer isso, a lei não entrava. Era difícil comprovar o que era traficante do que era usuário. Se criou um nicho que demorou para ver que aquilo era problema. Criou-se crime de impunidade, exemplo: sou réu primário, fico poucos dias e o advogado me tira. Muitos crimes são assim, pratica e logo está solto.

**P** – Porque você acha que isso acontece?

**Entrevistado** – Impunidade! As pessoas sabem que não terá consequências, nossa pena é muito curta e eles sabem das brechas, com bom advogado hoje, não fica preso.

**P** – Então, podemos assumir que todas as pessoas que estão presas, não têm um bom advogado?

**Entrevistado** – Boa parte delas, sim! Num nicho de prisões, realmente têm umas que são irrefutáveis, mas que ficarão presas por curto espaço de tempo. No sistema prisional, aquele que escolhe a vida mais fácil, se torna algo aceitável, passar um tempo preso. O bandido que é mau caráter e tu prende, mas tem cidadão do bem que é preso, por exemplo: alcoolizado dirigindo. Cara que caiu no crime, mas não é do crime, exemplo: um cara que roubou uma moto e passou na nossa frente de moto roubada. Teve um cara que pegamos em casa, de facção, com armas e drogas, estava tranquilo. Estava tranquilo e disse: vou passar o tempo na prisão com meus amigos e vou subir na facção. O jovem infrator aprende desde pequeno. Em relação a lei de drogas ter aumentado, acho que ela começou a normatizar algo que antes ficava impune, por isso aumentou tanto. Agora porque grande parte presa é negro e pardo, voltamos naquele ponto em que o crime está concentrado dentro das periferias. Se 54% da população é negra e parda se for comparar com a população que vive em periferia dá mais de 60%. Dos que moram em periferia boa parte será negro e pardo, pois são que estão mais a mercê. Quando o traficante coloca para eles de se tornarem algo a mais, ele vai olhar para o

pai e ver que o pai trabalha dia e noite para ganhar um salário de fome que mal sustenta a família, porque o pai ganha no mês o que ele pode ganhar por dia. Então, para eles é atrativo, talvez não seja atrativo para um negro que mora na cidade alta. Por isso, têm os que acabam caindo e cometem crime, onde é mais fácil de pegar no tráfico. Vi uma reportagem em que perguntaram ao delegado: porque começavam a investigação pelos negros, favelados e não pelos grandes? Porque o grande monta com o pobre e até chegar nele, têm cinco, seis... não tem como pegar o grande, pego o traficante pequeno.

**P** – Você acha que o caráter civil da Guarda Municipal interfere na tua forma de lidar com o problema?

**Entrevistado** – Com certeza! Exemplo de 10 a 15 colegas que fizeram algo e são civis e não se enquadrariam no militarismo, eles jamais teriam espaço dentro da Brigada. Não gostam desse método: fazer sem questionar. A administração, muitas vezes, ela é questionada por integrantes, coisas que não acontecem na militar. No militarismo questionar é uma afronta. Na Guarda Municipal temos liberdade de questionar ponto de vista, ação. O militarismo tem a organização operacional, a Guarda Municipal mantém a ideologia de uma polícia mais humanizada, entretanto se qualificar, por que o bandido não nos olha como adversário, mas mudará e precisamos ser mais operacionais.

**P** – Você já ouviu falar no racismo estrutural? Consegue definir esse termo?

**Entrevistado** – Entendo que é algo pré-definido, por exemplo: a abordagem somente porque em negros, porque a maioria dos crimes são cometidos por negros. Não posso dizer que em nenhuma abordagem não houve um quê de preconceito, não posso te garantir isso.

**P** – Você lembra de ter visto colegas seus sendo racista alguma vez?

**Entrevistado** – Específica não, mas têm casos, não só racistas, como machistas por estar intrínseco, exemplo: homem ser colocado melhor que a mulher, aquele que tem opção sexual diferente da minha, o negro é escravo, etc. Então, tudo isso que foi colocado desde pequeno, que vamos desconstruindo ao passar do tempo, as vezes entra, exemplo: numa abordagem estava passando num bairro de classe média na cidade, eu e o inspetor, vimos um cara andando na rua, só que eram 2 horas da manhã, muito frio, local de casas roubadas, o cara estava de touca, capuz, abordamos e ele era negro. Ele estava vindo do serviço e morava há duas casas da abordagem. São raras abordagens que a pessoa não tinha ficha ou duas, três passagens policiais.

**P** – De todas as abordagens feitas, qual seu índice de sucesso?

**Entrevistado** – Sobre atitude suspeita em 90% de acerto. Estava passando na avenida, quase 05 horas da manhã, olhei três pessoas andando na rua, num final de semana, sabendo

que é próximo ao ponto de tráfico pesado, demos uma volta e ao retornar tinham sumido, encontramos cinco ruas depois, muito rápido, abordamos e as fichas estavam limpas.

**P** – Você tem colegas que são abertamente racistas? Já presenciou falas racista de colegas?

**Entrevistado** – Não! No racismo estrutural sim. Temos colega homossexual e não tem piada.

**P** – Ele se esconde?

**Entrevistado** – Não! Ele é assumido e casado com rapaz.

**P** – Qual seu ano de nascimento?

**Entrevistado** – Ano de 1984.

**P** – Na ficha de preenchimento, qual sua etnia?

**Entrevistado:** Branco.

**P** – Qual sua escolaridade?

**Entrevistado** – Terminando a faculdade, nível superior incompleto.

FIM

**ENTREVISTA 6 – GUARDA MUNICIPAL**

**P** – Quanto tempo de Guarda Municipal?

**Entrevistado** - 14 anos. Faço o trabalho operacional que é o que gosto de fazer.

**P** – Na rua, como é tua atividade operacional?

**Entrevistado** – Trabalhamos com viaturas distribuídas por áreas. Outras gestões não tinham planejamento. Então estamos começando um trabalho novo. Temos a ideia de trabalhar por áreas, fazendo a Ronda Escolar, é um carro chefe, mas devido a pandemia não temos aulas presenciais, agora que está sendo retomado. Também trabalhamos com o uso da tecnologia, todos os prédios públicos têm câmeras de monitoramento, o que supre um pouco nossa falta de efetivo.

**P** – Vocês têm sistema de alarmes?

**Entrevistado** – Não. Somente monitoramento por câmeras, mas que funciona como sistema de alarme é um sistema inteligente que joga imagens do local, exemplo: local que foi invadido joga a imagem na tela como se fosse alarme, chamando atenção do operador. Temos a operação trabalhador, realizado nas primeiras horas da manhã, fazemos rondas nas paradas de ônibus dando maior segurança. Tentamos trabalhar com planejamento, como é um comando novo, estamos arrumando a casa, estamos estruturando e fazendo planejamento. Tanto no software que estamos adquirindo para realização das ocorrências digitalizadas e informatizadas, porque atendemos com papel e depois digitalizamos, então é um retrabalho. Com o aplicativo se torna eficiente o despacho do atendimento, mais eficaz. Distribuir as viaturas com GPS para acompanhar a localização. Nas outras gestões o guardas assumiam o serviço, pegavam o equipamento e saíam para rua, alguns faziam patrulhamento, outros nos próprios e não tinham um planejamento de serviço. Hoje focamos em cuidar dos prédios públicos, nossa principal função, proteger as pessoas, fazemos intervenções quando necessário, mas procuramos ter planejamento, se não gastamos combustível e não é eficiente. Por vezes ao final do turno uma equipe trabalhou 12 horas sem atendimento registrado, só desgastou a viatura, gastou combustível e não foi eficiente. Por isso, o planejamento inicia de manhã priorizando as paradas de ônibus para dar visibilidade e sensação de segurança, realizamos operações conjuntas com a Brigada Militar (uma a duas vezes na semana). Realizamos nossas próprias operações, somos Secretaria de Segurança e de mobilidade, então o trânsito faz parte da nossa secretaria, embora a Guarda não faça o trânsito, assim os órgãos são separados e realizamos operações em conjunto, uma operação semanal, cada semana em bairros diferentes. Temos o projeto Guarda Mirim, atividade presencial em atendimento a 100 crianças do âmbito escolar, ideia de ampliar para 300 crianças, no momento somente na

modalidade EAD, objetivo de construção de sede própria. Com a pandemia teve o aumento de cobranças nas ações de fiscalização e um dos problemas são os físicos com horários, somente, das 08horas às 17horas. O atendimento da Guarda Municipal é de 24horas diárias, nesse momento de fiscalização, com a flexibilidade a correria passou um pouco, mas no início o trabalho era direto.

**P** – Durante tua atividade na rua, geralmente, como você identifica uma pessoa suspeita de mal feito?

**Entrevistado** – Geralmente em áreas conhecidas, como pontos de tráfico, são sempre os mesmos, conduzimos e no outro dia ou na mesma hora são liberados. Em outras situações são abordados pelo jeito de andar, gestos, vestimenta, local, muito por denúncia. Quase sempre ao fazer a consulta de antecedentes, constatamos que a ficha criminal tem diversas passagens.

**P** – Atitude suspeita ou fundada suspeita?

**Entrevistado** – Mais a fundada suspeita.

**P** – Você diferencia os dois ou se apega na questão legal?

**Entrevistado** – Em questão de legalidade vou dizer que é fundada suspeita, mas é atitude suspeita, exemplo: dia de muito calor e a pessoa usando moletom, isso é motivo para realizar abordagem. Os gestos, local, horário podem levantar suspeitas.

**P** – Qual horário que você acredita levantar suspeita?

**Entrevistado** – Depende do local, por exemplo: local conhecido como ponto de tráfico.

**P** – Você pode descrever fisicamente como são essas pessoas que vocês olham e falam: esse daí precisa de abordagem?

**Entrevistado** – Geralmente são jovens, adolescentes, negros e baixa renda. Esses dias em ronda um usuário, conhecido, nos abordou e falou que estava na boca e quem estava vendendo era um velho. Perguntei qual velho, ele descreveu: velho de barba branca. Seguimos na rua mencionada e eu não desconfiei, realmente era um senhor ruivo de barba grande e branca, então se eu não soubesse da situação não abordaria esse senhor, enfim na abordagem foi encontrado dinheiro, mas não encontramos drogas.

**P** – Porque você acha que a maior parte dessas pessoas que suspeitamos têm essas características?

**Entrevistado** – Por ser região conflagrada, sem estrutura básica, sem saneamento, local de invasão, sem estrutura familiar. A escola tem papel fundamental, porque a educação a longo prazo, exemplo do projeto da Guarda Mirim.

**P** – Como é o projeto da Guarda Mirim?

**Entrevistado** – São crianças atendidas no turno inverso e são realizadas atividades, desde o reforço curricular das escolas, temos colega da GM formado, professor, então dá aula de matemática, participa do projeto, têm parcerias (corte de cabelo, aula de balé e demais atividades), passeios no shopping, estudo de disciplina, ordem unida. Por isso, envolve uma proximidade com as crianças e familiares. Acredito que é um bom projeto que a longo prazo terá um bom retorno. Acho que o estatuto da criança colocou muitos direitos e poucas obrigações, exemplo: antes havia cobrança, lembro da professora bater nas minhas mãos com a régua para eu estudar.

**P** – Deixa falar sobre uma pesquisa do IBGE: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Por que você acha que esses números são tão desfavoráveis para a população negra?

**Entrevistado** – Acredito que seja proporcional, os negros são maioria da população, então acabam sendo maior parte nas prisões também. Acho que a questão da renda influencia muito, a questão da educação pública também é deficiente. A maioria é pobre e acabam se envolvendo no tráfico por falta de oportunidades. Acho que vem daí essas diferenças. Mas eu acredito que falta também um pouco de esforço em querer melhorar, hoje a sociedade dá muita coisa fácil para eles, quem aproveita melhora.

**P** – A Lei de Drogas, de 2009, tem a ver com essa realidade, você acha que influencia essa realidade?

**Entrevistado** – Não sei dizer realmente. Acho que é mais a questão da renda mesmo, da falta de oportunidade que o jovem acaba indo para o crime. A lei só regulou isso, o porte e tal.

**P** – Sobre seus colegas, já presenciou alguma atitude racista neles, um comentário racista ou mesmo atitude deliberadamente racista no trabalho?

**Entrevistado** – Não, nunca vi. Não posso dizer que nunca tenha tido, mas eu nunca vi.

**P** – Você acha que trabalhar numa instituição civil influencia na tua visão?

**Entrevistado** – Acho que sim. Uma parte boa do militarismo, que acho que a gente deveria adotar, é a questão da ordem unida, alguma disciplina militar sempre ajuda. Mas o fato de sermos civis ajuda na proximidade com a sociedade, no policiamento cidadão.

**P** – Já ouviu o termo “racismo estrutural”? Se sim, saberia dar alguma definição para ele?

**Entrevistado** – Não, nunca ouvi falar.

**P** – Qual seu ano de nascimento?

**Entrevistado** – 1984.

**P** – No momento de preencher uma ficha que te pergunta sua cor de pele/etnia, responde o quê?

**Entrevistado** – Branco.

**P** – Qual sua escolaridade?

**Entrevistado** – Superior completo.

FIM

## ENTREVISTA 7 – GUARDA MUNICIPAL

**P** – Qual sua instituição, quanto tempo está nela?

**Entrevistado** – Sou Guarda Civil Municipal há 11 anos.

**P** – Como é sua atividade profissional? Você trabalha na rua?

**Entrevistado** – Sim.

**P** – Como é o seu “feijão com arroz”, que nós operadores da segurança pública fazemos, no caso de flagrante de crime, agir.

**Entrevistado** – Vamos dizer que nós não temos a exclusividade, mas tem apenas uma atribuição além das que as guarnições do policiamento comum têm. Inúmeras vezes tu detêm em flagrante, exemplo: estupro de vulnerável, furto e estas situações do cotidiano.

**P** – Quando você está na viatura com seu parceiro, como geralmente você identifica uma pessoa suspeita de algum mal feito?

**Entrevistado** – Para as pessoas que não são da área da segurança digo: que não existe pessoa suspeita, existe comportamento suspeito. Muitas vezes as pessoas acham que tu tens um estereótipo A ou B, exemplo: cara está ali com uma bermuda caída, boné, camiseta de time de futebol e é suspeito por isso? Isso não existe. Até porque essa descrição de um suspeito é o padrão de vestimenta duma gurizada em torno de seus 15 a 20, 20 poucos anos usa, a grande maioria usa. Conforme você se referiu, uma abordagem é fundada em cima de uma atitude suspeita, não de indivíduo suspeito.

**P** – Partindo desse teu raciocínio é atitude suspeita ou fundada suspeita? Você faz diferença entre os dois?

**Entrevistado** – Depende! Vamos supor: não diferente de Canoas, tem a drogadição, o uso de entorpecentes em praças, assim quando tu estás patrulhando, normalmente quem está cometendo esta irregularidade apresenta um comportamento meio que já padronizado, se está em bolinho, vai cada uma para um lado; tentam descartar o entorpecente que tinham consigo. Têm algumas situações e essas seriam rotineiras. Outras seriam, vou dar exemplo: uma pessoa nos passou denúncia sobre um indivíduo “tal, assim... assado” de calça preta, camisa vermelha, me assaltou, aí sim tu não parte para atitude suspeita, porque tu individualiza a pessoa conforme as características repassadas por popular referente a algum crime ou alguma situação do tipo.

**P** – É isso que você entende por fundada suspeita ou não?

**Entrevistado** – Sim! A princípio sim.

**P** – Essa pessoa que você aborda, você consegue descrever essa pessoa que aborda, é homem, mulher, jovem, velho, branco, preto, como é essa pessoa?

**Entrevistado** – Normalmente homens jovens, grande maioria entre brancos e pardos, até porque na minha cidade, por alguns motivos, têm uma parcela de população negra menor do que outras cidades, isso se reflete em todo contexto da cidade, mas se eu fosse tabular o percentual seria isso, referente claro as questões crime. Como fazemos fiscalizações de trânsito também isso tornaria extremamente mais abrangente, pois qualquer condutor de veículo é passível de ser abordado pela Guarda Municipal e isso inclui idosos, mulheres, assim aumenta muito a abrangência da abordagem.

**P** – Sobre a questão do trânsito, qual é a diferença entre as pessoas que você aborda no trânsito das pessoas que você aborda na rua?

**Entrevistado** – A situação de abordagem na rua tu presume, seja por denúncia ou por atitude suspeita, um ilícito penal. Você lidaria com um criminoso ou com potencial criminoso. A situação no trânsito tu está lidando com infrator, ele está cometendo uma irregularidade legal, entretanto não é crime (passar um sinal vermelho, não dar pisca para estacionar). Você está lidando com infrator de trânsito. Claro que esmiuçando essas condutas do trânsito podem vir a se tornar crimes de trânsito. Mas numa primeira separação o condutor que tu abordaste, ele não é um criminoso ou não tem potencial de ser um criminoso, é alguém que descumpriu um regramento de trânsito, fez uma bobagem. O que tu abordaste tem indicação que possa ter cometido um crime ou pelo comportamento te leva a induzir que ele esteja cometendo um crime, essa é a separação que tu fazes entre uma abordagem de trânsito e a abordagem num indivíduo numa atitude suspeita.

**P** – Porque você acha que das pessoas que você aborda, a maioria, se enquadram nessas características que você me deu: homens, jovens, eventualmente cor da pele. Porque você acha que é assim?

**Entrevistado** – Normalmente como a gente faz, dentre as atribuições comuns de todas as Guardas, patrulhamento nas praças, vamos dizer que esse é o público que mais frequenta, claro que têm muitas famílias com crianças, mas são pessoas que não estão com comportamento que denote algum ilícito, não que não tenha; vamos supor: um pai balançando um bebê no balanço com uma arma raspada na cintura.

**P** – De todas suas abordagens num dia de trabalho, quantas vezes você acerta, exemplo: você olha e diz “esse cara deveria ser abordado porque ele deve estar escondendo alguma coisa”, você aborda e de fato pega ele em situação de tráfico, portando arma ou foragido da justiça?

**Entrevistado** – Sobre isso tu nunca te preocupa em tabular. Vamos dizer que 5%, em cada 20 que tu abordaste, claro que vai consultar o nome se está foragido ou não, isso nem juridicamente seria uma prática consensual, ainda mais em criminologia, de tu saber a ficha criminal da pessoa (antepassados da pessoa que tu estás abordando), mas naquela consulta é “modus operandi” vigente que temos tanto nas Guardas quanto nas demais forças. Se informado o antecedente de quem tu está abordando aí já aumenta de 5% para 50%.

**P** – A gente tem uma pesquisa do IBGE aqui que diz: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Então, porque você acha que os números são esses? Porque você acha que isso acontece?

**Entrevistado** – Segurança pública a gente age reativamente, nós agimos quando tudo deu errado, quando a educação deu errado, quando os valores familiares deram errado, quando a religião importante para muitas pessoas deu errado, quando todos os métodos de poder dar um rumo moral ou ético para alguma pessoa falharam acaba recaindo na segurança pública. E não somente isso! A própria crise econômica reflete no nosso serviço, todas essas variáveis refletem no nosso serviço indiretamente. Não é nenhum dado compilado, mas é uma percepção. Então, coisa de um ano para cá o que tu vê de pessoas trabalhando em sinaleiras é um absurdo, têm sinaleiras que nunca teve ninguém agora têm três pessoas pedindo, outro vendendo água, outro vendendo balinha, isso tudo é reflexo de uma recessão econômica e que as pessoas “graças a Deus”, a grande maioria, tentam formas subsidiárias de se manter vendendo pano de prato na sinaleira, fazendo pequenos biscates, alguma coisa para tentar com dignidade, só que uma parcela das pessoas nessa situação de vulnerabilidade econômica acabam recaindo para criminalidade, que seria o reflexo da perspectiva econômica. Como me interesse também pelo assunto, tu pega dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em que a grande maioria da população carcerária é de jovens, negros e com até a quinta, sexta série do primário, ou seja, tu não investe em educação, aí aquela pessoa com baixa formação escolar terá um emprego de subalterno braçal, não terá a condição intelectual de ascender aos níveis de gerência, como os dados que tu trouxe comprovam e muitas vezes desses que acabam se tornando marginalizados por não terem acesso à educação, juntando uma ineficiência de educação por parte do Estado e com uma situação econômica, muitas vezes se reflete na criminalidade. Eu por exemplo, apesar de não ter a questão étnica, chegava às

23 horas do serviço e escutava dos meus amigos “oh o que tu ganha num mês eu tiro num dia!” Hoje daqueles poucos que sobraram daquela época, estão presos ou virando mundo. Todo nosso serviço da segurança pública é reflexo da ineficiência estatal na questão de geração de emprego e renda, oportunidade para os jovens, tudo isso acaba refletindo no nosso serviço e conforme os dados que tu trouxeste é a faixa da população mais vulnerável à criminalidade.

**P** – Você acha que a guerra às drogas tem alguma coisa a ver com isso? Os números influenciam nessa realidade?

**Entrevistado** – Com toda certeza! Até por que além de ser ineficaz, mesmo isso sendo ilícito, proibido, apreendendo toneladas e toneladas de drogas todo mês, quem quer tem acesso. Isso é oportunidade para um guri da vila ter o que tu não tens, vamos dizer que o Estado não te propicia, muitas vezes o próprio patrão de cada vila, cada comunidade acaba fazendo o papel que o Estado não faz. [...] Nessa vila que me criei, quando não tinha remédio no posto de saúde, a pessoa se queixar com filho no braço e o patrão da vila dava dinheiro para comprar o remédio. Amigos de infância não conseguiam serviço ou ganhavam meio salário-mínimo para trabalhar no Zaffari de empacotador e acabar entrando no tráfico, como soldado do tráfico, para ganhar num dia o que eu ganhava no mês. Isso acaba perpetuando e fomentando uma guerra que não tem fim, nos paradigmas atuais é uma guerra perdida, é enxugar gelo.

**P** – Pegando tudo que você falou, todo o conjunto de ideias, teu raciocínio, você acha que o caráter civil da sua instituição contribui ou influência na sua forma de atuar e na forma como você pensa, toda essa problemática?

**Entrevistado** – Sim, com toda certeza. Até porque se formos analisar as forças policiais ao redor do mundo, forças de policiamento ostensivo, militares são exceção e não vou falar em polícias municipais como nos Estados Unidos o que seria uma analogia as Guardas, a corporação ao qual pertencço, mas sim, são poucos países que adotam o modelo militarizado para o policiamento ostensivo para segurança pública.

**P** – Vou fazer um paralelo com o machismo, é frequente ouvirmos piadinhas machistas, que procuram excluir a mulher ou “botar a mulher no lugar dela” de dona de casa, criar filho, comentários que são agressivos. De forma análoga, você tem colegas que são abertamente racistas, que fazem piadas, praticam discriminação, que têm comportamento e palavras agressivas contra a cor da pele?

**Entrevistado** – Temos! Infelizmente temos. Costumo dizer que as forças policiais são reflexo da sociedade que estão inseridas, nossa sociedade é machista, misógina, racista. As

forças policiais não são uma ilha, blindada de toda essa realidade. Temos, infelizmente nós temos, mas são poucos os casos. Creio em paralelo em todas as corporações têm isso, infelizmente um reflexo da nossa sociedade, cada vez menor, mas, mesmo assim, é muito latente. Não será do dia para noite que você muda toda essa situação.

**P** – Você já viu colega ter esse tipo de comportamento na tua frente? Se sim, qual foi tua reação?

**Entrevistado** – Não cheguei a presenciar, por ter um comportamento crítico em relação há muita coisa, tem coisas que os guris me chamam de chato, tipo “lá vem o Joãozinho do passo certo.” Alguns comportamentos que quem faz sabe que é errado, gera desentendimento. Presenciar coisas graves desse tipo, não presenciei, mas elas existem, a gente sabe que existe, é um caminho longo a ser seguido até a gente mudar toda essa situação, tanto nas forças policiais quanto em outros meios que não se justificam.

**P** – Você conhece o termo racismo estrutural?

**Entrevistado** – Já ouvi falar, conheço, mas nunca aprofundei o significado da expressão. Assim, já ouvi falar e tenho conhecimento.

**P** – Tens alguma ideia do que se trata, do que possa ser?

**Entrevistado** – Vamos dizer que seria o racismo perpetuado dentro, pegando o paralelo dentro de nossa função, de uma corporação, tipo a institucionalização do racismo. Isso é muito latente até porque as Guardas são corporações jovens, têm muita coisa que a gente não tem, mas principalmente nos militares como são corporações centenárias, bicentenárias. Enfim, têm muitas coisas erradas que eles fazem eufemismo dizendo que é tradição. O racismo estrutural remete essa ideia de racismo já arraigado dentro daqueles hábitos, dentro daquela corporação da segurança e que muitas vezes tu acabas dando alcunha de tradição para poder continuar perpetuando esse comportamento.

**P** – Qual ano do seu nascimento?

**Entrevistado** – Ano de 1982. Sou bacharelado em direito, acho que te dá a possibilidade de ter melhor compreensão da tua função, o que tu podes, o que tu não podes, o que as vezes falta para colegas de todas as forças: tu não é a lei, tu é um agente da lei a qual tu deve obediência. Me considero um profissional dedicado naquilo que faço, entusiasta naquilo que faço, a gente sempre procura adquirir conhecimento para desempenhar o nosso papel da melhor forma possível. A Brigada Militar que muitos querem imitar (control C control V), ela tem 180 anos aproximadamente, há apenas 60 anos, ou seja, apenas 1/3 desse tempo que ela faz policiamento na rua, eles eram uma força aquartelada, uma força do Estado militarizada, como são até hoje, só que uma força preparada para guerra, para combate, para revolução.

Não era uma força treinada e adestrada para o patrulhamento ostensivo para segurança pública. A maioria das Guardas têm 20 poucos anos, já iniciamos na rua, não demoramos 120 anos de existência para começar a atuar no policiamento de maneira efetiva. Claro que a lei têm muitas brejas, claro que a legislação não tem a velocidade que a vida real tem, mas creio que daqui uns 20 anos, coisas que a gente discute hoje: que as policias têm e a gente não tem! Isso será coisa consolidada. A legislação não acompanha a vida real na mesma velocidade. Futuramente, tirando os *lobbies* que existem, a segurança vai acabar sendo municipalizada. Os estados não têm como dar conta e isso acabará se tornando responsabilidade também do município, só que ainda não é por causa dos interesses meramente corporativistas do oficialato das PMs que não querem perder o monopólio da segurança pública.

**P** – É a questão das PMs serem força auxiliar do exército, você acha que isso determina alguma coisa, interfere na qualidade da segurança pública, que os entes federados oferecem para população?

**Entrevistado** – Com toda certeza! Até porque em nome da hierarquia e da disciplina tu acaba abafando o pensamento crítico. Muitas vezes teu superior te dará uma ordem, tu sabes que aquilo não é o adequado, tu vais rebater aquela ordem e teu superior: “é ordem, cumpra-se”! A gênese do militar é o combate, é o extermínio e não é nossa situação na segurança. Não nos é lícito, salvo as exceções (legítima defesa, proteção a terceiros...), tu exterminar, tu matar alguém deliberadamente. Tu não sais para matar alguém, tu sais para proteger a população, isso é diferente, pois são dois conceitos bem distintos e que a gênese do militarismo não comporta isso. São coisas incompatíveis, mas por um momento histórico.

**P** – Você está num departamento qualquer preenchendo uma ficha e o formulário tem uma pergunta sobre etnia ou cor da pele. O que você coloca?

**Entrevistado** – Branco. Eu acredito que sendo caucasiano, se tivesse uma classificação de cor da pele, me autodeclaro branco.

FIM

## ENTREVISTA 8 – GUARDA MUNICIPAL

**P** – Como é a tua atividade operacional na Guarda Municipal? O que é que você faz?

**Entrevistado** – Bom, a minha atividade atualmente é interna, no monitoramento de câmeras. Eventualmente eu trabalho na rua. Eu faço hora-extra. Quando eu faço hora-extra, eu trabalho na rua. Nossa competência é patrimônio e trânsito.

**P** – Então, você pode me dar aí a visão ampla da pergunta que eu vou fazer. Você pode me dar uma perspectiva das suas duas atividades: tanto da rua, quanto das câmeras. Quando você está na sua atividade fazendo a patrulha, ou então acompanhando nas câmeras, como é que você geralmente identifica uma pessoa suspeita de um mal feito? Assim, você olha para aquela pessoa, você está na viatura, aí você olha para aquela pessoa e você fala assim: “hum, aquele ali, ou aquela ali, precisa ser abordado.” Como é que é essa tua percepção? Que elementos você usa para decifrar?

**Entrevistado** – Aquela pessoa que vê a viatura e já fica desconfiada. Ou como a gente fala, fica espiado, já fica se espiando. Geralmente, tenta esconder o rosto, vira para o lado, né? Quem está para fazer alguma coisa, está intencionado, ela acaba se entregando, né? Seja um adolescente, seja homem, seja mulher, acaba se entregando, entendeu? A pessoa que está muito, muito nervosa, tu abordas o carro, paro o carro e aquela pessoa, aquele motorista que está muito, muito nervoso é porque sei lá, alguma coisa tu vais encontrar no carro, ou a documentação não está correta, né? Porque a pessoa fica muito nervosa e é assim a pessoa que está na rua querendo cometer algum delito. Ela acaba se expondo, ficando muito nervosa. Mais do que uma pessoa que não estaria prestes a cometer nada, ou o motorista que esteja com a documentação correta, o carro não esteja devendo nada, entendeu? Numa abordagem, a pessoa está tranquila. Claro, tem aquele nervosismo normal. Isso acontece muito em Balada Segura, né? Que eu até trabalho bastante, eu gosto de fazer Balada Segura. A pessoa que não bebeu, que eu abordei, ela vai estar tranquila. Claro, só aquela coisa da abordagem, Balada Segura. Ela vai fazer o teste do etilômetro. Agora, a que bebeu alguma coisa, ela vai estar muito mais nervosa, né? Então eu acho que são essas percepções assim, sabe? Que as pessoas mesmo, elas acabam nos mostrando isso, né? Então é a chave para a gente dar uma atenção maior ali, nesse momento.

**P** – Então, você pode continuar me dando essas duas perspectivas da sua atividade. Você me trouxe aí o trânsito, então são três perspectivas: O trânsito, a atividade na sala de monitoramento e a atividade na rua, na viatura. Está, pode continuar me dando esse tipo de

informação. Você faz alguma diferença entre atitude suspeita e fundada suspeita? O que é um ou o que é outro para você? Ou para você só existe um, ou só existe outro?

**Entrevistado** – Para mim, eu acho que só existe a suspeita, alguma coisa assim, seria no meu entender, suspeita: estar prestes a, poderá cometer alguma coisa. E fundada, que vai cometer alguma coisa, ou até já cometeu. Este é o meu entendimento.

**P** – Você me disse que você observa, determina que uma pessoa é suspeita, precisa ser abordada ou não de acordo com a linguagem corporal dela. Fica nervosa, ou fica calma, enfim, você saberia descrever para mim, fisicamente, essas pessoas que vocês abordam? Pode de novo fazer, me trazer as perspectivas da sua atividade. Como são essas pessoas? Como elas aparentam? Como elas se vestem? Cor de pele, sexo, enfim, pode falar o que você quiser.

**Entrevistado** – Acho da perspectiva, assim, do monitoramento, a gente está com a câmera lá passeando pela cidade, vi umas duas pessoas, outra coisa, se é um dia de calor, a pessoa está com muitos casacos, muitas jaquetas, já é um indício que essa pessoa pode cometer algum furto, porque geralmente elas usam casacos para poder colocar coisas no bolso, colocar coisa dentro da roupa. Então, se eu estou no monitoramento, passam dois indivíduos com jaquetas é um caso de desconfiar, se for um dia quente demais, aí tem que já programar a câmera e ficar olhando, porque pode sair alguma coisa dali, podem estar querendo cometer algum delito na rua. Na rua, já se for na rua é a pessoa tentando esconder alguma coisa. Geralmente em praça se está com alguma faca, ou se a viatura passou e a pessoa, o indivíduo correu para algum lugar, ou se abaixou, subiu uma árvore, pode estar escondendo alguma coisa, alguma faca, alguma arma. Então, tem que estar sempre muito atento a esses detalhes. Como tu falou: a linguagem corporal. E no trânsito, essa abordagem... uma coisa que aconteceu até essa semana, eu não estava junto, eu estava no rádio, mas estão acontecendo blitz, começamos a fazer para tirar essas motos da rua que estão com os canos adulterados. Nessa blitz passou um veículo e ele parou antes da blitz, isso acontece, parou antes da blitz e veio pedir informações para o agente. Ele estava nervoso fazendo perguntas, aí ele virou as costas e saiu, foi embora, ou seja, não foi abordado. Só que depois o agente, já desconfiando que essa pessoa devia alguma coisa. Tudo percepção do guarda, um senhor parou o carro antes da blitz, veio, pediu informações, saiu e foi embora, daí meu colega passou a placa e eu estava na sala de rádio e falei: o carro está com o licenciamento vencido, está devendo três mil e quinhentos, o colega: “ele já foi embora”. Depois eu perguntei, o colega falou: não, é que ele, esse carro, ele parou, veio fazer pergunta, foi embora e ele estava nervoso. Ou seja, o agente já tinha a percepção que aquele carro, estava devendo, mas no momento ele não abordou, só respondeu às perguntas. Então, a linguagem corporal e a atitude

da pessoa entrega. Ele parando antes da blitz, ele se entregou e ele vindo fazer perguntas e nervoso, se entregou. Ele estava devendo.

**P** – Essas Pessoas que vocês abordam, elas são majoritariamente mulheres ou homens, brancos ou negros, pobres ou aparentam ter uma situação financeira um pouquinho melhor? Como é que são essas pessoas?

**Entrevistado** – Tu falas numa abordagem de blitz, de trânsito?

**P** – De trânsito, de rua e quando você olha na câmera, que você aciona equipe da rua, você fala: olha tem uma pessoa assim, assim, assado, vai lá verificar. Como é que são essas pessoas, geralmente?

**Entrevistado** – Eu acho que, pela câmera, majoritariamente seriam homens. Acho que branco ou negro, acho que da rua que a câmera percebeu. Seriam negros, brancos.

**P** – Em proporções iguais, ou semelhantes?

**Entrevistado** – Eu acho que está em proporção semelhante. Eu acho que semelhante, hoje em dia. Malvestidos, ou seja, de chinelo, de tênis. Assim, isso seria o que a câmera vê e que passa para viatura abordar. Numa abordagem da viatura, também seriam homens, provavelmente brancos e também acho que a condição assim... não diria que pessoas bem vestidas. Seria quase a mesma proporção as vestimentas que a câmera vê. Sem querendo ter nenhum preconceito que algumas pessoas falam. A gente ouve: Ah, porque só aborda pobre? Uma pessoa bem vestida não é abordada. A gente sabe que as pessoas devem falar isso. E a abordagem do trânsito, aí não, a abordagem do trânsito mesmo numa blitz não tem... a abordagem é todo tipo de pessoa. Mulher, homem, idoso... A gente não faz uma escolha.

**P** – Sobre o trânsito, tem o carro da pessoa, o veículo que a pessoa está usando, faz alguma diferença no momento de você decidir? Ah, esse daí, deve ser abordado?! Ou não?

**Entrevistado** – Sim, sim. É claro que vai ter isso. Passa um carro rebaixado, digamos que os faróis ali, já está aquela lâmpada modificada, aquela luz branca. Às vezes, até a luz incomoda. Um carro rebaixado, um vidro escuro, óbvio, que esse carro vai chamar minha atenção. Mais do que se passar um carro normal. Um veículo normal, sem nada, uma mulher, digamos, dirigindo e um carro, totalmente rebaixado, vidro escuro, um homem, um rapaz de boné dentro do carro. Se fosse para escolher qual dos dois abordar, eu abordaria o rapaz de boné com carro rebaixado, não é uma questão de preconceito, mas é uma questão de visão de segurança. Então, por segurança eu abordaria o outro veículo rebaixado.

**P** – Por que você acha que é assim? você me deu aqui uma série de características, fui te perguntando e você foi me trazendo uma série de características. Por que é que você acha

que as pessoas que têm essas determinadas características? por que as pessoas que te levantam suspeitas têm essas determinadas características que você observa, você saberia dizer?

**Entrevistado** – Porque, geralmente, também são essas pessoas que vão apresentar algum problema, tem alguma ocorrência, já. Porque a gente tem assim... trabalha com consultas integradas, então no momento da abordagem da rua, os agentes abordaram um indivíduo da rua. Eles vão passar o Romeu Golf, a identidade dessa pessoa, passa direto para nós, lá no Centro de Operações. E a gente vai verificar e quase sempre no histórico dessa pessoa, nos mostra que ela tem alguma ocorrência, já esteve na delegacia, tem alguma ocorrência por briga, tem algum furto. Ou adolescente infrator, ou já foi um adolescente infrator. Então, são essas... como é que vou dizer? Essas informações que a gente vê ali da pessoa, que nos confirmam que muitas vezes que a nossa percepção está certa ao abordar aquele indivíduo. E aquele indivíduo, geralmente, tem alguma bronca, como a gente fala. Eu posso até te contar um caso real que aconteceu, acho que mês passado. Ao abordar um veículo, era um inspetor externo e passou um veículo na Independência, um veículo bem estranho. O veículo chamou a atenção do inspetor, do agente. Era um rebaixado, uma cor meio diferente. Sabe um veículo que poderia ter alguma coisa? Chamou a atenção. Percepção. E era só um veículo, não era a pessoa dentro do carro. Inclusive até dentro do carro estava a esposa, tinha uma criança, o inspetor resolveu abordar esse veículo, porque somente o veículo chamou a atenção dele. Daí, para ver documentação, tudo. A pessoa que estava dentro do veículo se alterou, ficou alterado, ao ser abordado. Então, foi pedido Romeu Golf dessa pessoa para sala. E lá na sala quando nós verificamos, a ficha nas ocorrências, era uma pessoa, um homem com uma passagem. Ele tinha homicídio triplamente qualificado e várias outras mais e claro a mais grave. A gente fica até assim... tipo de passar isso pelo rádio para pessoa que está na rua. A gente até às vezes não passa, usa celular, passa mais reservadamente para não expor o agente e a gente também não sabe quem está do outro lado. Se está armado, se o agente já fez uma revista. Então a gente... é um caso de se pensar. Que a gente não sabe quem está abordando na rua. Era um homem com esposa e filho dentro do carro, mas uma pessoa já com várias passagens, já tinha sido preso, estava em liberdade, ou condicional. Então, a percepção do agente tem que ser muito forte para esse momento, só foi uma abordagem de um veículo. A gente não sabe quem está dentro do veículo. É uma família passando, só que esse veículo chamou a atenção e realmente estava dentro do veículo um homem, a gente não sabe se está regenerado ou não, mas que já tinha cometido vários delitos e muitos graves, tirou a vida... a gente leu o boletim, foi uma briga e ele acabou matando, sei lá, essas três pessoas lá numa casa. Entrou e matou todo mundo.

**P** – Cara brabão, né? É interessante a sua percepção, essa sensibilidade de passar esse tipo de informação em sigilo para o agente, porque pode acontecer inclusive da família que está acompanhando ele não saber desse passado. É uma sensibilidade que a gente tem que ter na rua.

**Entrevistado** – E é para proteger quem está lá na rua. Como tu falou, quem está na linha de frente. Por que eu estou lendo as informações do indivíduo, eu estou vendo a foto. Outra coisa, a gente procura às vezes sempre mandar uma foto para Whatsapp do agente que está na rua. O Whatsapp virou uma ferramenta muito importante de trabalho. Então, procurar mandar a foto e também passar mais no reservado se é uma ficha assim muito extensa que tem muitas ocorrências graves, para não expor o agente.

**P** – Eu vou agora te dar algumas informações. Você não precisa anotar, só prestar atenção que vão ter número altos e números baixos, depois eu vou pedir para você comentar sobre eles. Uma pesquisa do IBGE, de 2019 mostra: 56% da população brasileira é negra ou parda; no mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Eu quero te perguntar o seguinte: o que que você acha desses números? Se você tem alguma opinião a respeito, se você tem alguma coisa que gostaria de comentar a respeito desses números diferentes.

**Entrevistado** – É esses números sempre entristecem, saber assim, que a população negra sofreu ainda sofre, por conta da desigualdade, é bem difícil que se combata essa desigualdade. Eu tenho por mim que é por conta ainda... isso vem bem do período da escravidão. É uma desigualdade que é muito difícil, assim, se combater por mais ações que o governo que se faça, mas ainda assim é difícil. Eu acredito que uma coisa acaba levando, de certo modo, a outro. As pessoas negras não têm estudo, não tem condições. Às vezes acabam daí seguindo por esses outros caminhos, né? Acabam roubando, acabam matando, assaltos, uma consequência que vem assim atrás da outra.

**P** – Por que você acha que as pessoas negras não têm acesso à educação? Por que você acha que acontece isso?

**Entrevistado** – Eu acho que falta oportunidade. Mesmo que, às vezes, estude numa escola, faça o primeiro grau, faça o segundo grau não consegue se avançar. Eles não conseguem avançar, mesmo que termine o ensino médio, depois não consegue um curso, não

consegue entrar na faculdade. Às vezes não tem perspectiva também, de uma formação, tipo: “ah, eu vou ser um engenheiro”. Muitos nem têm essa percepção. É terminar o ensino médio, se terminar e trabalhar numa fábrica, sei lá, numa loja. É um pensamento que já é pequeno, mas de acordo com a realidade deles, do jovem. Então, não tem. Não consegue um curso, não consegue estudar. Ou mesmo, ou se for homem, no caso a menina, a mulher até consegue ficar um pouco mais tempo em casa e trabalhar, mas o homem o homem já é cobrado. O pai que sai às cinco da manhã não vai querer que o filho adolescente fique estudando. Às vezes está na hora de tu arrumar emprego para ajudar. Ajudar teu pai, ajudar a mãe. Ou seja, cadê os sonhos. Eu vou ser o quê? Não, eu vou...tenho dezoito anos, mas eu já tenho que sair à caça de emprego para ajudar meu pai, botar comida dentro de casa. Então, é aí que muitas vezes morre um sonho, não tem uma carreira e isso entristece muito. Ver que não se evolui, ainda não se evolui. Mas eu ainda acho que o estudo é a melhor forma de combater tudo isso. Um jovem negro que estude, que tem uma formação, essa é a melhor forma de combater até a depois chegar no próximo... evitar tráfico de drogas, do crime. Eu acho que seria por aí o caminho.

**P** – De tudo que a gente conversou até agora, a gente falou de gente presa, você falou de droga, você falou de violência, você acha que, ou o quanto você acha que a guerra às drogas tem a ver com isso? A guerra às drogas é uma realidade que a gente praticamente cresceu ouvindo. A gente já entrou numa instituição de segurança conhecendo essa expressão: guerra às drogas. Em dois mil e nove nós tivemos uma alteração na lei de drogas e ao mesmo tempo que essa lei... ao mesmo tempo não, mas a despeito dessa lei de drogas ter vindo com o propósito de descriminalizar a posse, o que nós vimos nas estatísticas foi um estouro no número de pessoas presas. De dois mil e nove para cá, o Brasil nunca prendeu tanto. O que que você acha disso? Você acha que tem alguma razão? Você acha que está relacionado com tudo que a gente faz com essa nossa atividade da rua?

**Entrevistado** – Eu acho que a descriminalização não é o caminho. E como aí as pesquisas então já comprovaram. Houve muito mais prisões. Eu acho que tem que ser um trabalho com jovem, com a criança, com o jovem adolescente, lá na escola. Eu acho que o caminho seria mais ou menos por aí. Não depois de adulto tentar fazer alguma coisa, liberar, achando que [...], não, não, isso não vai. Acho que piora. Isso os números comprovaram. Eu em dois mil e dezenove, eu fiz um trabalho na ronda escolar. Trabalhei até que veio a pandemia e fechou as escolas. Eram quatro agentes e duas viaturas que faziam o trabalho nas escolas. Não sou palestrante, mas a necessidade te obriga, às vezes, a conversar. Claro que conversar com crianças, adolescentes também, tentando falar um pouco da linguagem deles é

muito bom. Foi um trabalho que me trouxe muita gratificação, até que eu me vi palestrando para crianças e adolescentes. Me vi na sala de aula palestrando num belo dia. E daí é um ponto: como não falar em drogas com crianças e pré-adolescentes? Não, vai ter que falar. Até porque, se tu não falar, eles vão perguntar também. “O que que é droga?” E aí é que está a chave. Se tu puderes mostrar para aquele aluno, que nem sabe, ele não chegar, não se aproximar. Eu lembro que eu gostava muito de falar para eles assim: o que vem fácil, vai fácil. Eu lembro que eu tocava muito nisso, porque são escolas municipais, no meu campo de trabalho, e muitas escolas ficam em vilas. E a gente sabe que às vezes as crianças, passa o chefe do tráfico que às vezes para ele é uma imagem positiva. Ele tem um carrão, nossa, ele tem arma, a namorada dele é bonita. A gente sabe que para uma criança isso enche os olhos. É como se eles estivessem vendo um filme. Então a gente sabe o que essa pessoa traz de influência numa criança. Só que assim, nosso trabalho era, tipo, fazer desconstruir isso da cabeça deles. E eu falava: o que vem fácil, vai fácil também. Um tênis novo, cinquenta reais ganhar ali na esquina. “Ah, entrega aquilo ali”, “faz um favor para o tio?”. “O tio te dá tanto”. A gente tentava fazer esse trabalho para as crianças. Era muito bom. Então o trabalho era palestras que a gente tentava falar sobre drogas, sobre violência. Tentava um pouco de tudo. Ali ninguém era palestrante, era só a nossa vivência do dia a dia e vivência de vida, então tentando conversar com essas crianças. E no meu ponto de vista, seria começar pelas crianças, pré-adolescentes, adolescentes. Aí é o começo, falava com as professoras: deixa a gente fazer o nosso trabalho, deixa a gente conversar com eles, porque mais tarde pode ser um criminoso na rua, menos um criminoso na rua, menos um jovem que vai me assaltar ali na esquina. Então, a conversa tem que começar aqui na sala de aula. É um trabalho muito bom. Acredito muito nisso. E eu gosto muito de trabalhar assim com criança e adolescentes. Eles são muito sinceros. Enquanto os adultos querem é tempo, tipo, pela frente: ah, sim, seu guarda, tudo bem. Mas a gente vira as costas: Ah, sabia que ia me multar. Ah, só faz isso também. Agora, criança não. A criança ali te fala: “tio, ontem não veio na escola?”

**P** – Vou te fazer uma pergunta agora que vou contextualizar com uma outra situação complicada. Nós sabemos, eu tenho um pouquinho de dificuldade para colocar isso, porque para mim é muito delicado. Porque quando a gente fala de mulher, de comportamento machista que machuca mulher, a gente já conhece aquelas frases horríveis, do tipo, mulher não tem que estar aqui, isso não é trabalho de mulher, ou mulher tem que apanhar e mulher precisa estar em casa e precisa cuidar de crianças que são falas que são excludentes. Eu gostaria de saber se você já ouviu entre na sua instituição, entre seus colegas, tanto contra outros colegas, quanto contra o cidadão, falas abertamente racistas. Falas e comportamentos

abertamente racistas. Naqueles moldes, eu não repito as palavras racistas, porque eu acho muito horrível. As falas machistas também são horríveis, mas na minha consideração, no meu ponto de vista, a gente, as mulheres já conseguiram alcançar conquistas muito mais... de forma muito mais rápidas do que a população negra. Em respeito à população negra, eu não repito falas racistas. Por isso que eu faço um paralelo com o machismo. Você já ouviu falas racistas de seus colegas contra outros colegas, ou contra a população em geral? Você consegue reconhecer?

**Entrevistado** – Eu acho que, pela parte dos meus colegas de trabalho não. Nunca sofri atitude racista. Não. Não sofri. E assim, eu sou negro. Não sofri fala racista com a intenção de ofender. Eles podem às vezes até brincar, mas não, nunca sofri esse tipo de preconceito. Eles respeitam o nosso trabalho. É assim, esporadicamente, como falei, às vezes, eu estou na rua. Às vezes o que pode acontecer, é um racismo, mas da parte das pessoas em relação ao agente. Isso aí já tivemos, ou a pessoa também achar que por ser negro, daí o agente estar fazendo tal coisa. “Ah, porque eu sou negro, por isso eu sou tratado assim!”. Por parte da pessoa achar, porque é negro. Também não existe, graças à Deus. Eu trabalho, no começo eu até pensei, porque estou indo para Guarda, que eles já se intitulam assim. Como é colonização alemã, o povo da colonização alemã, se intitulam assim, então eu até pensei, nossa vou para uma cidade que foi berço da colonização alemã. Aí no começo eu até achei, será que vai ter muito alemão na Guarda, será que eu vou sofrer alguma coisa? Será que vão me olhar diferente? Daí quando eu cheguei, muitos colegas alemães que falam alemão, mas não. Nada disso. Sou muito bem tratado, nada em relação a minha cor. Nem por parte de homem, nem de mulher lá dentro. É uma benção, mas a nossa instituição nesse sentido, não tem isso. A gente não sofre preconceito.

**P** – E qual é o total, qual é o efetivo da sua instituição, você sabe me dizer?

**Entrevistado** – Uns cento e cinquenta.

**P** – Agente já está se encaminhando para final. De tudo que a gente conversou, você acha que o caráter civil da sua instituição contribui ou influencia na forma como você percebe todas essas questões que a gente conversou? O fato da Guarda ser civil e não militar.

**Entrevistado** – Sim, influencia sim, positivamente. Claro, se fosse militar, digamos que a gente teria mais regramento. A gente sempre pensa na questão de regras. Claro, uma guarda civil também tem regras, mas nem sempre elas são cumpridas. Até porque é civil, então assim, às vezes não tem a punição que deveria ter. Um modo de punição de uma instituição assim, seria corregedoria, mas se a corregedoria não agir, não haverá uma punição. Isso tem que ter a corregedoria, o corregedor e se o corregedor não punir, não tem punição.

Então, fica por isso mesmo, as coisas ficam recorrentes. Claro, se fosse militar, seria bem mais justa a coisa, não sei. Hoje em dia a nossa instituição está se adequando. A gente tem um novo secretário, as eleições... Uma pessoa que não é da área de segurança pública, nunca foi.

**P** – Você conhece o termo racismo estrutural? E saberia dar alguma definição para ele? Qualquer uma, fala o que você acha.

**Entrevistado** – Quando fala em racismo, o que vem na minha cabeça, sei lá, racismo estrutural, eu penso que como o nome acho que mais dentro dos lugares, dentro da empresa. Porque o racismo é aquele preconceito contra a cor da pessoa e o estrutural, sei lá que estaria já nos lugares. Penso assim, eu nunca estudei sobre isso, eu sei que até é uma palavra que as pessoas falam, “ah, o racismo estrutural.” Mas, assim, do meu ponto de vista, seria isso. Já está no lugar, na empresa. Penso assim, não sei se está correto isso, penso também que é muito difícil de se combater. Por que se ele já faz parte de alguma coisa, ele é mais difícil de se combater. A gente às vezes percebe coisas, que nem eu te falei, eu não tenho problema disso na minha instituição, de racismo, nunca percebi. Mas é claro que às vezes as pessoas falam alguma coisa, aí te faz pensar. E às vezes quem fala é até uma pessoa branca. Ah, mas não tem nenhum negro no comando. na instituição. Não tem nenhum negro diretor. Aí te faz pensar: é verdade! Não tem nenhuma mulher diretora na instituição, daí te faz pensar: é verdade, não tem nenhuma colega diretora, não tem nenhum inspetor negro. É, não tem nenhum diretor negro. Então as próprias pessoas, porque, tipo, eu não penso. Para mim, está fluindo a coisa. Só que às vezes vem uma pessoa branca e te fala isso. Não tem nenhum negro diretor, não tem nenhum negro inspetor, nenhum inspetor negro. Te faz pensar: pior, não tem mesmo. Por que não tem um negro? Aí tu percebes que está tudo muito bom, mas na tua instituição não tem. Por que? Por que não é valorizado? Por que não querem? Por que eles não têm conhecimento? Não. Não é isso. Aí, essas coisas te fazem pensar. Está tudo muito bom, mas te faz pensar por que não tem? Aí tu ficas meio assim. Tu achas que poderia ter, mas tu também não sabes que mecanismo usar para mudar isso?

**P** – Qual o seu ano de nascimento?

**Entrevistado** – 1974.

**P** – Pensa na situação, você está preenchendo uma ficha qualquer, de emprego, ficha de concurso e uma das perguntas da ficha é sobre sua etnia e cor da pele. O que você responde?

**Entrevistado** – Negro.

**P** – Sua escolaridade?

**Entrevistado** – Ensino superior.

## ENTREVISTA 9 – GUARDA MUNICIPAL

**Entrevistado** – Sou guarda municipal há 13 anos. Trabalho no operacional desde o início.

**P** – Como é tua atividade operacional? O que você faz no operacional?

**Entrevistado** – Na cidade basicamente trabalha no trabalho preventivo, ronda nos bairros, escolas, próprios públicos. Nós fizemos esse patrulhamento nos próprios públicos, verificando a situação de cada local.

**P** – Você faz abordagens ou não?

**Entrevistado** – Minha atuação acontece durante a noite, não temos contato direto com alunos, professores, pois as escolas não funcionam à noite. A Guarda Municipal da cidade além de fazer a segurança dos próprios, o patrulhamento preventivo nas vias urbanas, nós atuamos no trânsito. Então, abordagens durante a noite é corriqueira até porque as patrulhas noturnas patrulham a noite inteira, temos ponto de verificação e pontos bases, podemos ficar até 20 minutos parados em cada local, depois temos que ficar rodando, então a viatura roda basicamente a noite inteira, fazemos em torno de 120 quilômetros por noite. Abordagens são corriqueiras, comum atendimento em acidentes de trânsito ou autuações de infrações, atendimento de etilômetro, barreiras, até porque nós temos a fiscalização de trânsito, nós trabalhamos em concorrência com a fiscalização de trânsito e com a Guarda que atua na fiscalização de trânsito, então a fiscalização primária é dos fiscais de trânsito e nós trabalhamos no apoio. Durante a noite como não há os fiscais de trânsito, quem assume a fiscalização de trânsito é a Guarda Municipal, mas quando existe balada segura, barreiras é a Guarda Municipal e dando suporte nas autuações necessárias.

**P** – Quando você está na atividade de rua, nas suas rondas, como você identifica uma pessoa suspeita de algum mal feito?

**Entrevistado** – Geralmente nós trabalhamos por denúncia, então o início das ocorrências se dão através de denúncias, mas quando não existe denúncia e a abordagem ocorre por atividade suspeita, via de regra tu passa de viatura olha o cidadão e do modo que ele reage quando vê a guarnição, o modo que está vestido, às vezes, com roupas muito largas ou determinado local que ele está, próximo a escolas, próximo a próprios públicos e o modo que ele reage quando vê a guarnição, é o modo que ele se identifica como suspeito ou não. Muitas vezes quando está com algum problema ou está por cometer algum crime, ele fica nervoso, assim através desse nervosismo tu consegue identificar, fazendo essa avaliação primária, algumas vezes não se confirma. De cada 10 abordagens, 09 têm problema com a

justiça, então no patrulhamento noturno é mais fácil tu identificar, uma porque é menor o número de pessoas circulando na rua, e outra porque aquela pessoa com características suspeitas, através do nervosismo que ela nos passa e do local que está, ela termina se tornando uma pessoa suspeita sem dúvida.

**P** – Eu iria perguntar sobre atitude suspeita e fundada suspeita, mas meio que já me respondeu, mas depois se você quiser falar um pouquinho mais sobre isso, eu vou gostar de ouvir. Você consegue descrever fisicamente a maioria das pessoas suspeitas que vocês geralmente abordam, por exemplo a maioria é homem, a maioria é mulher, a maioria é velho, a maioria é jovem ou criança, adolescente, maioria branca ou negra?

**Entrevistado** – Algumas características como sexo é fácil de passar. Geralmente são homens, até porque raramente a abordagem em mulher, até porque não temos um efetivo feminino muito grande, hoje são 04 mulheres num universo de 50 homens, realmente temos essa deficiência. São raras as abordagens em mulheres, quando ocorrem pedimos apoio à Brigada Militar Então, na maioria homens, faixa de idade entre 16 a 35 anos. Sobre porte físico, cor, vou ser bem sincero com minha resposta, via de regra a cor da pessoa passa despercebido, na hora que fizemos a abordagem, uma pela situação de segurança da guarnição, devido ser baixa luminosidade, a gente acaba esquecendo de perceber se o cidadão é preto ou branco, para nós é indiferente. Gordo ou magro para nós também é indiferente, nunca parei para analisar, mas o que chama a atenção é o modo de vestimenta, geralmente homem com roupas largas e escuras, usando boné ou capuz.

**P** – Porque você acha que as pessoas que você aborda, na maior parte, elas têm essas características?

**Entrevistado** – Como essas abordagens noturnas são corriqueiras, acredito que cada guarnição faz sei abordagens noturnas, termina que identificado. Mais uma coisa tem característica que chama atenção, muitos são frequentes as abordagens, como a cidade é pequena, tu vais abordar aquele determinado cidadão que está em atitude suspeita e ele já foi abordado pela Guarda duas, três, quatro vezes, algumas vezes já se reconhece o nome da pessoa, já esteve outras vezes em furto ou roubo e conduzida por autoridade policial, então por ser uma cidade menor, geralmente a pessoa já é conhecida da Guarda. Os demais não têm como te dar certeza, mas via de regra é pela atitude que ele está representando e as roupas são características do cidadão que pretende a praticar fato delituoso.

**P** – Tenho comigo uma pesquisa do IBGE, vou fazer um apanhado desses principais números, você não precisa anotar, mas é apenas para a agente refletir sobre o que essas pesquisas do IBGE dizem para gente: 56% da população brasileira é negra ou parda; no

mercado de trabalho, apenas 30% dessa população chega a cargo de gerência nas empresas; a distribuição de renda: entre os 10% mais pobres, 75% são negros; analfabetismo: o IBGE diz que 10% da população preta e parda é analfabeta; também com baixa representação política, 24% dos vereadores, deputados estaduais e federais são afrodescendentes. Por fim, a violência da taxa de homicídios por 100 mil negros é de 44. Você pode explicar porque esses números são tão desfavoráveis para a população negra? Qual sua opinião sobre isso?

**Entrevistado** – Eu acho que é uma questão histórica, devido ao decorrer da história, questão do preto ter sido escravizado, evolução histórica do preto não ter tido oportunidades, não ter tido escolas de mesma qualidade devido a condição social e financeira das famílias negras que já são oriundas de baixa renda, pois se gerou toda a questão histórica do tempo da escravidão e foi evoluindo, poucas pessoas pretas conseguiram evoluir o social e financeiro. Meu pai é preto, minha mãe é branca, mas eu não tive as oportunidades que minha filha teve no decorrer dos anos, hoje a questão de eu ter tido muito mais oportunidades, ter estudado numa faculdade, ter me formado, eu consegui passar oportunidade para minha filha que até então eu não tive. Eu acredito muito, sem analisar essa questão política, mas as questões políticas de Prouni, Minha Casa Minha Vida, eu acho que as famílias pretas tiveram muito mais oportunidades que até então não tinham. No meu tempo quando me formei no ensino médio, não entrei numa faculdade porque não tinha condições financeiras, pois minha família não tinha condições financeiras, então eu vim e consegui estar somente em 2011 e foi através do Prouni que consegui uma bolsa 100% e consegui estudar, devido essa minha evolução foi que consegui que minha esposa conseguisse estudar e hoje consigo pagar uma escola particular para minha filha. Então, acho que é uma questão muito mais histórica do passar dos anos que vem evoluindo para a gente chegar até hoje. Acho que no início da história, como as pessoas pretas tiveram muito menos oportunidades, elas terminaram erradicando para as periferias e elas vem crescendo naquele meio sem oportunidades e gera o que é hoje, os que conseguem uma oportunidade um pouco melhor e terminam se distanciando dessa situação e tendo muito mais oportunidade. Acredito que as pessoas pretas que ocupam essas posições são decorrentes dessas oportunidades que elas tiveram e conseguem aproveitar e repassar ao ciclo de familiares deles e vão evoluindo em conjunto.

**P** – Então você atribui essas diferenças um ciclo histórico? Você acha que melhorou? Se você olhar para sua vida, a vida de seus pais e agora para sua filha, você acha que melhorou alguma coisa, melhorou muito, melhorou pouco? O quanto você acha que a situação melhorou?

**Entrevistado** – Se eu olhar diretamente a minha pessoa, a minha família, sem dúvida, eu venho de uma situação financeira numa família, não vou dizer que passávamos dificuldades, mas nós não tínhamos oportunidades e quando chega minha vez, quando atinjo a maior idade, não consigo entrar para universidade por falta de condições financeiras, com ao passar dos anos e a oportunidade que venho através do Prouni, eu consegui entrar na faculdade e me formar, através da minha condição formado em direito, consegui dar condições a minha esposa e em conjunto consegui dar condições a minha filha. Minha esposa através dessa condição que tive, ela conseguiu se formar e hoje quem está seguindo nosso caminho é minha filha, mas claro que isso vejo em decorrência da minha evolução que consegui que todos evoluíssem em conjunto. Agora se eu olhar num quadro geral, apesar que acredito que realmente teve uma evolução, embora veja nesses últimos anos na troca de governo, regressão em algumas coisas. Não tem como deixar de analisar as questões políticas, quando vem o governo Lula e começa a implantar políticas sociais, vejo que quem está na periferia começa a ter oportunidade que até então não tinha, não só quem está na periferia, mas aquelas famílias de renda bem mais baixa, que hoje não dá para dizer classe média, alta, pois são inúmeras diferenças de classes, mas algumas classes que não tinham oportunidades de entrar na faculdade, comprar um imóvel, de comprar um carro, eles terminaram tendo essa oportunidade cedo, programa Prouni para entrar numa faculdade, adquirir a casa própria, a questão de veículo, as famílias. Não via até os anos de 2005, 2008 famílias de baixa renda comprarem um carro zero, depois com a redução IPI, começou a ver algumas famílias adquirirem seu carro zero, claro com inúmeras parcelas, mas conseguiram essa oportunidade. Hoje vejo regressão em algumas políticas, por exemplo: Prouni, quando entrei, a universidade ofertou 400 bolsas no curso de direito. Hoje ao analisar quantas bolsas a universidade oferece, não tem mais bolsas no curso de direito. Da época que entrei para hoje, teve muita diferença e parece que vem regredindo e voltando àquela era de só quem tinha mais oportunidade é quem conseguia ter esses espaços.

**P** – Então o que você está me dizendo, você acha que políticas públicas de compensação de desigualdades têm reflexo nessa realidade que a gente está vivendo, realidade de violência, você acha que de fato é isso?

**Entrevistado** – Sem dúvida! Para mim o que consegue fazer igualar um pouco os desiguais são as políticas públicas, sem as políticas públicas eu não vejo uma forma de conseguir equilibrar aqueles que têm mais oportunidades daqueles que não têm. Vejo muito o pessoal criticar sobre o bolsa família, mas se não for a bolsa família a pessoa realmente vai passar fome. Não tem como deixar de olhar para essas pessoas pensando que eles não serão

incentivados a trabalhar, mas quem tem um pouco de oportunidade não consegue emprego, imagina aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino, que não tem acesso à saúde, se não tiverem aquela ajuda básica, infelizmente vão passar fome.

**P** – Indo para questão da sua instituição, você acha que o caráter civil da sua instituição ela tem alguma interferência nesse teu ponto de vista, nessa tua atuação, na forma como enxerga as pessoas para quais você presta o serviço?

**Entrevistado** – Nunca tive dentro do meio militar, então não posso definir com toda certeza, mas acho que uma coisa que diferencia muito é o nível de conhecimento. A Guarda Municipal da minha cidade, tem 65% a 70% dos Guardas com nível superior. Então, acho que na medida que os Guardas evoluem como pessoa, a instituição termina evoluindo também e faz com que nós tenhamos outra visão de quem recebe nosso serviço em si. A Guarda aqui ganhou uma estrutura que toda a formação que a Guarda passa e todo o ciclo anual de formação que se restabelece é todo formado pela Guarda, nós formamos nossos guardas e formamos nossos próprios guardas de tudo, seja de curso de formação, curso de trânsito, curso de tiro, curso de direção, curso de legislação, tudo é via da própria Guarda daqui. Então, é um ciclo que nós mesmos damos aulas a nós mesmos e vamos trocando essas informações e fazendo com que todo mundo termine pensando de forma parecida, mesmo todos não tendo o mesmo pensamento naqueles debates internos decorrentes das formações anuais e dos ciclos de formação, nós terminamos seguindo um padrão funcional da instituição.

**P** – Voltando aos números do IBGE e do Fórum de Segurança Pública, você acha que a guerra às drogas influencia nesses números, influenciam no trabalho do Guarda Municipal na hora de abordar? O que a guerra às drogas tem a ver com isso? Se é que na sua opinião tem a ver com isso.

**Entrevistado** – O problema da drogadição, acho que é mais amplo, acho que não atinja só a periferia. Claro que entramos num problema, numa sistemática toda, porque os mais prejudicados são da periferia, pois são os mais abordados. O modo de locomoção é diferente, tu não abordas a mesma quantidade de veículos da mesma forma que tu aborda quantidade de pessoas, então se pegarmos o cara que tenha um pouco mais de condições e está usando drogas dentro do carro, ele não terá a mesma quantidade de abordagens que aquele cidadão que se desloca a pé. Então, nós temos toda essa sistemática, mas eu acho que a droga está inserida na sociedade de uma forma igualitária, não posso dizer que está mais com aquelas pessoas que têm menos condições ou com aquelas pessoas que têm mais condições, mas acho que a droga se distribui de uma forma equânime entre as vidas sociais. Com certeza atinge a Guarda Municipal, eu vejo um trabalho interessante da Guarda quanto as questões de

prevenção, principalmente nas escolas, de evitar que o jovem que está entrando na escola não tenha acesso às drogas, embora eu desconheça de uma forma tão contínua o acesso às drogas na frente das escolas, até porque o trabalho de prevenção é bem grande, mas o risco da droga entrar para escola pode influenciar muitas crianças que depois na sua maior idade terminam sendo consumidores ou vendedores. O que vejo e o que acredito bastante é que a criança que está na escola termine vendo naquele vendedor, distribuidor de drogas lá na vila, como um cara poderoso ou como referência devido a ele poder ter dinheiro ou a ele comandar determinada vila e isso termine influenciando aqueles jovens. Assim acho que a questão da Guarda Municipal de fazer aquele trabalho dentro das escolas que, infelizmente, hoje não tem aqui na cidade, mas acho que seria fundamental aproximar a segurança pública da criança e que se crie um vínculo de confiança e esse guarda possa estar servindo, contrário ao vendedor de drogas, de referência às crianças. Então, acho que a educação dentro da escola e essa proximidade com a criança seja fundamental, principalmente quando se cria uma patrulha específica para atender a criança, para que a criança possa criar um vínculo de confiança. Vejo muitas vezes a criação de uma ronda escolar e quando tem uma briga na escola, essa mesma ronda irá fazer a abordagem, então aquele vínculo de confiança termina sendo cortado. Então, acho interessante a criação de uma ronda escolar com uma função pedagógica exclusiva e se afaste esses guardas da parte operacional, isso para não quebrar o vínculo quando necessário fazer uma intervenção, e eles possam ser olhados por aquela criança, principalmente por aquela criança em vulnerabilidade como uma referência, assim as crianças possam se abrir, ter como amigos. Porque dificilmente aquele mesmo guarda que faz a abordagem, que faz a intervenção, ele vai conseguir ter proximidade. O agente, como um servidor, treinado, preparado, ele tem que compreender e entender essa diferença, mas acho que esse é o princípio. Mas a criança tem que ver essa diferença, pois tem aquele guarda que ela vai confiar e tem aquele guarda que vai fazer repressão, então ela vai ver que esse guarda virá com atuação mais enérgica, acho interessante que a criança veja essa diferença para que ela tenha o guarda mais próximo de confiança. Porque se criarmos uma única função para o guarda, quando ele criar um vínculo com aquela criança e depois tiver que reprimir, ele vai cortar o vínculo e não conseguirá mais se reaproximar. Então, importante o guarda que está próximo manter. O guarda terá que ter instruções permanentes para saber como lidar, pois, ele vai funcionar como psicólogo de referência para aquela criança e ele vai fazer com que a instituição tenha ligação com a criança, família e escola. Antes, eu tinha coragem de conversar com o policial militar, hoje não vejo minha filha fazendo isso, acredito que com passar dos anos o cidadão tem mais proximidade com a Guarda do que com a Polícia Militar. Hoje vejo

que a Polícia Militar se tornou refém do 190, ela não consegue mais fazer segurança de prevenção porque o 190 não permite. Já a Guarda consegue fazer essa prevenção e através do policiamento comunitário consegue se aproximar da comunidade muito mais que a Polícia Militar.

**P** – Vou voltar novamente a uma pergunta que já fiz e gostaria que se possível você respondesse, o que todo esse panorama que você relatou tem a ver com a guerra às drogas?

**Entrevistado** – Sobre às drogas acho que a Guarda através do policiamento comunitário consiga fazer a prevenção, ela consegue de repente evitar que droga chegue em quem não deveria chegar. Já a Polícia Militar consegue apagar o incêndio, quando ela consegue atuar, ela atua quando as drogas já estão nas mãos das pessoas que não eram para estar. Então, acho que a Guarda consegue atuar na prevenção, dificultando que o tráfico se propague e a Brigada atua com o tráfico já propagado. Tem essa diferença a Guarda atua antes e a Brigada atua depois.

**P** – Voltando sobre a questão da cor, dos nossos atendimentos, você já viu colegas abertamente racistas, aqueles que fazem piadas com referência a cor, aqueles que fazem abertamente discriminação com base na cor, aqueles que baseiam o atendimento deles com base na cor? Você já viu isso entre seus colegas?

**Entrevistado** – Atendimento não. No atendimento posso te dizer de forma bem convicta, tipo vamos abordar aquele cara porque ele é preto, isso não. Mas piadas, brincadeiras, inclusive homofóbicas com questões raciais, isso sim a gente vê frequentemente, infelizmente. Inclusive algumas pessoas de cor preta já deixaram de trabalhar com outras por se acharem vítimas de questões raciais, isso acontece muito. A gente vê muito aquela brincadeira: “coisa de negro!” Claro que esse cara que faz esse tipo de brincadeira ele nunca assume que é racista. Felizmente, nunca vi dentro da instituição abordagem decorrente disso, com esse princípio: vamos abordar porque é preto. Não aceitaria de maneira alguma!

**P** – Você acha que sabendo desses fatos, ocorrências, você acha que isso levaria a um viés de raça nas atuações das abordagens ou você não reparou nisso, ou você categoricamente afirma que não? Como é essa sua percepção?

**Entrevistado** – Dentro da Guarda, eu particularmente, nunca vi acontecer. Já fomos acusados, se não me engando, numas três operações fomos acusados de racistas, porque eram pessoas de cor preta, abordagens a haitianos e a instituição foi acusada de racismo.

**P** – Como foi o tratamento da instituição em relação a essas acusações?

**Entrevistado** – Tudo que tem de denúncia é levado ao processo administrativo, até porque cobramos isso. Eu sou um que tenho uma visão do processo administrativo e tento

passar isso aos colegas, que é importante ter o processo administrativo. Quando fala em processo administrativo muitos pensam: para ferrar com o cara. O que nós passamos, principalmente no nosso curso de reciclagem que fizemos todo ano, é que o processo administrativo ele termina de te excluir da punição, de provar que tu não teve culpa, de não deixar que numa troca de governo, por questão política, tu venha a sofrer um processo com viés político, então cobramos sempre que tenha o processo administrativo, o mais breve possível para que não se deixe daqui a pouco lá na frente se torne uma questão política, e para que seja apurado o mais breve possível. Essas questões todas foram tratadas por processo administrativo terminaram sendo arquivadas, porque nada foi comprovado em relação ao racismo ou questão parecida.

**P** – Você conhece o termo racismo estrutural? Saberria dar alguma definição para esse termo?

**Entrevistado** – Eu inclusive estudei racismo estrutural e te confesso que não me vem a mente, mas quando estudei as questões de racismo para entender a diferença de injúria racial e racismo. As pessoas acabam confundindo, injúria racial é aplicada diretamente a pessoa e racismo é contra todos. Acabei estudando racismo estrutural, mas confesso que não consigo lembrar.

**P** – Qual ano que você nasceu?

**Entrevistado** – 1981.

**P** – Escolaridade?

**Entrevistado** – Superior Completo.

**P** – Você está preenchendo uma ficha e tem a pergunta no formulário: qual etnia ou cor de pele? O que você responde?

**Entrevistado** – Preto. Muitas pessoas dizem que sou branco. Não tenho vergonha nenhum de dizer que sou preto, de ter conquistado minha vaga na faculdade, não por ser preto, mas pela nota que tirei no Prouni. Muitas vezes me via sozinho na sala de aula, o único preto que estava lá num universo de pessoas com condições financeiras muito maiores e só eu de preto, mas nunca sofri injúria racial ou racismo dentro da universidade, muito pelo contrário, lembro que estava numa aula de português, cadeira de linguística e tinha um menino gay e tinha passado pela engenharia e não conseguiu passar nessa cadeira. Quando chegou na turma de direito a professora disse a ele: aqui dificilmente você vai sofrer o que sofreu lá na cadeira do curso de engenharia e nos outros cursos.

FIM